

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE TEOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA  
MESTRADO EM TEOLOGIA

ANTONIO HELITON ALVES

PESSOA E TRABALHO, NUM CONTEXTO DE MUDANÇA DE  
ÉPOCA, À LUZ DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Prof. Dr. Erico João Hammes  
Orientador

Porto Alegre

2009

ANTONIO HELITON ALVES

PESSOA E TRABALHO, NUM CONTEXTO DE MUDANÇA DE  
ÉPOCA, À LUZ DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Dissertação apresentada à Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Teologia, Área de Concentração em Teologia Sistemática.

Orientador: Prof. Dr. Erico João Hammes

Porto Alegre

2009

ANTONIO HELITON ALVES

PESSOA E TRABALHO, NUM CONTEXTO DE MUDANÇA DE  
ÉPOCA, À LUZ DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Dissertação apresentada à Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Teologia, Área de Concentração em Teologia Sistemática.

Orientador: Prof. Dr. Erico João Hammes

Aprovada em:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Erico João Hammes

Prof. Dr. Leomar Antônio Brustolin

Prof. Dr. José Roque Junges

Porto Alegre

2009

Dedico este trabalho

À memória do meu pai, Francisco Alves, pela lição de vida;

À minha esposa, Izaura Keller Alves,  
às minhas filhas Sandra, Raquel, Flávia e Márcia, pelo apoio;  
ao meu neto Matheus e à neta Flora,  
por representarem o futuro.

E a todos os que me apoiaram nesta caminhada de estudo,  
de pesquisa e de aprofundamento intelectual e humano.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo chamado à vida e à vocação.

À minha esposa, IZAURA KELLER ALVES, por acompanhar-me na caminhada de trabalho profissional, social e eclesial. Às minhas filhas, SANDRA, RAQUEL, FLÁVIA E MÁRCIA, pelas alegrias proporcionadas. Ao neto MATHEUS e à neta FLORA, por representarem um futuro de esperança.

Aos meus pais, FRANCISCO ALVES e ZILDA CRUZ ALVES (ambos falecidos), por tudo que me proporcionaram, especialmente o dom da fé.

Aos demais familiares, pela presença e amizade.

Ao Monsenhor Máximo Inácio Benvegno, por sua amizade, pelo apoio constante e pelo estímulo na busca do conhecimento.

Ao Prof. Dr. Erico João Hammes, orientador desta pesquisa, por seu conhecimento e ajuda na realização do trabalho.

Ao Prof. Dr. Leomar Antônio Brustolin, coordenador do PPG da FATEO, pela acolhida e disponibilidade, em nome de quem agradeço a todos os professores do curso.

À colega Helena Maria Gonçalves Cordeiro, pela inestimável ajuda na leitura e correção gramatical deste trabalho.

## **RESUMO**

Esta dissertação consiste em uma reflexão sobre o conceito de pessoa e trabalho, num contexto pós-moderno, à luz da Doutrina Social da Igreja. Parte da noção de pessoa, enquanto criada por Deus à Sua imagem e semelhança e, como tal, alguém que detém uma dignidade fundamental e inegociável. Analisa o trabalho e suas condições, como chave da questão social, nem sempre acessível a todos, e forma de participar do projeto de Deus, aperfeiçoando e transformando o mundo. O principal referencial teórico é constituído pela Doutrina Social da Igreja, apresentada em seu desenvolvimento histórico desde o século XIX até os anos recentes. Explicitam-se os desafios atuais, com destaque para as repercussões da globalização e da pós-modernidade em sua influência sobre a pessoa e a formação de uma nova cultura, mudanças paradigmáticas e mentalidade pluralista e tecnológica, alterando valores e normas da sociedade. Aborda a consciência crítica a respeito da salvaguarda do planeta e do cuidado com o ambiente natural que vem sendo explorado acima de sua capacidade de regeneração. Em conclusão destaca-se a busca de alternativas com a economia solidaria e aponta-se a necessidade da busca de uma cultura de paz que nasça da justiça. Como limites da Doutrina Social da Igreja destacam-se especialmente sua origem magisterial e não da reflexão pastoral, por um lado, e a frágil opção pelos pobres, de outro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoa. Trabalho. Doutrina Social da Igreja. Pós-modernidade. Globalização. Solidariedade.

## **ABSTRACT**

This thesis is a reflection about person and work conception, in a post-modern context, in the light of the Social Doctrine of the Church. From of the person notion, while created for God to Its image and similarity and, as such, someone that a fundamental and unnegotiable dignity withholds. It analyzes the work and its conditions, as key of the social question, nor always accessible to all, and way to participate of God's project, perfecting and transforming the world. The main theoretical referencial is constituted by the Social Doctrine of the Church, presented in its historical development since century XIX until the recent years. Make explicit the current challenges, with prominence for globalization repercussions and post-modernity in its influence on person and new culture formation, paradigmatical changes and pluralistic and technological mentality, modifying values and norms of society. It approaches the critical conscience regarding safeguards of the planet and the care with the natural environment that comes being explored above of its regeneration capacity. In conclusion it is distinguished search of alternatives with the solidary economy and is pointed it necessity of the search of a peace culture that is born of justice. As Social Doctrine of the Church limits are distinguished especially its magisterial origin and not of the pastoral reflection, on the other hand, and the fragile option for the poor, of another one.

**KEY-WORD:** Person. Work. Social Doctrine of the Church. Post-modernity. Globalization. Solidarity

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	5
<b>SUMÁRIO</b> .....	8
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 PESSOA E TRABALHO NA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA</b> .....	14
1.1 Breve histórico .....	14
1.2 Pessoa na Sagrada Escritura .....	18
1.3 Trabalho na Sagrada Escritura.....	19
1.4 Princípio personalista na doutrina social da Igreja.....	22
1.5 Reflexão cristológica do conceito de pessoa .....	24
<b>2 PESSOA E TRABALHO EM UM CONTEXTO DE MUDANÇA DE ÉPOCA</b> .....	26
2.1 Pessoa e mudança cultural .....	26
2.2 Crise civilizatória .....	28
2.3 Precarização das relações de trabalho e o trabalhador .....	30
2.4 O impacto das comunicações.....	31
2.5 Novas tecnologias .....	33
2.6 O fenômeno da globalização .....	34
2.6.1 Na economia .....	35
2.6.2 Nas finanças .....	37
2.6.3 Na sociedade.....	39
2.6.4 Nas instituições.....	42
2.6.5 Na pessoa .....	43
2.6.6 Na família .....	45
2.6.7 No meio ambiente.....	47
<b>3 PESSOA E TRABALHO NO MAGISTÉRIO DA IGREJA</b> .....	50
3.1 Leão XIII e a Encíclica Rerum Novarum .....	50
3.2 O Magistério de Pio XI .....	55

3.3 O Magistério de Pio XII.....	57
3.4 O Magistério de João XXIII .....	58
3.5 O Concílio Vaticano II.....	58
3.6 O Magistério de Paulo VI.....	63
3.7 O Magistério de João Paulo II.....	69
3.7.1 Encíclica <i>Laborem Exercens</i> .....	71
3.7.2 Encíclica <i>Sollicitudo Rei Socialis</i> .....	78
3.7.3 Encíclica <i>Centesimus Annus</i> .....	81
3.8 O Magistério de Bento XVI .....	84
3.9 As Conferências Episcopais Latino-americanas e Caribenhas .....	86
<b>4 PERSPECTIVAS, DESAFIOS .....</b>	<b>87</b>
4.1 Perspectivas.....	87
4.1.1 Novos paradigmas.....	87
4.1.1.1 Um outro mundo possível .....	88
4.1.1.2 Um novo paradigma civilizacional .....	89
4.1.1.3 Um novo paradigma humano.....	89
4.1.1.4 Um novo paradigma econômico .....	90
4.1.1.5 Um novo paradigma social .....	91
4.1.1.6 Um novo paradigma político .....	93
4.1.2 Uma nova ética ou um <i>ethos</i> mundial.....	94
4.1.3 A emergência de uma consciência planetária .....	96
4.2 Desafios .....	97
4.2.1 Superação da pobreza, das exclusões econômicas, sociais e culturais.....	98
4.2.2 Uma nova sociedade: o solidarismo.....	99
4.2.3 Construir um novo modelo econômico.....	106
4.2.4 A construção de uma cultura de paz .....	111
4.2.5 Um olhar para além do presente .....	113
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>120</b>

**ANEXOS..... 132**

## INTRODUÇÃO

“Vivemos uma época de mudança ou mudança de época?”<sup>1</sup> Este questionamento foi fundamental para uma tomada consciência desse novo momento da história. Os bispos da América Latina e do Caribe, reunidos em Aparecida no período de 13 a 31 de maio de 2007, afirmaram: “vivemos uma mudança de época, e seu nível mais profundo é o cultural”.<sup>2</sup>

O desafio é conviver com esse intenso grau de mudanças, com as alterações provocadas no mundo, o impacto que todo esse processo tem na vida e nas relações. Nesse contexto, por alguns autores qualificado pós-moderno<sup>3</sup> e por outros de hipermoderno,<sup>4</sup> onde predomina a cultura do excesso, do individualismo, do hedonismo, do consumismo, da descartabilidade, da horizontalização dos padrões, da fluidez, da acomodação, da volatilidade das relações, a pessoa se sente desorientada, perde os seus referenciais, fica desbussolada.

De outro lado, a questão do acesso ao trabalho. A partir da década de 90, o mundo experimentou o que passou a ser chamado de globalização: a abertura da economia dos países em desenvolvimento à presença das economias centrais, desenvolvidas. Se de um lado esse processo propiciou um alargamento das fronteiras econômicas, acesso a tecnologias, crescimento do sistema financeiro internacional, expansão dos meios de comunicação, de outro, ocasionou um enfraquecimento das economias dos países periféricos, gerando pobreza, instabilidade e desemprego, levando pessoas a viverem a sua realidade de modo humilhante, sobrevivendo de empregos instáveis e mal remunerados, enveredando muitas vezes para a economia informal, clandestina ou então para a marginalidade.

---

<sup>1</sup> Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A Igreja perplexa: a novas perguntas, novas respostas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 15-44.

<sup>2</sup> CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. 5. ed. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2009, n. 44, p. 32.

<sup>3</sup> Cf. BAUMANN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

<sup>4</sup> Cf. LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebastien. *Tempos hipermodernos*. 2. ed. São Paulo: Barcarolla, 2004, p. 83-84.

A Encíclica *Laborem Exercens*, de 14 de setembro de 1981, do papa João Paulo II, enfoca o problema ao dizer não apenas que “o trabalho é a chave da questão social”, mas que “é a chave fundamental e decisiva”<sup>5</sup>

O Magistério da Igreja sobre a Doutrina Social da Igreja, desde a Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, coloca a pessoa humana e sua dignidade fundamental no centro do seu ensinamento social e a “questão social” como linha de ação.

O Concílio Vaticano II representou uma reviravolta fundamental em suas grandes linhas na abordagem dos problemas sociais e de sua visão da própria Igreja.

Na esteira do Concílio Vaticano II, as Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano, desde a Conferência realizada em Medellín, na Colômbia, de 25/08 a 06/09/68, fizeram uma opção pelos pobres. Esta opção ganhou relevo na Conferência de Puebla, no México, de 27/1 a 13/02/79 e nas Conferências seguintes (Santo Domingo, de 12 a 28/10/92 e Aparecida, de 13 a 31/05/2007).

O documento final da 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe, realizado em Aparecida do Norte, no período de 13 a 31/5/2007, mostra, de modo transversal, a Doutrina Social da Igreja presente no projeto de evangelização proposto para o continente.

Esta pesquisa tem por objetivo efetuar um estudo sobre pessoa e trabalho tendo como pano de fundo o cenário da pós-modernidade, utilizando ferramentas de análise oriundas das ciências sociais, especialmente as Encíclicas sociais e os documentos do Magistério, de Leão XIII a Bento XVI, de modo particular o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, editado pelo Pontifício Conselho “Justiça e Paz”. Muito contribuiu também a antropologia de Karol Wojtyła e Henrique Claudio de Lima Vaz. Além disso, compreender de modo mais apropriado a Doutrina Social da Igreja e sua utilização como parâmetro de análise da realidade, estudando seus pontos fortes e fracos, testando seus limites, em vista das transformações da sociedade.

Para atingir os objetivos propostos, o presente estudo foi dividido em quatro capítulos: o primeiro, dedicado a conhecer a história da Doutrina Social da Igreja desde os seus primórdios, seus princípios e seus valores; compreender e conceituar pessoa e trabalho - tanto na Sagrada Escritura, como no Magistério da Igreja; o segundo, para a compreensão de pessoa e trabalho no Magistério posterior, até os dias de hoje, através dos documentos, Encíclicas, mensagens, como também nos estudos realizados a respeito do assunto; o terceiro, para estudar pessoa e trabalho num contexto de mudança de época, frente à dinâmica do

---

<sup>5</sup> JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborem Exercens*. Aparecida do Norte: Santuário, 1981.

mundo moderno e as suas implicações culturais, científicas, tecnológicas, econômicas, políticas, sociais e religiosas; e, finalmente, o quarto, para propor algumas linhas de ação e de projeção para o futuro, as perspectivas e desafios da pessoa diante do mundo novo e das oportunidades que o século XXI poderá proporcionar.

# 1 PESSOA E TRABALHO NA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

## 1.1 Breve histórico

Doutrina social da Igreja é o conjunto de mensagens e escritos - cartas, cartas Encíclicas, exortações, pronunciamentos, declarações - que compõem o pensamento do Magistério católico a respeito da chamada “questão social”.<sup>6</sup>

A doutrina social da Igreja foi formulada a partir de um princípio que lhe é estruturante: o princípio personalista, pois “toda a vida social é expressão do seu inconfundível protagonista: a pessoa.”<sup>7</sup> Criada à imagem e semelhança de Deus, a pessoa humana é detentora desta dignidade fundamental: constituída livre, deve viver sua liberdade diante de Deus e da sua consciência, gozando dos seus direitos inalienáveis e respondendo por seus deveres, princípio do qual “pode dizer-se o coração e alma da doutrina social da Igreja”.<sup>8</sup> É no princípio da dignidade humana que os demais princípios da doutrina social da Igreja têm a sua origem e fundamento.

São cinco, segundo o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, os princípios:

Princípio do bem comum: “o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição”.<sup>9</sup>

Princípio da subsidiariedade: do mesmo modo que não é lícito tirar aos indivíduos, a fim de transferir para a comunidade, o que podem realizar com as forças e os meios que possuem, também é injusto entregar a uma sociedade maior e mais alta o que pode ser feito por comunidades menores e inferiores, o que seria, ao mesmo tempo, grave dano e perturbação da justa ordem da sociedade; pois qualquer intervenção da sociedade deve, ser por sua índole e natureza, prestar subsídio aos membros do corpo social, nunca, porém

---

<sup>6</sup> As expressões “Doutrina Social da Igreja”, “Doutrina Social Cristã”, “Ensino Social Cristão”, “Ensino Social da Igreja” podem ser encontradas como sinônimas. Após a edição do *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz, em 2004, a denominação “Doutrina Social da Igreja” tende-se a se firmar. Na Encíclica *Caritas in Veritate*, o Papa Bento XVI utiliza exclusivamente esta expressão.

<sup>7</sup> GONÇALVES, Alfredo J. O que é Doutrina Social da Igreja? In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Temas da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 13.

<sup>8</sup> CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *A Doutrina Social da Igreja na Formação Sacerdotal*. Petrópolis: Vozes, 1989, n. 31, p. 45.

<sup>9</sup> COMPÊNDIO DO VATICANO II - Constituições, decretos e declarações - Constituição Apostólica *Gaudium et spes*: AAS 58. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, n. 26, p. 168; Aristóteles, em sua obra “A Política”, ensinava: “Sabemos que toda cidade é uma espécie de associação, e que toda a associação se forma tendo por alvo algum bem: porque o homem só trabalha pelo que ele tem conta de um bem. Todas as sociedades, pois, se propõem qualquer lucro - sobretudo a mais importante delas, pois que visa a um bem maior, envolvendo todas as demais: a sociedade política”. (ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Escala, 2008, p. 13).

destruí-los e absorvê-los.<sup>10</sup> Aquilo que pode ser realizado pelas estruturas mais simples da sociedade não deve ser assumido pelo Estado.

Princípio da solidariedade: As exigências éticas da solidariedade requerem que todos os homens, os grupos e as comunidades locais, as associações e as organizações, as nações e os continentes, participem da gestão de todas as atividades da vida econômica, política e cultural, superando toda a concepção puramente individualista.<sup>11</sup>

Princípio da participação: É plenamente consentâneo com a natureza humana que se encontrem estruturas jurídico-políticas, que ofereçam sempre melhor e sem nenhuma discriminação a todos os cidadãos a possibilidade efetiva de participar livre e ativamente tanto do estabelecimento dos fundamentos jurídicos da comunidade política como da gestão dos negócios públicos, na determinação do campo de ação das várias instituições, como na eleição dos governantes.<sup>12</sup>

Princípio da destinação universal dos bens: Deus destinou a terra, com tudo que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob as regras da justiça, inseparável da caridade.<sup>13</sup>

Os princípios da doutrina social da Igreja têm como finalidade única a pessoa e suas relações e se ordenam à sua plena realização.

Tais princípios foram sendo lapidados e configurados pelo Magistério da Igreja, inspirada pela Palavra de Deus, à luz do Espírito, auscultando os sinais dos tempos, até sua forma mais acurada, de modo a poderem responder às demandas dos novos tempos e ao progresso contínuo da sociedade.

Estão estabelecidos de forma orgânica, formando um corpo doutrinal capaz de iluminar a realidade social, econômica, política, cultural e devem ser compreendidos e aplicados no seu conjunto, evitando o erro de uma visão parcial e desconexa, podendo - dependendo do modo como forem aplicados - enriquecer ou empobrecer a sociedade.

Devem estar presentes em uma sociedade mais justa, humana e fraterna, a doutrina social da Igreja orienta para valores que são fundamentais, ou seja, a verdade: “seja o vosso ‘sim’, sim, e o vosso ‘não’, não” (*Mt 5,37*). Nas palavras de Santo Tomás de Aquino, a relação entre as pessoas deve ser marcada pela veracidade, - do contrário a vida em comum

---

<sup>10</sup> Cf. JOÃO XXIII. *Encíclica Mater et Magistra*. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 1962, n. 50, p. 18-19.

<sup>11</sup> Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *A Doutrina Social da Igreja na Formação Sacerdotal*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2000, n. 38, p. 52

<sup>12</sup> Cf. COMPÊNDIO DO VATICANO II - *Constituição apostólica Gaudium et spes*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, n. 75, p. 232-233.

<sup>13</sup> *Ibidem*, n. 69, p. 224. Este princípio receberá atualizações e adequações ao longo do século XX para fazer frente às demandas das novas situações sociais.

seria impossível - pois não haveria confiança recíproca, a honestidade e a discrição seriam prejudicadas e os segredos seriam comprometidos;<sup>14</sup> a liberdade: um dos bens mais importantes para a dignidade da pessoa é o direito à liberdade, pois criada livre e senhora de seus atos.<sup>15</sup> “Baseados na razão e na vontade, de agir ou não agir, de fazer isto ou aquilo, portanto de praticar atos deliberados”<sup>16</sup> e que responsabilmente assume as consequências; a justiça: é dar a Deus e ao próximo aquilo que lhe é devido, a partir da firme vontade da pessoa, segundo os direitos de cada um, estabelecendo relações de harmonia, em prol das pessoas e do bem comum.<sup>17</sup>

A doutrina social da Igreja teve o seu início no ano de 1891, com a Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII. Ao longo do século XX, ela vai ganhando atualizações para atender às novas situações da sociedade, dos conflitos, das relações internacionais, das mudanças na cultura, na economia, na política.<sup>18</sup> Em 2004, através da edição do Compêndio da Doutrina Social da Igreja pelo Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, a doutrina social da Igreja é apresentada como um todo, organizada e sistematizada.

Deve-se levar em conta, entretanto, que ela se fundamenta na Sagrada Escritura e na Tradição da Igreja, onde tem suas raízes. Na Aliança Sinaítica<sup>19</sup> já está presente, ainda que implicitamente (*Ex* 23,1-9). O Código Deuteronômico<sup>20</sup> (*Dt* 12-26) é mais explícito, principalmente em *Dt* 24, 14-15;17-21, ao condenar a opressão ao operário pobre, indicando que não se deverá reter por qualquer motivo o salário a que tem direito, nem perverter o direito do estrangeiro, do órfão e da viúva. A justiça e o direito ressoam em toda a Bíblia como um bordão a conclamar a todos para agirem em conformidade com o projeto originário de Deus. Os reis deveriam ser aqueles que teriam sob seus cuidados a justiça ao pobre, ao órfão, à viúva, ao estrangeiro, entendido o termo “justiça” como o direito ao acesso aos bens da criação, destinados a todos, não permitindo que fossem marginalizados pela repartição desigual. A pregação profética, especialmente em Amós<sup>21</sup>, denuncia a injustiça da riqueza,

<sup>14</sup> Cf. SANTO TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica* 2-2,109.

<sup>15</sup> Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 6. ed. São Paulo: Paulus, 1997, n. 1730, p. 411.

<sup>16</sup> *Ibidem*, n. 1731, p. 411

<sup>17</sup> *Ibidem*, n. 1807, p. 424

<sup>18</sup> Cf. PAULO VI. *Encíclica Octogesima Adveniens*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2000, n. 42, p. 40; CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *A Doutrina Social da Igreja na Formação Sacerdotal*. *Ibidem*, n. 30, p. 44: “Estes princípios foram formulados pela Igreja não organicamente num só documento, mas ao longo de todo o arco da evolução histórica da Doutrina Social. Eles recolhem-se no conjunto dos documentos que o Magistério da Igreja, com a colaboração de bispos, de sacerdotes e de leigos esclarecidos, elaborou ao enfrentar os vários problemas sociais que pouco a pouco iam surgindo”.

<sup>19</sup> Aliança realizada entre Deus e o povo de Israel. Está descrita no livro do Êxodo, capítulos 19 a 23.

<sup>20</sup> Conjunto de leis que considera a evolução social e religiosa de Israel e que deve substituir o antigo código da aliança. Está contido no livro do Deuteronômio, capítulos 12 a 26.

<sup>21</sup> Amós denuncia a injustiça praticada pelos ricos e detentores do poder, não respeitando o direito dos pobres (*Am*. 5,21-24; 6,1-7.12)

insistindo que acima das orações, das assembleias, dos holocaustos, das festas, das peregrinações, dos templos, dos dias de jejum, está o direito do pobre.<sup>22</sup>

No Novo Testamento, o amor e a justiça é o núcleo em torno do qual se dá a pregação de Jesus e síntese de toda a sua vida. Na sinagoga de Nazaré Jesus dá a conhecer o projeto que o Pai lhe confiara e pelo qual morrerá (*Lc 4,18-19*). Jesus sintetiza toda a lei e os profetas no duplo mandamento do amor (*Mt 22,34s*) e o transforma em norma orientadora e fonte da ética cristã. “O amor de Deus ocupa o primeiro lugar na ordem dos preceitos, mas o amor do próximo ocupa o primeiro lugar na ordem da execução... Tu, que ainda não vês a Deus, merecerás vê-lo se amas o próximo”.<sup>23</sup>

A primeira comunidade de Jerusalém (*At 2,44*) mostra as características que deveriam ser o ideal da vivência do Evangelho.

O mais antigo Catecismo da Igreja, a Didaqué ou Doutrina dos Apóstolos, do fim do primeiro século, enfatiza a partilha dos bens e o desprendimento do coração, fazendo eco aos textos bíblicos do Novo Testamento.<sup>24</sup>

Gonzáles Faus recolhe em seu livro *Vigários de Cristo* parcela significativa da pregação dos Padres da Igreja, da teologia e da espiritualidade cristãs ao longo de 2.000 anos, mostrando a preocupação da Igreja sobre a situação do pobre<sup>25</sup>. Dentre os muitos ensinamentos, foram destacados alguns para demonstrar que na melhor Tradição da Igreja os pobres já ocupavam um lugar de relevo. Para Tertuliano (155-220), partilhar os bens é a forma de viver o cristianismo: “formamos um só coração e uma só alma e por isso não duvidamos em nos comunicar os bens materiais.”<sup>26</sup> Ensinava São Jerônimo (347-419), que a riqueza é uma forma de injustiça: “portanto, se tens mais do que necessitas para vestir, distribua-o [sic!] aos que não têm, e reconhece que lhes és devedor disso.”<sup>27</sup> Apesar de não ser o ponto central da pregação de Santo Agostinho (354-430), ele repete alguns ensinamentos, afirmando que “os bens supérfluos são necessários a outros. Os bens supérfluos dos ricos são necessários aos pobres. E sempre que possuas algo supérfluo, possuí o alheio”.<sup>28</sup>

<sup>22</sup> Cf. BIGO, Pierre; ÁVILA, Fernando Bastos de. *Fé cristã e compromisso social*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 160.

<sup>23</sup> LENZ, Martinho. *O mutirão de superação da miséria e da fome (SMF) e a Eucaristia*. 2005, citando Santo Agostinho (Tract. 17, 7-9: CCL 36, 174-175), disponível em <[www.cnbb.org.br/documento\\_geral/seminarioMutiraoSMF.doc](http://www.cnbb.org.br/documento_geral/seminarioMutiraoSMF.doc)>, acesso em 06 de ago. de 2009.

<sup>24</sup> Cf. DIDAQUÉ ou doutrina dos primeiros cristãos. Traduzida e compilada por ZILLES, Urbano. Petrópolis: Vozes, 1970, p. 15 e 16.

<sup>25</sup> Cf. GONZÁLES FAUS, José Ignacio. *Vigários de Cristo - os pobres na teologia e espiritualidade cristãs - Antologia comentada*. São Paulo: Paulus. 1996.

<sup>26</sup> Ibidem, citando *Apologeticum* 29, PL 1,531, p. 51.

<sup>27</sup> Ibidem, citando São Jerônimo, *Carta a Hebidia*, PL 22, 984-985, p. 54.

<sup>28</sup> Ibidem, citando Santo Agostinho, *In Psalmos* 147, PL 37, 1922, p. 62 (a transcrição é literal, embora não respeite a concordância verbal).

## 1.2 Pessoa na Sagrada Escritura

A pessoa ocupa lugar central na Sagrada Escritura. Da primeira à última página ela a perpassa transversalmente. Criada por Deus à sua imagem e semelhança (*Gn* 1,27), num ato livre, gratuito e por absoluto amor, deu a ele a dignidade de pessoa: não é apenas uma coisa, um objeto, mas é alguém<sup>29</sup> que é chamado pelo Criador para a experiência do amor, cujo modelo é a própria Trindade. Na narrativa da criação do homem e da mulher, como coroamento de toda a obra divina, a Bíblia revela que Deus “viu que tudo era muito bom” (*Gn* 1,31), para que em sua existência vivam a complementaridade e reciprocidade, “união esta que constitui a primeira forma de comunhão de pessoas”,<sup>30</sup> revelando sua raiz antropológica.

Dotada de liberdade e responsabilidade, a pessoa pode exercitar livremente a sua iniciativa e o domínio de seus atos, para que possa procurar seu Criador e, aderindo a ele, chegar à plena e feliz perfeição.<sup>31</sup> “O homem é dotado de razão e por isso, semelhante a Deus, foi criado livre e senhor de seus atos”.<sup>32</sup> O exercício da liberdade, que é a capacidade que tem a pessoa de, conhecendo o Bem e a Verdade, poder agir e ser responsável, é uma exigência inseparável da dignidade da pessoa, sobretudo em matéria moral e religiosa.

A liberdade humana, entretanto, não é ilimitada, pois a decisão sobre o bem e o mal não pertence ao indivíduo ou a grupos sociais, mas somente a Deus: “podes comer do fruto de todas as árvores do jardim, mas não comas o da árvore da ciência do bem e do mal, porque, no dia em que o comeres, certamente morrerás” (*Gn* 2,16-17).<sup>33</sup> O mau uso da liberdade introduziu a desordem na criação, tornando a pessoa escrava do pecado, com as consequências de um grande número de infortúnios e opressões.<sup>34</sup>

Apesar do pecado, Deus não abandona a pessoa à sua própria sorte, perdida, mas quer a sua salvação: acompanha-a, dela cuida e busca constantemente trazê-la de volta ao seu convívio, pois ela é amada por Ele. Faz com ela alianças, com a finalidade de restabelecer a relação perdida pelo pecado: primeiramente em Noé (*Gn* 9, 9-17), posteriormente em Abraão

<sup>29</sup> Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 6. ed. São Paulo: Vozes, 1994, p. 92, n. 357; Cf. SPAEMANN, Robert. *Personas - acerca de la distinción entre 'algo' y 'alguién'*. Pamplona: EUNSA. 2000, p. 57: “cuando decimos de alguien que es una persona, decimos que es 'alguién', o sea, un individuo y alguien único, que no puede ser entendido como consecuencia casual de uno o de la totalidad de sus predicados”.

<sup>30</sup> COMPÊNDIO DO VATICANO II - *Constituição Dogmática “Gaudium et Spes”*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, n. 12, p. 154.

<sup>31</sup> *Ibidem*, n. 17, p. 158-159.

<sup>32</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. *Op.cit.*, n. 1730, p. 411, citando Santo Irineu, *adv. haer.* 4,4,3.

<sup>33</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Encíclica ‘Veritatis splendor’*. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1999, n. 35, p. 59-60.

<sup>34</sup> *Idem*. *Encíclica Fides e Ratio*. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 2006, n. 22, p. 34.

(*Gn* 17, 4ss) e Moisés (*Ex* 19-24) e, finalmente, em Jesus Cristo (*Mt* 26,28; *Mc* 14, 24; *Lc* 22,20), “que por sua obediência até à morte” (*Fl* 2,8), repara a “desobediência de Adão” (*Rm* 5,19-20).

Deus é o Deus da liberdade e da vida: ao ver a opressão do Seu povo, ouvir o seu clamor, desce para libertá-lo e conduzi-lo pelo deserto à terra onde corre leite e mel (*Ex* 3,7-8). Deus não fica limitado a um templo ou a um lugar alto, mas permanece junto ao povo, solidário com ele e atuando na história. Estabelece líderes sobre Israel - Moisés, Josué, Juízes, Reis, Profetas - para construir uma sociedade justa na terra em que vive.

A plenitude de sua presença se dá em Jesus Cristo: “Deus amou tanto o mundo, que entregou seu Filho único, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha vida eterna” (*Jo* 3,16).

### 1.3 Trabalho na Sagrada Escritura

O termo “trabalho” tem por origem etimológica o substantivo latino *tripalium*, um instrumento de tortura composto de três paus entrelaçados. O tema do “sofrimento” evoluiu para o significado de “esforço” para realizar alguma coisa (por exemplo: “trabalho de parto”) ou obter algo.

Embora considerado castigo pela culpa do pecado original, o trabalho pode tornar-se fonte de salvação e meio de santificação e animação do Espírito Santo nas realidades terrestres. Deve servir de meio de subsistência da comunidade humana, permitindo que cada um dele tire o seu sustento e dos seus, afirmando a sua liberdade diante da natureza, garantindo a cada um seu direito ao trabalho<sup>35</sup> como forma de crescimento, partilhando com as demais pessoas o sentimento de ordem, solidariedade e tenacidade.

Como lembra João Paulo II, o trabalho se reveste de uma dignidade singular, especialmente depois que Jesus de Nazaré, “que se fez pobre, embora fosse rico” (*2Cor* 8,9); para a nossa salvação, quis passar para o mundo o modelo divino de sua imagem como filho de um trabalhador e tendo ele mesmo gasto grande parte de sua vida como artífice: “não é ele o carpinteiro, filho de Maria (*Mc* 6,3)?”<sup>36</sup>, constituindo por si mesmo o mais eloquente “evangelho do trabalho”<sup>37</sup>. A pessoa foi incumbida de dominar e submeter a terra e com seu esforço completar a obra da criação (*Gn* 1,28), comendo dignamente o pão com o suor de seu

<sup>35</sup> A Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, traz no seu artigo 23: “Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego”.

<sup>36</sup> LEÃO XIII. *Encíclica Rerum Novarum*. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 1965, p. 28, n. 15.

<sup>37</sup> JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborem Exercens*. São Paulo: Aparecida, 1981, p.21, n. 6.

rosto (*Gn* 3,19).<sup>38</sup> Deste modo, tudo o que é acrescentado àquilo que Deus criou é participação humana, que torna o mundo melhor, habitável, contribuindo para o bem estar dos demais<sup>39</sup>. Por isso o trabalho é também um dever: cada pessoa deve prover ao seu próprio sustento, não se admitindo que uma pessoa adulta e sadia viva à custa do trabalho alheio (*2Ts* 3,10-12). Há que se considerar hoje, no entanto, o absurdo sociológico que é não ter trabalho para todos, impedindo parcela significativa da população economicamente ativa de se realizar e gerar renda para a manutenção própria e de sua família. Ao não conseguir suprir suas necessidades pode tornar-se propenso ao furto, à prostituição, ao tráfico de drogas, ao crime, tornando-se, afinal, uma ameaça à ordem social.

Pelo trabalho a pessoa realiza em primeiro lugar a si mesmo; depois, como direito e vocação, o trabalho edifica a vida familiar; e, finalmente, na perspectiva do trabalhador, alcança toda a sociedade da qual faz parte.<sup>40</sup>

O Dicionário Aurélio conceitua como trabalho: aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim; atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; o exercício dessa atividade como ocupação, ofício, profissão; o trabalho remunerado ou assalariado; serviço; local onde se realiza essa atividade; qualquer obra realizada.<sup>41</sup>

O Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento apresenta o termo ‘*abad*’ no sentido de “trabalhar”, “servir”, que aparece 290 vezes no Antigo Testamento. Ao que parece, a etimologia desta raiz partilha das ideias de diversas raízes semíticas, por exemplo, a antiga raiz aramaica que significa “fazer”, uma raiz árabe que tem o sentido de “adorar”, “obedecer (a Deus)”, e o seu grau intensivo com o sentido de “escravizar”, “reduzir à escravidão”.<sup>42</sup> Pode ser dirigida a coisas, a pessoas ou a Deus. A expressão “‘*abôbâ*” aparece 145 vezes no Antigo Testamento com o sentido de “trabalho braçal”, “serviço”, significando que o trabalho antes de ser um castigo é uma participação na criação e uma ação aperfeiçoadora na obra criada<sup>43</sup> e um gesto de obediência a Deus.<sup>44</sup>

<sup>38</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborem Exercens*. Op. cit., n. 9, p. 27.

<sup>39</sup> Cf. COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição dogmática “Gaudium et Spes”*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, n. 33 a 38.

<sup>40</sup> *Ibidem*, n. 9 e 10, p. 28 e 29; ANANIAS, Patrus. *A dignidade do trabalho*. Disponível em <[http://www.mds.gov.br/noticias\\_antigas/noticia475.htm](http://www.mds.gov.br/noticias_antigas/noticia475.htm)>. Acesso em 03/12/08, às 18hs.

<sup>41</sup> Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

<sup>42</sup> HARRIS, R. Laird (org). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998, p. 1065.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 1067: “o trabalho e o serviço humano não são resultado do pecado e da queda. Já na criação de Deus [sic!] o homem foi colocado no jardim para “trabalhá-lo” (*abad*, *Gn* 2,15; ARA, “cultivar”). A maldição (*Gn* 3,16-17) era apenas a dor e a fadiga que haviam de acompanhar o trabalho em si (*cf etse*v, “tristeza”). Isso é

Na tradução grega dos LXX usa-se o verbo *ergazomai* no sentido de “trabalhar”, “fazer”, “cumprir”, derivado do substantivo *ergon* que significa “criar”, “produzir”, “realizar” e também “processar” (a matéria prima). Denota um ato, uma ação, por contraste com a inatividade.<sup>45</sup> É utilizado o termo *ergon* para descrever a obra criadora de Deus, cuja ação é levada a efeito por meio de uma palavra. A palavra *ergon* representava também a ação de Deus na história, sua fidelidade ao povo hebreu; não significa apenas a preservação e a salvação, mas também o julgamento (*Is* 28,21; *At* 13,41).

A novidade bíblica, no entanto, está no descanso. É no descanso que a pessoa pode sentir-se verdadeiramente livre para reconhecer a Deus como criador de todas as coisas e prestar-lhe culto, permitir-se afastar das labutas diárias e à distensão ao cansaço, podendo dedicar-se à sua família e à comunidade.

No Novo Testamento Jesus dá um novo sentido ao trabalho e reitera o sentido do descanso bíblico: “o sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado” (*Mc* 2,27), reafirmando o direito inalienável do descanso.

Nos sinóticos são utilizadas várias expressões para designar “trabalho”. O termo “*ergon*” é utilizado especialmente em *Mt* 11,2 e *Lc* 14,19 para designar a operação eficaz de Cristo em obras e palavras.

João utiliza um grupo de palavras para designar a ação incomparável de Jesus, vinculada de modo absoluto à ação do Pai: “meu Pai trabalha até agora e eu trabalho também” (*Jo* 5,17).

Paulo destaca sua própria iniciativa ao trabalho (*At* 20,34; *1Cor* 9,7-15; *1Ts* 4,10-12; *2Ts* 8-9), provendo com as próprias mãos o seu sustento. Nas palavras de Paulo, até o trabalho escravo deve ser feito por amor a Cristo (*Cl* 3,22).

---

destacado quando Lameque diz, por ocasião do nascimento de Noé, que este “nos consolará dos nossos trabalhos e das fadigas de nossas mãos, nesta terra que o Senhor amaldiçoou”.

<sup>44</sup> HARRIS, R. Laird (org). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Op. cit. p. 1068: “quando o serviço é oferecido a Deus, ele consistirá em obediência. A execução desse serviço encontra-se descrita no ritual e na adoração apresentados no Antigo Testamento, por exemplo, nos sacrifícios trazidos pelo povo (*Js* 22,27) e no serviço dos levitas e dos sacerdotes (*Nm* 4,19; *2Cr* 8,14)”.

<sup>45</sup> Cf. BROW, Colin; COENEN, Lothar. *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000, p. 2536: “vários são os termos explicitados pelo Dicionário: *ergazomai* (“labutar”, “estar ativo”, “trabalhar”, “estar ativo”); *ergon* (“ato”, “ação”, “realização”, “obra”, “coisa”, “assunto”); *ergasia* (“trabalho”, “prática”, “negócio”); *ergatês* (“quem faz alguma coisa”, “trabalhador”); *energeia* (“operação”, “efeito”, “ação”); *energeô* (“trabalhar”, “estar a serviço”, “ser ativo”, “levar algo a efeito”); *energês* (“ativo”, “eficaz”, “poderoso”); *energêma* (“atividade”, “experiência”) *euergesia* (“bondade”, “uma boa ação”, “beneficência”); *euergeteô* (“trabalhar”, “beneficiar”, “praticar gentilezas”); *euergetês* (“benfeitor”); *synergos* (“trabalhando junto com um colega”, “cooperador”, “assistente”); *synergeô* (“trabalhar junto”, “cooperar”, “ajudar”, “promover”, “incrementar”).

Tiago, entretanto, afirma a necessidade das obras: “a fé, se não tiver obras, está morta” (Tg 2,17), uma vez que as obras aperfeiçoam a fé: “já vês que a fé concorreu para as suas obras e que pelas obras é que a fé se realizou plenamente” (Tg 2,22).

“A Patrística não conhece uma reflexão teológica sistemática sobre o trabalho. Tentou-se uma síntese entre o sentido bíblico e o direito natural. Entende-se o trabalho no sentido filosófico como experiência da virtude.”<sup>46</sup>

Santo Tomás de Aquino vê no trabalho a maneira de garantir a subsistência e como um direito natural. Pelo trabalho o homem torna-se semelhante a Deus pela finalidade quádrupla, na visão tomista:<sup>47</sup> criação das coisas necessárias para a vida; remédio contra a preguiça (omissão), fonte de todo o mal; moderação das paixões da carne; possibilidade de dar esmolas, ou seja, como fonte para atos de caridade.

#### 1.4 Princípio personalista na doutrina social da Igreja

Parafraseando Santo Agostinho: “o que é pessoa? Se ninguém me pergunta, eu sei; porém, se quero explicá-lo a quem me pergunta, então não sei”.<sup>48</sup>

Esta interrogação foi, é e sempre será o centro deste questionamento feito pela própria pessoa a respeito de si mesma. Se percebe na sua “realidade única e irrepetível”,<sup>49</sup> em sua “realidade singular, por ser pessoa”,<sup>50</sup> tendo presente que “pela encarnação, o Filho de Deus uniu-se de certo modo a todos os homens”,<sup>51</sup> a pessoa é detentora de uma dignidade inalienável, pois criada à “imagem e semelhança de Deus” (Gn 1,27). A dignidade humana é reconhecida por todos como um bem transcendente; o fim último de cada pessoa é o seu Criador, para o qual se orienta toda a sua vida.

Etimologicamente, a origem do termo pessoa é complexa. Não existe consenso para as explicações. Contrariamente ao que sempre se afirmou, o termo “pessoa” não é a máscara que os atores utilizavam no teatro como um instrumento para amplificar a voz (em latim: *personare*), mas “aquilo que cai sob os olhos”, “o que se pode ver”: rosto, semblante, forma

<sup>46</sup> Cf. ZILLES, Urbano. *Elementos para uma teologia do trabalho*. Porto Alegre: Veritas, 1982, n. 108, Tomo XXVII, p. 467.

<sup>47</sup> Cf. BRANDES, Orlando, Dom. *Teologia do trabalho*. 2007. Disponível em <<http://www.marcocito.com.br/colunistas.php?cid=6>>, acesso em 28 de set. de 2009.

<sup>48</sup> Cf. SANTO AGOSTINHO. Confissões, XI Livro, 17. São Paulo, Paulus, 1997, p.342: “o que é o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; porém, se quero explicá-lo a quem me pergunta, então não sei”.

<sup>49</sup> JOÃO PAULO II. Encíclica *Redemptor Hominis*, n° 13.

<sup>50</sup> *Ibidem*, n° 14.

<sup>51</sup> *Ibidem*, n° 13; PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulus, 2005.

visível da pessoa.<sup>52</sup> Depois, estendeu-se para os atores ou personagens por ele representados. Daí passou também para a vida real, onde cada pessoa representa um papel.<sup>53</sup>

Para o Dicionário Aurélio, o termo pessoa pode identificar homem ou mulher, personagem, individualidade, ser ao qual se atribuem direitos e obrigações; pessoa natural, o ser humano considerado singularmente, como sujeito de direitos, pessoa física.<sup>54</sup>

Diógenes havia procurado o homem com uma lanterna acesa, não o tendo encontrado: o homem, como tal, não existe, é uma abstração. Ele só se torna real numa pessoa concreta, histórica, racional e livre, situada no tempo e no espaço.<sup>55</sup>

Boécio<sup>56</sup> define, em sua fórmula clássica, que pessoa é: *Persona est rationalis naturae individua substantia*. Explora os conceitos de forma, de unidade, de pluralidade, de identidade e diferença.<sup>57</sup> Esta definição, no entanto, não será suficiente para abarcar o conceito de pessoa, que só ganhará o verdadeiro contorno no âmbito do cristianismo, principalmente em Santo Tomás de Aquino: “pessoa significa o que há de mais perfeito de toda a natureza, isto é, o que subsiste em a natureza racional”.<sup>58</sup> “... Portanto, entre as outras substâncias, os indivíduos de substância racional têm certo nome especial, a saber, o de pessoa.”<sup>59</sup>

Para a ciência o termo pessoa assume variadas conceituações: para a Psicologia é “a unidade de um mesmo ‘eu’, que permanece a despeito das contínuas modificações do comportamento”; para a Biologia é: um ser que move, efetua troca com o ambiente e tem consciência de si mesmo; para a Economia: alguém que produz (*homo faber*), que efetua relações de troca (*homo economicus*); para a Sociologia: um ser em relação com os outros e com o ambiente; para o Direito, sujeito de direitos e obrigações e que goza da sua individualidade, sua liberdade e responsabilidade. Ativa e passivamente sujeito de qualquer direito.<sup>60</sup> O vocábulo *persona* foi utilizado também no sentido de “sujeito legal”.<sup>61</sup>

<sup>52</sup> Cf. GRESHAKE, Gisbert. *El Dios uno y trino*. Barcelona: Herder, 2001, p. 101-213; 215-222.

<sup>53</sup> Cf. ACQUAVIVA, Marcus Claudio. *Dicionário Jurídico Brasileiro Acquaviva*. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2004.

<sup>54</sup> Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

<sup>55</sup> Cf. WOJTYLA, Karol. *Mi visión del hombre*. 6. ed. Madrid: Ediciones Palavra, 2005, p. 307.

<sup>56</sup> Anício Manlio Severino Boécio Anicius (470-525), traduziu, resumiu e comentou obras de filósofos importantes da antiguidade (Porfírio, Aristóteles, entre outros). Escreveu “*O consolo pela filosofia*” enquanto esteve preso, aguardando a execução.

<sup>57</sup> Cf. LACOSTE, Jean-Ives. *Dicionário Crítico de Teologia*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 318.

<sup>58</sup> Cf. SANTO THOMAS DE AQUINO. *Suma teológica* 1. q.29 a.3.

<sup>59</sup> *Ibidem*, q.29 a.3.

<sup>60</sup> Cf. MONTORO, André Franco. *Introdução à ciência do Direito*. 25. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 491.

<sup>61</sup> MORA, J. Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 2262.

A Constituição Federal do Brasil,<sup>62</sup> no seu artigo 1º, inciso III, diz que “a República Federativa do Brasil... tem como fundamento a dignidade da pessoa”.

O Código Civil<sup>63</sup> diz que “toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil” (art.1º) e que “a personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro” (art. 2º).

Aqui estão, portanto, dois aspectos que a lei brasileira reconhece: em primeiro lugar que o ser humano é pessoa, isto é, alguém que é detentor de uma dignidade; segundo, que essa pessoa é possuidora de direitos e obrigações na ordem civil.

“A hipótese fundamental da modernidade, a linha que tem corrido através da civilização ocidental desde o século XVI é a de que a unidade social da sociedade não é o grupo, o clube, a tribo, a cidade, mas a pessoa”.<sup>64</sup> Tal afirmativa identifica o individualismo como uma das características dos tempos modernos, surgiu nos valores vindos do Iluminismo e que marcou a sociedade. Nos conflitos de interesse entre as metas pessoais e grupais, é aceitável que as metas pessoais sejam colocadas à frente das metas coletivas. Realiza aquilo que lhe dá satisfação e não o que é determinado e esperado pelo grupo.

### 1.5 Reflexão cristológica do conceito de pessoa

É no âmbito do cristianismo que o conceito de pessoa ganha o seu significado mais profundo. As discussões cristológicas e trinitárias na busca de uma reflexão metafísica da pessoa que pudesse justificar, pela razão, os mistérios da Trindade e da Encarnação do Verbo, contribuíram para uma compreensão de pessoa, oferecendo um arcabouço filosófico e teológico que tornasse mais clara a terminologia e estabelecesse uma melhor relação entre os diversos termos.<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup> A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05/10/1988, traz no seu artigo 1º, inciso III: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:... Inciso III: a dignidade da pessoa humana”.

<sup>63</sup> BRASIL. Lei 10.406, de 10 de jan. de 2002, que instituiu o novo Código Civil. Publicada no Diário Oficial da União de 11 de jan. de 2002.

<sup>64</sup> MALINA, Bruce J. *O evangelho social de Jesus - o reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 126, citando Bell, 1976.

<sup>65</sup> Cf. LACOSTE, Jean-Ives. *Op.cit.*, p. 1394: “Para nomear essas distinções no seio de um Deus uno, Tertuliano falou de uma substância e de três pessoas (PL 2, 167-168); e, para unir em Cristo o divino e o humano, falou de uma só pessoa, ao mesmo tempo Deus e homem (PL 2, 191); deu assim pela primeira vez à palavra pessoa (*persona*) todo o seu peso. Hipólito (c. 170 - c. 236), por outro lado, foi o primeiro a utilizar *prosopon* para falar da Trindade (PG 10, 821A)”.

As grandes teorizações, no entanto, foram realizadas por Atanásio<sup>66</sup> na sua luta contra o arianismo,<sup>67</sup> “ensinando que o Filho pertencia à substância de Deus, enquanto o mundo existia pela vontade de Deus: o Filho não pertence à ordem criada”.<sup>68</sup>

O Concílio de Calcedônia (451) completou o que começara em Éfeso e culmina com a teologia sobre o Verbo encarnado,<sup>69</sup> reafirmando a doutrina daquele Concílio. Éfeso havia afirmado que em Cristo há uma só pessoa, a do Verbo divino, e que nela subsistem duas naturezas: a divina e a humana, sem mistura. Combate a heresia arianista que nega a unidade das naturezas divina e humana de Cristo e a monofisista que nega a plena humanidade de Cristo. O *Tomo a Flaviano*<sup>70</sup> é uma síntese magnífica, profunda e clara, da doutrina sobre a união hipostática. Afirma a total integridade e perfeição das duas naturezas, unidas numa única pessoa, a do Verbo encarnado. Nele a natureza divina em nada anula a humana. Permanecem sem confusão, sem mistura, sem divisão, sem separação.<sup>71</sup>

as diferenças pessoais em Deus se encontram em um mesmo plano e têm a mesma importância que a sua unidade, e mais ainda, as diferenças são idênticas com a essência de Deus (*relationes sunt ipsa essentia divina*), e, em segundo lugar, as pessoas em Deus são magnitudes tanto autônomas *quanto, ao mesmo tempo*, dialógico-relacionais, que não se pode conceber de maneira independente das outras com as que estão em permanente relação.<sup>72</sup>

Graças a essa reflexão foi possível a elaboração de uma teologia trinitária e cristológica, o que permitiu uma melhor compreensão a respeito das pessoas divinas da Trindade, sua individualidade, sua pluralidade e unidade, sua relação.

<sup>66</sup> Atanásio de Alexandria (299-373). Serviu como diácono e secretário do Bispo Alexandre, acompanhou e teve papel relevante no Concílio de Nicéia (325) nas suas posições contra o arianismo. Foi consagrado Bispo em 328, exercendo o seu ministério episcopal durante 45 anos, apesar de ter sido exilado cinco vezes.

<sup>67</sup> Doutrina herética que negava a divindade do Filho, negando a sua consubstancialidade com o Pai. Ario foi denunciado por suas idéias sobre o Filho de Deus, que ele dizia inferior ao Pai, e condenado pelo Concílio de Nicéia em 325.

<sup>68</sup> LACOSTE, Jean-Ives, Op. cit., p. 1394.

<sup>69</sup> DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas-Loyola. 2007, p. 113 (DH 301-302): “[Definição] Seguindo, pois, os santos Padres, com unanimidade ensinamos que se confesse que um só e o mesmo Filho, o Senhor nosso Jesus Cristo, perfeito na sua divindade e perfeito na sua humanidade, verdadeiro Deus e verdadeiro homem <composto> de alma racional e de corpo, consubstancial a nós segundo a humanidade, semelhante em tudo a nós, menos no pecado [cf. Hb. 4,15], gerado do Pai antes de todos os séculos e, nestes últimos dias, em prol de nós e de nossa salvação, <gerado> de Maria, a virgem, a Deípara, segundo a humanidade; um só e o mesmo Cristo, Filho, Senhor, unigênito, reconhecido em duas naturezas, sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação, não sendo de modo algum anulada a diferença das naturezas por causa da união, mas, pelo contrário, salvaguardada a propriedade de cada uma das naturezas e concorrendo numa só pessoa e numa só hipóstase; não dividido ou separado em duas pessoas, mas um único e o mesmo Filho, unigênito, Deus Verbo, o Senhor Jesus Cristo, como anteriormente nos ensinaram a respeito dele os Profetas, e também o mesmo Jesus Cristo, e como nos transmitiu o Símbolo dos Padres”.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 107-109 (DH 290-295).

<sup>71</sup> Cf. LACOSTE, Jean-Ives, Op. cit., p. 328.

<sup>72</sup> GRESHAKE, Gisbert. *El Dios uno e trino*. Op. cit., p. 215.

## 2 PESSOA E TRABALHO EM UM CONTEXTO DE MUDANÇA DE ÉPOCA

Um olhar à nossa volta mostra-nos uma realidade complexa, marcada por mudanças cada vez mais velozes, de amplitude global, que influenciam de modo profundo os vários campos da atividade humana, como a ciência, a economia, a cultura, as comunicações, a política e a educação. Novas tecnologias são colocadas a serviço da pessoa e da sociedade com a finalidade de facilitar e prolongar a vida, eliminar doenças, aumentar o conforto e diminuir distâncias.

Apesar do ganho significativo que tais mudanças provocam, a pessoa se ressentida de modo singular com as consequências que delas advêm: a perda do sentido, “ao perder parâmetros, referências, critérios para julgar a coerência entre seus ideais anteriores e suas práticas presentes, como também para analisar os próprios acontecimentos”,<sup>73</sup> o individualismo, o subjetivismo, o hedonismo, as mudanças culturais, entre tantas outras.

De outro lado, dois terços da humanidade estão marginalizados, colocados fora dos benefícios proporcionados pelos avanços tecnológicos, seja pela inadaptação ou incapacidade de acompanhá-los, comprometendo o seu trabalho e a sua sobrevivência.

Os conceitos de estabilidade e segurança se desfazem de modo cada vez mais acelerado e a frase cunhada por Karl Marx “tudo o que é sólido se desmancha no ar”,<sup>74</sup> ganha força e velocidades nunca imaginadas e em certo momento a aceleração pode determinar um salto qualitativo, mudando de patamar, alterando de modo significativo o cotidiano, a vida das pessoas.

Essa vertiginosa aceleração das mudanças provoca uma pergunta: vivemos uma época de mudanças ou uma mudança de época? Uma nova civilização está nascendo? “Há consenso quase unânime hoje entre os analistas da sociedade mundial de que estamos passando por uma grande mutação cultural e civilizacional”.<sup>75</sup> É um novo momento da história, um novo patamar da civilização, que poderá afetar as relações humanas e as religiões, inclusive o cristianismo.

### 2.1 Pessoa e mudança cultural

---

<sup>73</sup> LIBÂNIO, João Batista. *A vida religiosa na crise da modernidade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 28.

<sup>74</sup> MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Vozes, 2001, p. 60: “Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas”.

<sup>75</sup> BOFF, Leonardo. *Nova era: a civilização planetária*. 2. ed. São Paulo: Atica, 1994, p. 11.

Vivemos uma mudança de época! Sentida de modo mais expressivo na cultura, alterando o modo de relação da pessoa consigo mesma, com o meio que a rodeia, com o outro e a sociedade e, especialmente, com o Transcendente.

“A nova época na qual parece que estamos entrando permanece em grande parte ainda indecifrável. Ela ainda é, para nós, um grande enigma”,<sup>76</sup> a exemplo das grandes transformações da sociedade.

Nos últimos 500 anos aconteceram grandes mudanças no cenário mundial. O primeiro foi o Renascimento, que buscou revalorizar os referenciais da cultura clássica da Antiguidade, provocando mudança de grande amplitude na herança da Idade Média e profundas implicações nas suas manifestações culturais (na música, na pintura, na literatura, na arquitetura, na escultura, na religião, na política, na filosofia, nas ciências). Marcou o início da Idade Moderna e a transição para o capitalismo. Gerou um clima de expectativa e otimismo, incentivando o avanço nas pesquisas e uma nova atitude diante do futuro, impulsionando de modo positivo as ciências, a irrupção do humanismo, colocando a pessoa no centro de tudo. Ocorreu aqui, possivelmente, o maior distanciamento entre fé e ciência. O humanismo, colocado como o principal valor a ser cultivado, afirma a dignidade do homem, recuperando o “patrimônio filosófico, cultural e artístico da Antiguidade”.<sup>77</sup>

Um segundo movimento foi verificado na Revolução Industrial: a passagem do processo de manufatura para a industrialização e a transferência dos meios de produção para o proprietário capitalista, alterando o sistema de produção, com as consequências daí decorrentes.

Um terceiro momento foi a Revolução do Conhecimento ou da Informação, que Alvin Tofler denomina de Terceira Onda,<sup>78</sup> também conhecida por Sociedade ou Economia do Conhecimento ou da Informação. Tem como suporte o uso de tecnologia avançada de informática, telemática, multimídia, robótica, inteligência artificial, particularmente nas comunicações, facilitando a veiculação de informações, imagens e dados em tempo real, aproximando países, culturas, encurtando distâncias e transformando o mundo numa aldeia global (McLuhan). O que caracteriza a sociedade da informação é a inovação constante dos seus produtos e de suas tecnologias e a sua consequente obsolescência. Gordon E. Moore, um dos pais da tecnologia moderna, em 1965, quando presidente da Intel, profetizou o que ficou conhecido como a Lei de Moore: os microprocessadores teriam dobradas sua capacidade de

---

<sup>76</sup> NEUTZLING, Inácio, SJ. Uma época de mudanças. Uma mudança de época. Algumas observações. In *Convergência* n. 409, março/2008, p. 107.

<sup>77</sup> ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: Melhoramentos, 1982, v. 13, p. 266.

<sup>78</sup> Cf. TOFLER, Alvin. *A terceira onda*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

processamento a cada 18 meses, enquanto o seu custo permaneceria estável ou mesmo decresceria. O uso das nanotecnologias poderá multiplicar essa capacidade milhares de vezes.

Dois fatores influenciaram essa nova realidade: a velocidade: da utilização do cavalo como meio de locomoção e transporte às naves espaciais, da utilização de meios de comunicação do passado a veículos comunicacionais cada vez mais rápidos;<sup>79</sup> o volume de informações disponíveis e de domínio público: a revolução tecnológica, com a rápida duplicação da base do conhecimento - fala-se hoje em cinco anos ou menos<sup>80</sup> - a planetarização das comunicações em que a rede mundial de computadores (internet) exerce um papel preponderante. A revolução do silício, com os microprocessadores com capacidade de multiplicar, através de recursos computacionais, em que bilhões de bits circulam por milésimos de segundos, processando informações econômicas de bilhões de dólares.<sup>81</sup>

Participamos de uma nova era, sem ainda conseguir observá-la por inteiro. Sem admitir, nem sequer perceber, que a anterior desapareceu. Ainda não tomamos consciência de que temos uma mutação e não uma crise.<sup>82</sup> Essas mudanças, no entanto, não ocorrem linearmente. Prigogine utiliza a conceito de bifurcação<sup>83</sup> e a tudo que a ele se refere para designar a mudança. Para Prigogine o universo está sempre em construção. As bifurcações são caminhos seguidos e que conduzem sempre a novas bifurcações. No campo social, as mudanças recebem contribuições provindas das ciências, especialmente da informação e da comunicação.

## 2.2 Crise civilizatória

A cultura é o elemento fundamental da civilização: o modo de ser, o tipo de organização social, a família como célula fundamental da sociedade, a aversão ao assassinato como estranho às relações, os demais elementos constitutivos do *ethos* social, os valores básicos da convivência humana, os meios de comunicação e sua interferência nos costumes.

<sup>79</sup> Cf. BOFF, Leonardo. *Nova era: a civilização planetária*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 47.

<sup>80</sup> Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A Igreja perplexa*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 22.

<sup>81</sup> Cf. LIBÂNIO, João Batista. *A vida religiosa na crise da modernidade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 16.

<sup>82</sup> Cf. FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1997, p. 8.

<sup>83</sup> Cf. PRIGOGINE, Ilya. *Carta para as futuras gerações*. São Leopoldo: Revista IHU On-Line, 2003, Disponível em <<http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1161288019.69word.doc>>, acesso em 05 de mai. de 2009; Cf. ALMEIDA, Maria da Conceição de. *A ciência como bifurcação: uma homenagem a Ilya Prigogine*. 2004. Porto Alegre: Famescos, n. 23, p. 77. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamescos/article/viewFile/3251/2511>>, acesso em 29 de mai. de 2009.

Huntington<sup>84</sup> observa que o conceito de civilização abarca uma cultura e uma religião comum. Daí, para o conceito de uma civilização universal, deveria também ser extrapolada a ideia para a emergência de uma língua, de uma cultura e de uma religião universal, uma ideia comum de família, um tipo de organização política, uma forma comum de organização da sociedade, um sistema de comunicação global como elementos essenciais. Esses conceitos não são transmitidos de uma geração para outra dentro do processo hereditário, mas como herança a ser preservada, o desenvolvimento de um povo, as técnicas por ele utilizadas, a economia, os valores, as crenças, a forma de relacionamento e convívio humano, as condições materiais, intelectuais, políticas, morais e éticas, as expressões: a arte, a música, a arquitetura, a pintura, a literatura. Uma civilização se desenvolve de modo lento, através de um processo sujeito a fatores condicionantes como recursos naturais, o exemplo de povos próximos, tipo de liderança exercido durante um determinado tempo e pela vontade de seu povo.

As modernas comunicações, ampliadas em volume e em velocidade, promovem o avanço da civilização de maneira mais rápida. A pressão para um modo global de vida faz com que os paradigmas existentes deixem de responder às demandas da sociedade, exigindo a elaboração de novos conceitos.

É escandaloso o predomínio de uma minoria defronte a uma situação de miséria em países e continentes, uma crescente marginalização em todos os âmbitos, a banalização das dimensões da vida, a degradação da ética. Tudo isso o paradigma da modernidade não consegue explicar.<sup>85</sup>

É necessário enfocar o termo crise sob diversos aspectos para entendê-lo. Na natureza, toda evolução é um processo de crise: do nascer, crescer, amadurecer, morrer, cada momento de passagem representa uma ocasião crítica, que é romper com algo passado, que não mais responde aos anseios e necessidades. Significa também uma reavaliação das atitudes, dos costumes, das ideias, na emergência de um novo que se contrapõe ao anteriormente considerado. Etimologicamente, “implica dois significados: julgamento (kríneins) e decisão. Aplicada às tensões históricas, a crise representa, pois, um duelo entre dois momentos que assinalam um ponto de mutação”.<sup>86</sup> O mesmo se pode dizer das culturas e das civilizações.

A pessoa busca segurança como forma de se proteger das incertezas e quer que os referenciais sejam conhecidos, minimizando ameaças e perigos. Toda mudança gera

---

<sup>84</sup> Cf. HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Disponível em <[www.econ.fea.usp.br/nozoe/ae0539/huntington\\_O\\_Choque\\_das\\_civilizacoes.doc](http://www.econ.fea.usp.br/nozoe/ae0539/huntington_O_Choque_das_civilizacoes.doc)>, acesso em 06 de abr. de 2009.

<sup>85</sup> Cf. LIBÂNIO, João Batista, sj. *A vida religiosa na crise da modernidade brasileira*. Op, cit, p. 28-29.

<sup>86</sup> ULLMANN, Reinhold Aloysio. Crise da civilização e/ou crise da cultura no ocidente. *Teocomunicação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 19, n. 83, p. 47-48, mar.1989.

instabilidade e necessidade de adaptação. Por isso, de modo geral, a crise é percebida como algo nocivo, ruim, problemático e a tendência é de resistir a ela tanto quanto possível. No entanto, é saudável ter uma nova visão da evolução, já que o crescimento comporta necessariamente ruptura, avanço e desenvolvimento, construção de novos paradigmas e atualização de valores comumente aceitos.

Os meios de comunicação têm influenciado fortemente a disseminação do novo, de uma nova maneira de pensar, que questiona e coloca em xeque o que é tradicional, provocando uma situação de crise de amplitude cada vez mais abrangente, capaz de forjar uma cultura global, fundindo e homogeneizando costumes e ideias.

### **2.3 Precarização das relações de trabalho e o trabalhador**

Até o ano de 1980, a legislação trabalhista não era apenas cumprida, mas os empregadores ainda ofereciam benefícios com a finalidade de atrair mão de obra para atender à intensa industrialização, especialmente no pós-guerra.

A partir da década de 80 houve uma inversão nessa situação pela utilização dos avanços tecnológicos e maior automação do processo produtivo, fazendo cair a oferta de empregos. Para o trabalhador isso custou muito caro, pois não basta estar protegido pela lei, é necessário submeter-se às condições de oferta e procura de trabalho.

Postos de trabalho foram extintos, direitos conquistados ao longo do tempo e através de luta incessante desde a Revolução Industrial e, no Brasil, após 1930, foram “flexibilizados”; o subemprego fragiliza ainda mais o sistema, contribuindo para o aumento da exclusão, deixando significativa parcela da população numa situação de miséria.

As entidades representativas dos trabalhadores também se fragilizaram: a realidade demonstra que o número de trabalhadores com “carteira assinada” e os direitos trabalhistas garantidos é menor do que o de trabalhadores informais.

A consequência é a precarização das relações de trabalho: aviltamento dos salários, fim das limitações das possibilidades de despedir o empregado, utilização de jornadas de trabalho acima do permitido na legislação, *downsizing*<sup>87</sup>, terceirização<sup>88</sup>, quarteirização<sup>89</sup>,

---

<sup>87</sup> Técnica que visa a eliminar níveis hierárquicos na estrutura da empresa, racionalizando processos, reduzindo a burocracia desnecessária e mantendo o foco na área de recursos humanos, tornando mais enxuta a organização. Envolve reorganização, planejamento, redução de custos e, em muitos casos, demissão de pessoal. Necessita de uma acurada definição de objetivos, do estabelecimento de metas e do acompanhamento rigoroso para que não volte a se instalar a burocracia.

<sup>88</sup> É um processo pelo qual grandes organizações, visando a manutenção do foco na atividade-fim, repassam a execução dos serviços complementares (vigilância, limpeza, conservação, telefonia, ascensoristas) e a realização de atividades especializadas, a empresas subcontratadas. Busca-se com isso reduzir custos, melhorar a qualidade.

subproletarização tardia<sup>90</sup>, emprego temporário, trabalho informal, *part-time*<sup>91</sup>, cooperativas de trabalho, desemprego estrutural, desemprego conjuntural, realocação geográfica de empresas<sup>92</sup>. Tudo isso termina comprometendo a qualidade de vida das pessoas, e provocando o acirramento do conflito capital-trabalho. Poucas alternativas restaram ao trabalhador: a economia informal (eventualmente ligadas à ilegalidade), alguma atividade relacionada à economia solidária e melhoria de renda ou, em último caso, permanecer inativo.

Uma palavra entrou no uso corrente: empregabilidade, que significa reciclagem e atualização contínua, capacidade de adaptação às mudanças organizacionais, a diferentes contextos profissionais e áreas de atuação diversas, o uso de novas tecnologias, incorporação de novas habilidades e aptidão às exigências e necessidades do mercado de trabalho.

## 2.4 O impacto das comunicações

Os modernos meios de comunicação abriram uma janela para o mundo! A velocidade, a instantaneidade, a profusão de informações que circulam no *cyberespaço* criaram oportunidades, aproximaram povos, eliminaram fronteiras e barreiras culturais e étnicas. Oportunizaram a realização de operações comerciais, facilitaram as relações políticas entre as nações, desenvolveram a educação e a cultura, permitiram o jornalismo em tempo real,<sup>93</sup> pois

---

Apesar das muitas vantagens, deve ser utilizada com cautela, principalmente no desconhecimento da qualificação da mão de obra utilizada, co-responsabilidade nas ações trabalhistas. Também conhecida por *outsourcing*.

<sup>89</sup> Novo e avançado estágio da terceirização: trata-se da subcontratação de serviços terceirizados, refinamento na utilização de mão de obra, gestão de contratos, eliminação de estruturas nas empresas terceirizadas.

<sup>90</sup> É a nova precariedade do trabalho assalariado sob a mundialização do capital. Ela surge não apenas nos setores tradicionais (e desprotegidos) da indústria (e dos serviços), mas, principalmente, em setores modernos da produção capitalista. Esta é a sua particularidade histórica: ela é decorrente da cisão da classe no interior de seu pólo mais desenvolvido (e organizado). Desse modo, o que denominamos subproletarização tardia é constituída pelos trabalhadores em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria ou nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. Nesse caso, tende a predominar o que alguns sociólogos e economistas denominam 'informalização' nas relações de trabalho (um eufemismo para a precariedade do trabalho assalariado).

<sup>91</sup> Recurso utilizado por pessoas que, tendo um emprego, querem aumentar seus rendimentos através de trabalho extra. Estudantes também se valem desse expediente para ganhar algum dinheiro, especialmente nos horários de folga ou finais de semana (como babás, garçons). Para outras, no entanto, é a única oportunidade de trabalho.

<sup>92</sup> A abertura do comércio mundial, a globalização econômica e financeira, permitiram a transferência de postos de trabalho em número cada vez maior para regiões do país (ou mesmo para outros países) onde a remuneração do trabalhador é menor ou os direitos sociais são minimamente respeitados ou até mesmo inexistentes. Exemplo atual bem característico é o da China: trabalhadores submetidos a jornadas de trabalho estafantes, condições de trabalho precárias, baixos salários. No Brasil, empresas das regiões Sul e Sudeste têm transferido suas plantas industriais para a região Nordeste em busca de mão de obra mais barata e poucos direitos trabalhistas, numa região agudamente mais pobre.

<sup>93</sup> Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. *Igreja e internet*. 2002. Disponível em

<[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_20020228\\_church-internet\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_20020228_church-internet_po.html)>, acesso em 11 de mai. de 2009.

mesmo pessoas com escassos recursos podem ter acesso, no seu próprio lar, aos recursos da mídia: informação, educação, cultura e mesmo crescimento espiritual.<sup>94</sup>

João Paulo II lembra que “os *mass media*, em qualquer forma que sejam, devem inspirar-se sempre no critério ético do respeito pela verdade e pela dignidade da pessoa”,<sup>95</sup> de modo a não causarem prejuízos às famílias, distorcerem a realidade, “deformar os conceitos da vida, da família, da religião e da moral”.<sup>96</sup>

No entanto, trouxeram no seu bojo um lado perverso: a financeirização das relações comerciais e a busca do lucro como principal objetivo, agravando as dificuldades econômicas e sociais das populações e aumentando a distância entre os países ricos e industrializados e os países pobres e em via de desenvolvimento.

Nesse *cyberespaço*, que é sustentado pela alta tecnologia da comunicação e da informação, os corpos não interessam, já que não se localizam num espaço físico, onde residam, vivam, construam suas organizações e empresas, mas num espaço virtual, extraterritorial, numa espécie de universo paralelo, onde se pode viver uma realidade virtual (*second life*).

Com um terminal de computador as distâncias perdem o seu significado, possibilitando ao usuário “viajar” para qualquer lugar do planeta e ter acesso a informações localizadas em lugares inacessíveis por outros meios. Esse espaço cibernético, contudo, permite sua utilização com uma radical liberdade e um individualismo exagerado, já que não está sujeito à regulação legal, pois nele é permitido qualquer tipo de expressão e onde cada um pode fazer o que quiser, veiculando ideias libertárias, pornografia e violência.<sup>97</sup> “Esses meios de comunicação que devem ser utilizados para o bem das pessoas e das comunidades podem ser usados inclusive para explorar, manipular, dominar e corromper”.<sup>98</sup> O critério mais apropriado para a avaliação das comunicações é o bem comum.

Os meios de comunicação social são de importância tal que são capazes de promover uma verdadeira revolução cultural, pelo seu poder de informação e formação, inspirando “comportamentos pessoais, familiares e sociais”.<sup>99</sup> A “opinião pública” é formada a partir da

---

<sup>94</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Mensagem para celebração do 38º dia mundial das comunicações sociais*, em 23 de maio de 2004. Disponível em <[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/messages/communications/documents/hf\\_jp-ii\\_mes\\_20040124\\_world-communications-day\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/communications/documents/hf_jp-ii_mes_20040124_world-communications-day_po.html)>, acesso em 24 de abr. de 2009.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. *Ética na internet*. 2002. Disponível em <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_20020228\\_ethics-internet\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_20020228_ethics-internet_po.html)>, acesso em 24 de abr. de 2009.

<sup>98</sup> Ibidem.

<sup>99</sup> Ibidem.

contínua repetição de determinados fatos selecionados. Os *mass media* tem o poder de exibir imagens em tempo real, recuando as coordenadas de tempo e espaço, transformando a apreensão das coisas: “a realidade cede lugar àquilo que é exibido por estes meios.”<sup>100</sup> A própria evangelização da cultura depende hoje dos meios de comunicação social.

Os Meios de Comunicação Social representaram um extraordinário avanço na história da humanidade e seria difícil imaginar a volta a um estágio anterior ao seu desenvolvimento. Esses instrumentos são frutos do gênio humano e dádivas do Criador, colocados à disposição dos homens para a promoção do diálogo, ampliação da comunicação e da comunhão.

Mas também podem ser utilizados para disseminar ideias discriminadoras, revolucionárias, anti-sociais; violência e difamação, racismo e pornografia. Mais sofisticado e mais atual é o *cyberbullying*, forma violenta de ridicularizar, ameaçar, desprezar, intimidar, excluir, através de mensagens ofensivas ou de difamação.

## 2.5 Novas tecnologias

Até um passado recente era inimaginável que a humanidade experimentasse uma expansão como a que ocorreu no campo científico: novas tecnologias, robótica, informática, telemática. Uma revolução muito mais profunda do que a simples utilização da tecnologia, pois representa a emergência de uma nova economia que é global, que envolve um sistema de produção cada vez mais sofisticado e também toda forma do que é intangível (saber, relações, informações, ideias) e que está profundamente interligada num sistema de redes eletrônicas”.<sup>101</sup>

Mais recentemente a tecnociência, a biotecnologia, a biociência, a engenharia genética e a nanotecnologia passaram a compor o vocabulário no campo tecnológico. O pai do conceito de nanotecnologia, Eric Drexler, afirma que “os benefícios potenciais são enormes, em todas as áreas em que pessoas possam fazer coisas, ou usar coisas que tenham feito: a perspectiva é melhorar muitos produtos com grandes reduções de custos, tanto em termos financeiros quanto em se tratando de impacto ambiental”,<sup>102</sup> Capaz de solucionar os principais problemas atualmente enfrentados pela humanidade, a nanotecnologia produz impacto sobre os produtos farmacêuticos, a alimentação, os têxteis, as indústrias militar, aeroespacial e automotiva, os esportes e as comunicações. As empresas prometem maravilhas com a

<sup>100</sup> Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. *Ética na internet*. Op. cit.

<sup>101</sup> KELLY, Kevin. *A nova mão invisível da economia*. Disponível em <<http://www.janelanaweb.com/livros/kelly2.html>>, acesso em 27 de abr. de 2009.

<sup>102</sup> INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *Nanotecnologia: progresso ou aventura trágica. Notícias do período de 21.05.08 a 03.06.08*. São Leopoldo: IHU, 2008.

nanotecnologia no campo da medicina, da produção de medicamentos, da substituição de células e órgãos; infelizmente, destinar-se-ão também à produção de armas.

A tecnologia é uma aliada da pessoa, da qual ela se serve para facilitar-lhe o trabalho, aperfeiçoá-lo, acelerá-lo e multiplicá-lo,<sup>103</sup> através da racionalização da produção. Ela representa uma outra forma de propriedade, tão importante quanto a terra e o capital, estando assim também sujeita a uma destinação universal e à solidária repartição equitativa entre todos, particularmente os países em via de desenvolvimento, favorecendo a transferência de tecnologia de ponta e a maturação de um conhecimento científico e tecnológico. Elas têm o potencial de promover o progresso social, o desenvolvimento da economia e a melhoria das condições de vida das populações, especialmente na luta contra a fome e as doenças e na preservação do ambiente natural.

Pode, no entanto, tirar-lhe o emprego, suplantá-lo, tirar-lhe o gosto e o prazer pelo trabalho, tornando-o mero complemento da máquina (ou seu escravo). Muitas profissões foram suprimidas em virtude da implementação de novas tecnologias, fazendo surgir a interrogação a respeito do sujeito do trabalho, que é o próprio homem.

As novas tecnologias trazem, no entanto, um risco de serem utilizadas em projetos de pesquisas que visam em primeiro lugar o interesse econômico e em que a ética é colocada em segundo lugar, em detrimento da dignidade da pessoa.

## **2.6 O fenômeno da globalização**

Planetarização, mundialização, intercâmbio, interdependência, extraterritorialidade, desterritorialização, integração, globalização, interconectividade, interação, transnacionalidade: o nosso vocabulário foi enriquecido por essas palavras, especialmente nas últimas décadas do século XX. A globalização teve seu início no período das grandes navegações, pelo desenvolvimento do comércio nos séculos XV a XVIII, dilatou sua importância na Revolução Industrial, ampliou-se na Revolução Tecnológica, consolidou-se na Revolução da Informação. Empresas transnacionais, abertura e interligação dos mercados, fluxo financeiro internacional, permeabilização das fronteiras nacionais, hegemonia dos países centrais sobre a economia dos países periféricos: processo irreversível que atinge a todos, especialmente os mais pobres, gerando uma massa sobrando de excluídos, frustrando a esperança de vida para todos, justiça para todos. Um profundo abismo entre ricos e pobres foi criado pela sociedade capitalista, produzindo grande parte da pobreza existente nos países do

---

<sup>103</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Laborem Exercens*. Op. cit, p.21, n. 6.

Terceiro Mundo, aumentando as desigualdades sociais. Tem sua origem no processo de acumulação de capital, dentro de um sistema mundial de produção, que coloca sua prioridade no lucro, sem se importar com a marginalização de parcela significativa das populações desses países.<sup>104</sup>

Pela globalização o mercado se torna presente em todos os pontos do planeta e aí exerce a sua influência, alterando culturas, costumes, a ética, identidades de pessoas e países. Em seu nome se realizam sacrifícios e parece ser esse o irremediável destino do mundo, que nos afeta a todos de alguma maneira e na mesma medida.<sup>105</sup>

Seu efeito se estende para além dos processos econômicos e financeiros, afetando também a soberania política dos países ao substituir as fronteiras geográficas e territoriais por uma “desterritorialização” espacial e física, resultando em um espaço “multiterritorial”, facilitado pelos modernos meios de comunicação.<sup>106</sup>

O Papa Bento XVI, na sessão inaugural dos trabalhos da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, disse que o mundo de hoje passa por um fenômeno de globalização e um nível planetário de relacionamento que é um sinal da aspiração humana pela unidade e proximidade. Essa conquista, no entanto, comporta riscos de se transformar em instrumento de lucro para as grandes organizações.<sup>107</sup>

Nos diversos campos da atividade humana está ocorrendo uma crise planetária:

### 2.6.1 Na economia

A Revolução Industrial, a consolidação do capitalismo e a evolução nos processos de produção agrícola e industrial proporcionaram a elevação na oferta de produtos, especialmente de alimentos, provocando crescimento populacional, o que levou à discussão sobre a capacidade produtiva da terra para atender à demanda. Malthus,<sup>108</sup> então, desenvolveu

<sup>104</sup> Cf. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2001; CNBB. *Análise de conjuntura*. Maio/05, disponível em:

<[http://www.cnb.org.br/ns/modules/mastop\\_publish/?tac=427](http://www.cnb.org.br/ns/modules/mastop_publish/?tac=427)>, acesso em 07 de mai. de 2009.

<sup>105</sup> Cf. ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A idolatria do mercado - ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 291-302.

<sup>106</sup> Cf. HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização para a multiterritorialidade*. Disponível em <[http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura\\_y\\_urbanismo/h20054111314desterritorializacion.pdf](http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura_y_urbanismo/h20054111314desterritorializacion.pdf)>, acesso em 07 de mai. de 2009.

<sup>107</sup> Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO E CARIBENHO. *Documento de Aparecida - discurso inaugural da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 270.

<sup>108</sup> Thomas Robert Malthus (1766-1834), pastor, economista e demógrafo inglês, formulou a primeira teoria a relacionar o crescimento da população em ritmo geométrico e a fome.

a sua teoria, chamada de malthusiana, em que, segundo a sua observação, a produção de alimentos crescia em progressão aritmética, enquanto a população crescia em progressão geométrica o que conduziria necessariamente à escassez e à fome; a única forma de contornar o problema seria reduzir o índice de natalidade. Como solução apontava que se retardasse o casamento, que os casais muito jovens não tivessem filhos, que cada casal tivesse apenas o número de filhos que pudesse criar, que se reduzissem os salários como forma de forçar casais mais pobres a terem menos filhos, que se aumentasse o preço dos alimentos. Entendia também que as doenças e as guerras eram benéficas, como forma de reduzir a população. O que Malthus não levou em consideração foi, por um lado, a possibilidade de redução no ritmo do crescimento populacional e, por outro, o avanço da tecnologia e a Revolução Agrícola, que possibilitaram um crescimento da produção, trazendo benefícios a uma quantidade maior de pessoas; a Revolução Industrial propiciou uma melhoria na riqueza disponível e no nível de vida das pessoas, fazendo com isso que suas previsões não se confirmassem, embora ainda persista a fome em muitos países que, segundo especialistas,<sup>109</sup> se dá principalmente pelas desigualdades e assimetrias sociais na distribuição da renda e da organização da entrega da produção, de modo que esta chegue aos destinatários em quantidade suficiente, qualidade satisfatória e em tempo hábil.

A economia mundial está experimentando nos últimos tempos uma crise cuja amplitude e desdobramentos ainda não é possível delinear claramente: falências de empresas, quebra de bancos, demissões em massa. O problema é que, no caso presente, a crise se dá no coração do sistema financeiro mundial, os Estados Unidos. A crise de 1929 marcou o fim de um período liberal, deixando clara a necessidade de uma intervenção forte do Estado e de uma reforma profunda na economia capitalista.

Na segunda metade do século XX, experimentou-se o que Leonel Franca<sup>110</sup> chama de sintomas do desequilíbrio (inflação galopante, hipertrofia da produção, concentração econômica nas mãos das grandes organizações, imposição do poder das empresas multinacionais), tudo dentro de um modelo neoliberal, impotente para responder aos problemas apresentados. No início do século XXI, houve um aprofundamento desse desequilíbrio, levando a economia mundial ao seu pior estágio, em que nem os países industrializados e desenvolvidos, nem os países em via de desenvolvimento ficaram a salvo,

---

<sup>109</sup> Cf. MAIRESSE, Luiz Alberto Silveira. *A biotecnologia moderna enterra a teoria malthusiana*. 2006. Disponível em <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=4303&biotecnologia-moderna-enterra-a-teoria-malthusiana.html>>, acesso em 07 de mai de 2009.

<sup>110</sup> Cf. FRANCA, Leonel. *A crise do mundo moderno*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 29.

provocando um retrocesso no ciclo econômico (produção, distribuição, consumo), levando o desemprego a um patamar inimaginável para o atual momento da economia mundial.

## 2.6.2 Nas finanças

Logo após o fim da segunda guerra tem início (em 1958) o que ficou conhecido como a “crise do petróleo” que, em suas várias fases, permanece até os dias de hoje, afetando inclusive o Brasil, que passou por forte pressão inflacionária no período que vai da década de 60 a 90.

A partir dos anos 70, as economias mais maduras (EUA, Alemanha, França, Canadá, Japão, Reino Unido, Itália) fizeram experiências permitindo que suas moedas flutuassem dentro de certos limites. Para Celso Affonso Pastore e Maria Cristina Pinotti, o regime de câmbio flutuante vigorou no Brasil de junho de 1994 a março de 1995 e como regime fixo até 15 de janeiro de 1999.<sup>111</sup> A partir de 15 de janeiro de 1999, diante da forte pressão da crise cambial, o governo brasileiro adotou o regime de cambio flutuante.<sup>112</sup>

A facilidade e a expansão das comunicações permitiram que os investidores passassem a aplicar em ativos nos diversos mercados e países, utilizando recursos nem sempre disponíveis em seus haveres, acentuando a especulação. A mobilidade financeira no mercado mundial, num não-sistema caótico e sem controle, criou uma vulnerabilidade nos mercados internos, especialmente nos países do Terceiro Mundo: a entrada de recursos é saudada como investimento; sua saída, no entanto, deixa uma terra arrasada. Nos países emergentes acontece um verdadeiro “efeito dominó”, caindo um após o outro. Alguns exemplos: a crise no Sistema Monetário Europeu em 1992-93, a crise do México em 1994, a quebra dos Tigres Asiáticos em 1997, a crise da Rússia em 1998, o ataque especulativo ao Plano Real no Brasil em 1999, a crise Argentina em 2001-02.

Os governos Thatcher, na Europa e Reagan, nos Estados Unidos, acentuaram a expansão da globalização e sua proposta neoliberal, cuja expressão maior é o chamado

---

<sup>111</sup> Cf. PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. *Globalização, fluxos cambiais e regimes cambiais: reflexões sobre o Brasil*. 2000. Disponível em <<http://www.usp.br/estecon/index.php/estecon/article/viewFile/547/256>>, acesso em 18 de set. de 2009.

<sup>112</sup> Cf. SOUZA, Francisco Eduardo Pires de; HOFF, Cecília Rutkoski. *O regime cambial brasileiro - 7 anos de flutuação*. 2008. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/conjuntura/pdfs/TextoRedeMercosul.pdf>>, acesso em 18 de set. de 2009.

Consenso de Washington<sup>113</sup>, centrado na desregulamentação do mercado, na abertura comercial e financeira, e na redução do papel e do tamanho do Estado.

A abertura da economia exercendo forte pressão nos mercados locais, a redução da participação do Estado na gestão pública, o crescimento do desemprego, o aumento da concentração de renda, a utilização de novas tecnologias, a busca da competitividade num mercado complexo, tudo isso fez com que as organizações passassem por um processo de readaptação e reengenharia<sup>114</sup> para poderem se manter nos negócios. É um período que marca a financeirização da economia.<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> Receituário elaborado por John Willianson, economista inglês, adotado pelas agências internacionais como condição para a concessão de crédito aos países que buscassem empréstimos através do Fundo Monetário Internacional e que deveriam se ajustar a essas regras. As conclusões desse acordo podem ser assim resumidas:

- a. Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
- b. Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura
- c. Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos;
- d. Liberalização financeira, com o fim das restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
- e. Taxa de câmbio competitiva;
- f. Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulo à exportação, visando impulsionar a globalização da economia;
- g. Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
- h. Privatização, com a venda de empresas estatais;
- i. Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
- j. Propriedade intelectual.

<sup>114</sup> Utilizada nas organizações para aumentarem sua competitividade no mercado, atingindo seus objetivos pela reformulação dos seus processos negociais e administrativos, de produção, de distribuição, de suas atividades e procedimentos internos. A metodologia foi criada pelos americanos Michael Hammer e James Champe, na década de 90. Implicaria numa completa modificação da maneira de agir das empresas, focalização nos seus objetivos e um total corte com o passado. A empresa passaria por um processo de desconstrução na sua gestão e um completo rearranjo na sua forma de trabalhar, otimizando a sua rede de processos, eliminando atividades que não sejam o seu foco ou que não lhe tragam resultados. Realiza mudanças na Estrutura Organizacional, nos Valores Organizacionais e no Sistema de Informação. Teve impacto limitado nos processos de gestão, ficando na maioria das vezes na redução de níveis na estrutura organizacional e na eliminação de postos de trabalho e no enxugamento de custos, gerando forte resistência nos empregados. Pelo sucesso na sua aplicação em muitas empresas tornou-se um modismo. Hoje já está suplantado por outras “filosofias” administrativas.

<sup>115</sup> As novas tecnologias e a facilidade de comunicação e informação, a flexibilização das leis nacionais (que liberalizaram as aplicações financeiras a partir da década de 1980), as diferenças de rentabilidade oferecida aos investidores, foram fatores que possibilitaram o desenvolvimento de uma arquitetura financeira com base no correspondente sistema americano. Conhecida como financeirização, é a transformação da riqueza no capitalismo. É resultado da distorção da desregulação da economia que tornou possível as “inovações financeiras” para renderem aos seus inventores grandes comissões e bônus, ao invés de fomentarem a produção, criando uma riqueza fictícia, com o mercado financeiro se apropriando dos ativos da economia, que num momento de euforia faz parecer que todos ganham. É a especulação financeira, um verdadeiro cassino. Entretanto, essa “bolha” pode estourar de um momento para o outro, deixando muitos investidores com elevados prejuízos, destruindo não apenas tal economia fictícia, mas também a economia real, reduzindo o Produto Interno Bruto dos países, causando desemprego e exclusão. O Estado perde significativa autonomia na condução da política macroeconômica, ficando subordinado ao sabor dos mercados que são orientados pela lógica do ganho financeiro, onde o mais importante é a taxa de remuneração do investimento. A economia norte-americana utilizou-se dessa política monetária ao estimular a aplicação em setores de alto risco, com maior rentabilidade, com vistas a postergar um processo de recessão e uma crise financeira maior. No entanto, o que se observou na

A crise econômica e financeira, gestada por anos, veio à luz no segundo semestre de 2008, produzindo graves consequências para a sociedade: redução no Produto Interno Bruto, no desempenho da economia, na credibilidade e na sustentabilidade do sistema bancário, criando um clima de instabilidade social: desemprego, aumento da criminalidade, desagregação do tecido social, tensões sociais, bolsões de pobreza e fome. Dos governantes, que passam por uma crise de credibilidade, requer-se uma atenção redobrada para que se evitem males maiores, busquem a restauração da confiança, mostrem que estão preocupados com o destino dos cidadãos. No entanto, o que se observou na crise 2008 foi que a financeirização sem limite e sem controle levou a economia americana (e a do restante do mundo) a sofrer o impacto desse verdadeiro “*tsunami* financeiro” que abalou os alicerces de todas as economias, acentuando ainda mais a assimetria entre os países desenvolvidos e os em via de desenvolvimento, comprometendo a vida de milhões de pessoas,<sup>116</sup> ocasionando um retrocesso na tendência de redução da pobreza no mundo, apesar da tendência de diminuição dos preços dos alimentos.

### 2.6.3 Na sociedade

A modernidade, nascida no berço do Renascimento, que viveu sua consolidação no período da Revolução Industrial e sua plenificação no tempo das Luzes, teve como marca fundamental a valorização do indivíduo, a busca pela liberdade e as expressões de uma nova visão de mundo, influenciando toda a segunda metade do século XX. É o período em que o homem tem acesso à sua maioridade pelo uso da razão, de sua autonomia e da livre busca do seu destino, da ruptura com o tradicional, suas normas e seus valores. Foi marcada por inúmeros fatores, entre os quais podem ser destacados: as grandes navegações e os descobrimentos delas decorrentes; o desenvolvimento das ciências; a intensificação das pesquisas científicas; a invenção da imprensa por Gutenberg; a Reforma protestante; a contra-

---

segunda metade do ano de 2008 foi o estouro da bolha imobiliária americana, com reflexos nos mercados do mundo inteiro, transformando em escala global a crise do capitalismo financeirizado. Um verdadeiro “*tsunami* financeiro”.

<sup>116</sup> O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial alertam que mais de um bilhão de pessoas nos países pobres vão passar fome nos próximos anos (significa as populações do Brasil, Estados Unidos e Comunidade Européia, somadas). 400 mil crianças de até cinco anos vão morrer de desnutrição ao ano (Folha de São Paulo, 25/04/09, citado pelo Instituto Humanitas da Unisinos, disponível em <[http://www.unisinos.br/\\_ihu/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21715](http://www.unisinos.br/_ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21715)>, acesso em 01/09). A América Latina e o Caribe terão neste ano 40,3 milhões de pobres, um aumento de 0,4% em relação ao ano anterior (Estado de São Paulo, de 25/04/09), citado pelo Instituto Humanitas da Unisinos. 2009. Disponível em <[http://www.unisinos.br/\\_ihu/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21716](http://www.unisinos.br/_ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21716)>, acesso em 01.05.09. de mai. de 2009.

reforma, o Concílio de Trento; a Revolução Industrial; a Revolução Francesa. Suas principais características são: a ruptura com o passado, o questionamento do tradicional; a insegurança diante da inexistência de referenciais que respondam às constantes transformações; a dinamicidade, os acontecimentos em grande quantidade; a pluralidade cultural, religiosa, econômica, profissional e ideológica; a necessidade permanente de adaptação e a valorização do individual diante da alteridade.

Com uma ideologia acentuadamente capitalista, somente o “novo”, o “moderno”, tem sua importância e soluciona problemas: a última versão de um determinado produto é buscada febrilmente. Assim, a obsolescência programada transforma tudo em mercadoria que já traz em si mesma o limite do descarte, da substituição, da eliminação, onde o “antigo”, o “velho” é desqualificado. O risco nesse processo é transformar a pessoa em um objeto que pode ser “vendido” a quem pagar mais, como também colocá-lo na lista de descarte quando já não apresenta “valor” comercial ou já não é mais útil dentro de uma sociedade consumista.

Na segunda metade do século XX a modernidade experimentou uma aceleração nunca vista nos seus principais elementos: o indivíduo, o mercado, a tecnologia. A partir dos anos 80, com o avanço da globalização e das comunicações, a modernidade alcançou um patamar que passou a influenciar diretamente o comportamento das pessoas e uma série de consequências: uma sociedade os costumes que se modificam profundamente, o consumismo exacerbado, uma organização social diferente e inédita, uma ruptura com os modelos e padrões existentes. É o momento que alguns autores chamam de pós-modernidade.<sup>117</sup>

É a história em curso que passa por uma verdadeira revolução: uma sociedade fragmentada e midiática, de valores hedonistas e permissivos, uma hipervalorização do individualismo e da autonomia do indivíduo. “Privatização alargada, erosão das identidades sociais, desafeção ideológica e política, desestabilização acelerada das personalidades, eis-nos vivendo uma segunda revolução individualista”.<sup>118</sup> Observa-se o declínio das ideologias e a pulverização das religiões em uma pluralidade de manifestações religiosas sem precedente, a revolução sexual e a liberalização dos costumes e até mesmo a dispensa do vínculo religioso para muitos.

Zygmunt Bauman - tendo presente a metáfora de Marx sobre a solidez das coisas - utiliza o conceito de fluidez ou liquidez como uma nova maneira de compreender a sociedade,

<sup>117</sup> Lyotard é tido como um dos pioneiros a utilizar o termo. (LYOTARD, Jean-Francois. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002). Zygmunt Bauman foi um dos popularizadores da utilização da expressão (BAUMANN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997). Lipovetsky prefere utilizar hipermodernidade (LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebastian. *Os tempos hipermodernos*. 2. ed. São Paulo: Barcarolla, 2005).

<sup>118</sup> LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. Lisboa: Relógio D'Água, 1983, p. 7.

numa analogia à adaptabilidade e à mudança que o líquido, o fluído, deve tomar para se ajustar ao que o contém. Adaptar-se, acomodar-se às circunstâncias e contingências é moderno, é novo. Ao contrário, permanecer endurecido, rígido, previsível é ultrapassado e retrógrado. Utiliza ainda a imagem do derretimento para denominar a desintegração do que é considerado sólido e já em vias de desagregação. Nesta sociedade flexível, consolida o individual em virtude do afrouxamento das instituições, consideradas tradicionais e rígidas, onde os indivíduos já não são mais estigmatizados pela sua ascensão, rompendo as barreiras limitadoras. Surge aqui o questionamento a respeito da liberdade: “afinal a liberdade é uma bênção ou uma maldição? A maldição disfarçada de bênção ou uma bênção temida como uma maldição?”<sup>119</sup> O próprio Bauman responde: “a verdade que torna os homens livres é, na maioria dos casos, a verdade que os homens preferem não ouvir”.<sup>120</sup>

Surge naturalmente outra pergunta: “o tempo pós-moderno passará para a história como o crepúsculo ou como o renascimento da moralidade?” Ele mesmo responde que os grandes temas da ética - direitos humanos, justiça social, cooperação, auto-afirmação pessoal, conduta individual e bem estar coletivo - não perderam nada da sua atualidade. Apenas devem ser vistos e tratados de uma forma nova.<sup>121</sup>

Para Lipovetsky até mesmo o conceito de pós-modernidade é questionado, pois, para ele, a pós-modernidade nunca existiu; o que se tem é a consumação da modernidade (ou segunda modernidade) a que ele chama de “hipermodernidade”. É a extrapolação para o tempo do “hiper” (hipercientificismo, hiperconsumo, hiperindividualismo, hiperterrorismo.)<sup>122</sup> Viver o presente, muitas vezes efêmero, tornou-se mais importante que a expectativa de futuro e a militância político-ideológica. A felicidade é buscada a qualquer preço, pois já faz parte da cultura de que a pessoa nasceu para ser feliz, aproveitando ao máximo o que o momento atual pode oferecer. O passado, a cultura, a tradição deixam de ter importância; o futuro é incógnito e incerto. E o mercado se aproveita disso, de forma manipuladora, mediante a oferta permanente de “novidades”, capazes de gerar ansiedade e estresse. A permanente oferta de produtos tecnologicamente mais avançados, o consumo exagerado, a moda, o culto ao corpo, o conforto e o bem-estar e tudo o que o avançado estado do capitalismo proporciona, pode ser utilizado como um substituto para a felicidade.

Felizmente, ainda existem pessoas dispostas a buscar outras formas para encontrar a felicidade: no voluntariado, na ajuda ao próximo, no atendimento a pessoas em situação de

<sup>119</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Sociedade líquida*. São Paulo: Zahar, 2001, p. 26.

<sup>120</sup> *Ibidem*.

<sup>121</sup> *Idem. Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 8.

<sup>122</sup> LIPOVETSKY, Gilles. *Tempos hipermodernos*. 2. ed. São Paulo: Barcarolla, 2004.

vulnerabilidade social, a doentes, a migrantes, a empobrecidos, a deficientes em todas as suas formas; na militância em causas sociais ou ambientais, na busca da correção dos desmandos do mercado.

#### 2.6.4 Nas instituições

A sociedade, na sua organização, possui instituições que são naturais, como a família; outras que são estabelecidas pela própria sociedade - que são destinadas a realizar um trabalho em seu favor -, como o Estado e todo o seu aparato; outras que são destinadas à propagação do conhecimento e da cultura, como a escola em todos os seus segmentos, teatros, museus; outras, com finalidade lucrativa, como as empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços; outras, não-lucrativas, como as organizações não governamentais, as fundações, as sociedades de prestação de assistência; outras, para representação dos cidadãos, como os partidos políticos, os sindicatos, as associações; outras, como mediação entre a pessoa e o Transcendente, como as Igrejas.

Essas instituições, os estilos de vida, convicções e crenças, os referenciais, considerados sólidos e herdados das gerações passadas, vão mudando sem que se tenha o tempo necessário para sua consolidação, perdem a sua solidez diante da fragmentação e do afrouxamento dos laços de relacionamentos pessoais<sup>123</sup> e a alteração dos papéis desempenhados pelas pessoas, pelos grupos e pelas próprias instituições. Na modernidade, as instituições tendem à volatilidade, à flexibilidade, à fluidez, dificultando que padrões se estabeleçam e se congelem em tradições e rotinas.

Nem mesmo o Estado, como organização social e política, consegue ter o controle de suas ações e caminhar em igualdade de condições com a Economia, uma vez que esta se move “rápido o bastante para se manter um passo adiante de qualquer Estado (territorial, como sempre) que possa tentar conter e redirecionar suas viagens”.<sup>124</sup> A soberania é colocada em segundo plano quando se leva em conta em primeiro lugar o desenvolvimento, o crescimento econômico, a renda *per capita*, permitindo que um poder operado por forças anônimas, num espaço supraterritorial, se sobreponha à sua capacidade de autodeterminar-se.<sup>125</sup> O poder econômico e, particularmente, o poder financeiro internacional têm a capacidade de desestruturar as economias nacionais, impor preços e barreiras comerciais, desestabilizar

<sup>123</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *Tempo social*. Entrevista com Zygmunt Bauman. São Paulo, 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci_arttext)>, acesso em 04 de mai. de 2009.

<sup>124</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 63.

<sup>125</sup> *Ibidem*. p. 63-84.

governos, ficando estes apenas com o poder de polícia local sem nenhum (ou pouquíssimo) poder para além de suas fronteiras geográficas. Como consequência os governos tornam-se sujeitos a pressões de toda ordem e a desvios de conduta dos agentes públicos, podendo advir daí a corrupção, afetando a credibilidade das instituições e o seu enfraquecimento, diminuindo o “crescimento econômico, impedindo o desenvolvimento, comprometendo a legitimidade política, enfraquecimento das instituições democráticas, dos valores morais e um descrédito do serviço público, permitindo o avanço do crime organizado e o agravamento dos problemas sociais”.<sup>126</sup> As organizações econômicas com fins lucrativos e as demais instituições da sociedade civil também podem sofrer as consequências dessa fragilização,

### 2.6.5 Na pessoa

Desancorada dos seus referenciais, a pessoa navega em uma água revolta e desconhecida, em um oceano de oportunidades e perigos, procurando entender as nuances à sua volta, que se alteram rápida e profundamente, convivendo entre o anseio de eternidade e a fragilidade do momento presente, entre a difícil opção de escolher o que é fundamental e definitivo e as inúmeras possibilidades que o pluralismo (pós)moderno oferece: religioso, moral, cultural, filosófico, ético, estético e político-ideológico.

A perda do sentido da história e o “fim da grande narrativa”,<sup>127</sup> a ruptura com o passado e a tradição, a eliminação dos limites entre cultura e a cultura de massa, a negação dos valores tradicionais, a descartabilidade, o consumo exagerado, o subjetivismo, pode gerar a frustração, o cansaço, o estresse e a depressão.

Neste contexto, a pessoa é a que mais sofre o impacto da (pós)-modernidade, pelas mudanças na concepção de mundo, de sociedade e modo de vida; tem disponíveis os benefícios que os avanços tecnológicos colocam ao seu alcance - impensável num período pré-moderno -, porém nem sempre acessíveis para todos.

A Revolução Industrial precipitou um processo de urbanização com a migração das populações rurais para as cidades em busca de melhores condições de vida. O que se observa é que os aglomerados urbanos, muitas vezes sem a necessária infra-instrutora adequada à vida e à convivência das pessoas: a falta de saneamento básico, de moradia, de transporte, de segurança, de educação, de trabalho, de saúde, entre tantas outras carências. A universalização

---

<sup>126</sup> CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. *Prevenção da corrupção - compromissos internacionais contra a corrupção*. Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/AreaPrevencaoCorrupcao/ConvencoesInternacionais/>>, acesso em 04 de mai. de 2009.

<sup>127</sup> LYOTARD, Jean-Francois. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002, p. 12.

dos direitos de acesso do cidadão a esses recursos não tem sido atendida de modo pleno e suficiente pelos governos, em todos os seus níveis.

Com a abertura dos mercados, a globalização da economia, criou-se a oportunidade de encontrar produtos e serviços de melhor qualidade, a menores preços e condições. As empresas, no entanto, tiveram que enfrentar a concorrência interna e externa para se manterem no mercado e um dos mecanismos de sobrevivência é a redução de custos. O setor de pessoal é o mais sensível e é, na maioria das vezes, o mais sacrificado e onde as empresas realizam os ajustes e a consequência é a precarização nas relações de trabalho.

A indústria, por sua vez, coloca no mercado produtos cada vez mais sofisticados ou com a agregação de funcionalidades cada vez mais atraentes, artificializando a geração de necessidades; a sociedade capitalista exerce forte pressão de consumo através de campanhas agressivas de marketing, oferecendo cd, carro, tênis, moto, produtos vinculados ao vício (bebidas, cigarros), nem sempre necessários ou então em substituição a outros que ainda poderiam funcionar perfeitamente por um bom tempo. Como exemplo, podemos tomar a indústria de celulares: no ano de 2008 foram vendidos, no Brasil, 30 milhões de aparelhos novos.<sup>128</sup>

No campo das comunicações apenas 150 anos separam o telégrafo da internet de alta velocidade! É um tempo relativamente curto para absorver o impacto dessa tecnologia. Os modernos meios de comunicação colocam a pessoa em contato com qualquer parte do mundo em tempo real. Trata-se de uma estrada de dupla mão: tanto pode ir a lugares nunca antes imaginados, como pode trazer o mundo para perto de si, num volume e num lapso de tempo que não permitem que seja analisado e assimilado corretamente.

O desfile de violência sob as mais variadas formas, mostrado pelos meios de comunicação, termina banalizando o valor da vida: a violência contra a pessoa, a violência contra o patrimônio, a violência no trânsito, o abuso de autoridade, o abuso e a exploração sexual - especialmente de crianças e adolescentes -, o tráfico de pessoas, de armas, de drogas, os danos ao patrimônio público, revelam uma dificuldade de controle parental das famílias sobre a juventude, a impunidade, a falta de controle social, as questões econômico-financeiras, o desajuste familiar, os problemas da educação, a drogadição, o crescimento do roubo e da pornografia.

---

<sup>128</sup> Cf. REDE GLOBO. *Bom dia Brasil*. 2009. Disponível em <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1028638-7823-SERVICO+DE+TORPEDO+DE+CELULAR+RECEBE+RECLAMACOES+DOS+USUARIOS,00.html>>, acesso em 12 de mai. de 2009.

A tradição, as gerações anteriores, a imutabilidade do mundo, as instituições do passado e sua potencialidade para sobreviver no tempo e no espaço são relativizadas no contexto pós-moderno. Apenas na vida humana individual tem sido observado o aumento na sua duração, enquanto tudo à sua volta vai tendo reduzida a sua existência.<sup>129</sup>

Observou-se na modernidade uma excessiva autonomia da pessoa e das instituições, a ponto de divorciar-se da fé e reivindicar um estatuto próprio, esquecendo-se de que existe uma “unidade profunda e indivisível entre o conhecimento da razão e o da fé”,<sup>130</sup> induzindo ao individualismo e ao relativismo.<sup>131</sup> O relativismo questiona a existência de normas, valores, partindo do princípio de que o que é válido é o ponto de vista de cada um. Este modo de pensar penetrou profundamente a nossa cultura, atingindo inclusive a fé, a moral e os costumes, ao relativizar o certo e o errado, colocando sob suspeição tudo o que se coloca contrariamente a tal modo de pensar e agir.

A sociedade deve empenhar-se na busca do bem comum e para isso é necessário que as realidades terrestres gozem de real autonomia, porém relativa. Também uma necessária racionalidade para que se tenha perfeita consciência sobre o resultado de suas ações.

A fragilidade das relações e a banalização dos valores relativos à vida têm conduzido a uma torrente de violência, onde se destaca a violência contra a pessoa, a falta de respeito à vida humana desde a sua concepção até o seu fim natural, com o aumento do número de abortos, em que não se tem sequer uma estatística confiável - uma vez que uma grande parcela é realizada na clandestinidade.

## 2.6.6 Na família

A família, “fundada no matrimônio entre um homem e uma mulher, que constitui a primeira e vital célula da sociedade”,<sup>132</sup> célula-*mater*, instituição fundamental, é atingida

<sup>129</sup> Cf. REDE GLOBO. *Bom dia Brasil*. 2009. Op. cit.

<sup>130</sup> JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Fides e Ratio*. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 27.

<sup>131</sup> Cf. JOSEPH CARDEL HATZINGER. *Homilia “pro eligendo Romano Pontifice”*. 2005: “A pequena barca do pensamento de muitos cristãos foi muitas vezes agitada por estas ondas lançada de um extremo ao outro: do marxismo ao liberalismo, até à libertinagem, ao coletivismo radical; do ateísmo a um vago misticismo religioso; do agnosticismo ao sincretismo e por aí adiante. Cada dia surgem novas seitas e realiza-se quanto diz São Paulo acerca do engano dos homens, da astúcia que tende a levar ao erro (cf. *Ef* 4, 14). Ter uma fé clara, segundo o Credo da Igreja, muitas vezes é classificado como fundamentalismo. Enquanto o relativismo, isto é, deixar-se levar “aqui e além por qualquer vento de doutrina”, aparece como a única atitude à altura dos tempos hodiernos. Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que nada reconhece como definitivo e que deixa como última medida apenas o próprio eu e as suas vontades”.

<sup>132</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da doutrina social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 10;

frontalmente pela fragmentação da cultura pós-moderna, desarticulando e debilitando a sociedade pela base.

O Papa João Paulo II adverte para o perigo da influência dos meios de comunicação social por sua “capacidade de causar prejuízos graves às famílias, apresentando uma visão inadequada e mesmo deformada da vida, da família, da religião e da moral”.<sup>133</sup>

A (pós)modernidade favoreceu, a partir da metade do século XX, a liberalização sexual, produzindo uma cultura do prazer imediato, do hedonismo, do relacionamento superficial, principalmente entre os jovens.<sup>134</sup> O aumento do número das “uniões de fato” tem contribuído para relativizar a importância do matrimônio como a “rocha firme” sobre a qual se constrói a família.<sup>135</sup>

De outro lado, há que se considerar a possibilidade de constituição das uniões homoafetivas e o seu reconhecimento como união estável, uma vez que cerca de 17,9 milhões de pessoas (quase 10% da população brasileira), são homossexuais.<sup>136</sup>

As condições sócio-econômicas que obrigam famílias a viverem em situação de pobreza, desemprego, salários insuficientes, marginalização social e que são impedidas de cumprir sua própria missão com dignidade.<sup>137</sup> Algumas vezes são obrigadas a migrarem em busca de melhores condições de vida, sujeitas ao desenraizamento geográfico, cultural, religioso.

O ambiente urbano e a atual conjuntura econômica exigem que marido e mulher participem do mercado de trabalho na busca de condições para o sustento próprio e de sua família, quando o salário do chefe da família é insuficiente. Se, de um lado isso contribui para a libertação da mulher e a superação dos preconceitos, de outro, os desencontros de horários e

<sup>133</sup> JOÃO PAULO II. *O mass media na família: um risco e uma riqueza - mensagem para a celebração do 38º dia mundial das comunicações sociais*, 2004. Disponível em <[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/messages/communications/documents/hf\\_jp-ii\\_mes\\_20040124\\_world-communications-day\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/communications/documents/hf_jp-ii_mes_20040124_world-communications-day_po.html)>, 18 de mai. de 2009.

<sup>134</sup> A vida sexual começa cada vez mais cedo, em que adolescentes (e alguns pré-adolescentes) já têm relacionamento sexual. Segundo Pesquisa Nacional em Demografia e Saúde, em 2006, 33% das mulheres com até 15 anos de idade já haviam tido relações sexuais, aumentando o número de gravidezes precoces (no momento da pesquisa, 23% das mulheres entre 15 e 19 anos estavam grávidas e 12% já haviam estado grávidas, mas não tiveram filhos nascidos vivos). Verificado um aumento na utilização de métodos contraceptivos (camisinha, pílula, DIU). Como último recurso tem sido utilizado o aborto que, infelizmente, passa a ser socialmente aceito e defendido, inclusive buscando a sua descriminalização.

<sup>135</sup> Cf. BRASIL. Lei 10.406, de 10 de jan. de 2002, que instituiu o novo Código Civil. Publicada no Diário Oficial da União de 11 de jan. de 2002, art. 1723, combinado com o artigo 1521: é considerada união de fato a união estável entre o casal que não tem impedimento para a realização do casamento.

<sup>136</sup> Estimativa da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Artigo publicado em <<http://www.nalei.com.br/blog/2008/10/20/homossexuais-podem-reconhecer-suas-relacoes-como-uniao-estavel/>>, acesso em 18 de mai. de 2009.

<sup>137</sup> Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. *Carta dos direitos da família*. 1983. Disponível em <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/family/documents/rc\\_pc\\_family\\_doc\\_19831022\\_family-rights\\_sp.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_19831022_family-rights_sp.html)>, acesso em 18 de mai. de 2009.

os afastamentos pelas necessidades profissionais facilitam e propiciam a desagregação familiar. O ambiente profissional é fator que pode atuar como facilitador da infidelidade conjugal e termina contribuindo para o aumento do número de divórcios.

É preocupante o distanciamento que os pais tomam em relação aos filhos pequenos, que são deixados em creches ou sob os cuidados de outra pessoa, da família ou contratada, ou aos filhos maiores, geralmente adolescentes, que fora do horário escolar permanecem nas ruas, ou em casa “navegando” na internet. Certamente têm oportunidade de aprender através desse veículo, pois existem opções de conhecimento disponíveis, porém ficam vulneráveis aos riscos que a rede oferece, especialmente a pornografia. As refeições são feitas em horários diferentes e a família só consegue se reunir, eventualmente, nos finais de semana.

### 2.6.7 No meio ambiente

Dentro de pouquíssimo tempo uma grave crise ecológica se fará presente, a não ser que sejam tomadas medidas de correção no rumo do sistema produtivo: a perda da capacidade de autorregeneração do planeta, a poluição da água e do ar, a exaustão das reservas de petróleo e a destinação do lixo.

A exploração dos recursos naturais além da capacidade de recomposição do planeta pode colocar em risco o seu futuro e a continuidade da vida sobre a terra. Nasce assim uma nova designação: “pegada ecológica”,<sup>138</sup> que encerra o conceito de sustentabilidade. Criada por William Rees e Mathis Wackernagel, baseada no conceito de “capacidade de carga”, permite calcular a necessidade de espaço para sustentar o nosso estilo de vida. Pelos dados obtidos no referido artigo estamos consumindo mais energia do que a nossa capacidade de reposição; a “pegada ecológica” dos países desenvolvidos é maior do que a dos países em desenvolvimento.<sup>139</sup>

O Brasil tem sido considerado o celeiro do mundo, pelo seu potencial de produção de alimentos, principalmente pela quantidade de água doce disponível. O avanço da agropecuária em terras amazônicas tem provocado a devastação da floresta, destruindo a biodiversidade e comprometendo o estoque de água. A umidade absorvida pela floresta amazônica abastece, com sua evaporação, um “rio aéreo” com 20 bilhões de toneladas de água por dia que cai na

<sup>138</sup> REDEFINING PROGRESS. *Pegada ecológica*. Disponível em <<http://www.esb.ucp.pt/gea/myfiles/pegada/pegada.htm>>, acesso em 27 de abr. de 2009.

<sup>139</sup> A “pegada ecológica” média mundial é de 2,9 ha/cap (*ha/per capita*). As maiores “pegadas” são Singapura (17,3 ha/cap), seguida dos Estados Unidos da América (12,5 ha/cap). A menor é de Bangladesh (0,6 ha/cap). O Brasil tem uma “pegada” de 2,2 ha/cap., próxima à média mundial. Disponível em <<http://www.esb.ucp.pt/gea/myfiles/pegada/nacoes.htm>>, acesso em 22 de set. de 2009.

região central da América do Sul, onde são produzidos 70% do PIB do continente. O desmatamento sem controle da Amazônia, além da devastação, está colocando em risco esse “rio”, podendo chegar à desertificação caso a elevação da temperatura da região venha a se elevar em 2,5°C, atingindo o “*tipping point*” ou ponto sem retorno, a partir do qual a região se transformaria numa savana.

A ofensiva ao ambiente natural não aconteceu de uma hora para outra: é um processo que se desenvolveu ao longo de séculos e que recrudescer a partir da modernidade, especialmente após a Revolução Industrial, através de queimadas, deposição de lixo sob as mais variadas formas (doméstico, hospitalar, industrial) sem o necessário tratamento e os cuidados adequados, seja no solo ou nos cursos d’água - inclusive nos mares. A demanda por produtos levou a uma exploração desordenada dos recursos naturais, em um nível que

trouxe, no seu bojo, a devastação do meio ambiente e a escassez de recursos naturais em nível planetário, manifestada principalmente por acontecimentos globais como o efeito estufa, a chuva ácida, a perda de biodiversidade, o desmatamento, a poluição do ar, a exaustão do solo, a erosão e a morte dos rios e lagos.<sup>140</sup>

A temperatura da terra se mantém constante pela presença de gases do efeito estufa na atmosfera.<sup>141</sup> Esse equilíbrio é necessário e vital, pois sem ele não seria possível a vida como a conhecemos. A utilização de gás e carvão, a queima de combustíveis fósseis, as queimadas e a redução das florestas tropicais têm provocado o aumento dos gases e, muito provavelmente, gerado o “aquecimento global”, que é o aumento da temperatura média da terra.<sup>142</sup>

É louvável e necessário o esforço que a agropecuária vem desenvolvendo para produzir alimentos em quantidade suficiente para atender a crescente demanda em escala mundial. São bem-vindas todas as medidas tomadas para melhorar a produtividade: melhoramentos genéticos em animais, melhoramentos em sementes para a agricultura, utilização de sementes geneticamente modificadas, utilização de insumos agrícolas para melhorar a fertilidade do solo e combater pragas, utilização de tecnologia para o manejo de animais e plantas, utilização de equipamentos mais sofisticados para evitar perdas. A preocupação que ocorre é o impacto que a utilização desses mecanismos pode ter com relação ao meio ambiente e também quanto à saúde humana e animal: a aplicação de agroquímicos possui dois aspectos que são cruciais, pois muitos são biocidas (alguns muito persistentes) e

<sup>140</sup> NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. *O estado ambiental de direito*. Disponível em <[http://www.senado.gov.br/web/cegraf/rii/Pdf/pdf\\_163/R163-20.pdf](http://www.senado.gov.br/web/cegraf/rii/Pdf/pdf_163/R163-20.pdf)>, acesso em 19 de mai. de 2009.

<sup>141</sup> Esses gases são altamente transparentes à radiação da luz solar: do calor recebido, 35% refletem de volta ao espaço, ficando retidos 65%.

<sup>142</sup> Cf. GUGGENHEIN, Davis. *Uma verdade inconveniente*. Estados Unidos da América: Paramount Brasil - Paramount Classics, 2006. Filme em DVD, 96 min. DOLBY Digital, colorido.

podem ser levados pelas águas e pelo vento ou então ficar acumulados na cadeia alimentar;<sup>143</sup> não existe um estudo seguro a respeito da utilização de sementes geneticamente modificadas, persistindo ainda muitos questionamentos da parte dos ambientalistas; a aplicação de fertilizantes em larga escala visando à melhoria da produtividade, “acarreta, além dos prejuízos econômicos, também sérios problemas ambientais (contaminação do solo) e também produtivos, pois o excesso de fertilizantes leva ao desequilíbrio do solo e da planta”.<sup>144</sup>

Pessoa e trabalho foram afetados pelas grandes mudanças experimentadas no século XX, especialmente na sua segunda metade. Para isso, foram determinantes os progressos nos diversos campos da atividade humana.

No âmbito da pessoa, o impacto na cultura, na civilização, nas relações. Desde as mais primárias, como a família, até as mais complexas, como a comunidade internacional. Os meios de comunicação tiveram papel preponderante nesse particular.

No âmbito do trabalho, foram cruciais os avanços científicos e tecnológicos, uma vez que demandaram uma readaptação do trabalhador às novas tecnologias, onde muitos ficaram à margem por não conseguirem acompanhar o ritmo das mudanças.

No âmbito da economia, o fenômeno da globalização foi decisivo ao integrar os diversos mercados, facilitando o livre trânsito de produtos, finanças e, até mesmo, a própria cultura.

Todas essas transformações, no entanto, também são geradoras de novas oportunidades, apesar dos desafios que trazem consigo.

---

<sup>143</sup> Cf. CEPLAC. *Tecnologia na aplicação de agroquímicos*. Disponível em <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo1.htm>>, acesso em 19 de mai. de 2009.

<sup>144</sup> EMBRAPA. *O perigo do excesso de adubação na videira*. Disponível em <[http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/excesso\\_adubacao\\_videira.pdf](http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/excesso_adubacao_videira.pdf)>, acesso em 19 de mai. de 2009.

### 3 PESSOA E TRABALHO NO MAGISTÉRIO DA IGREJA

Pessoa e trabalho estão em profunda relação desde os primórdios. A pessoa humana foi criada por Deus para desempenhar um papel importante na obra da criação: completar, por sua ação, a obra criada. A ela foi confiada a guarda e domínio do “jardim” (*Gn* 1,15). O trabalho é, portanto, anterior ao pecado e não pode ser considerado como uma punição, nem como maldição ou castigo. É instrumento contra a pobreza e essencial para a sua sobrevivência, mas não é o fim último da pessoa. A pessoa existe para Deus. Na ordem econômica, visa a sobrevivência, tendo presente a justiça e o bem comum.

#### 3.1 Leão XIII e a Encíclica *Rerum Novarum*

A Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII,<sup>145</sup> datada de 15 de maio de 1891, marca o início da explicitação do ensinamento da Igreja Católica sobre a “questão operária”, que vai evoluir durante o século XX abrangendo toda a “questão social”. Nela o Papa vai analisar a situação dos trabalhadores diante da nova realidade econômica: a modificação por que passara a sociedade industrial havia determinado uma reavaliação do que se poderia chamar de ordem justa da coletividade.

A Revolução Industrial<sup>146</sup> provocara uma mudança nos sistemas de produção, alterando-os profundamente. A produção manual, realizada por um artesão - ou grupo de artesãos - que detinha todo o controle do processo produtivo, desde a obtenção da matéria prima até a comercialização do produto final. A partir da Revolução Industrial, os trabalhadores perderam o controle do processo, passaram a trabalhar para um patrão e a utilizar um número cada vez maior de máquinas. O surgimento do proletariado assalariado ocasionou mudanças na organização social e nas relações entre os trabalhadores e os detentores do capital. O desmonte das estruturas sociais tornou-se uma questão decisiva nas relações sociais.

O Papa vê-se diante da polarização entre dois blocos: de um lado a proposta marxista da coletivização dos meios de produção, ficando o Estado responsável pelo planejamento e execução da economia; de outro, a proposta liberal, que pregava uma intervenção mínima do Estado no campo econômico, deixando que os particulares atuassem com o máximo de

---

<sup>145</sup> Leão XIII, 259º Papa, governou a Igreja Católica no período de 20/02/1878 a 20/07/1903, deixando um precioso legado de 86 Encíclicas, muitas dedicadas à questão social.

<sup>146</sup> Foram os melhoramentos introduzidos no motor a vapor por James Watt (1736-1819), no ano de 1765, que marcaram decisivamente a industrialização do processo produtivo e se tornou conhecido por Revolução Industrial.

liberdade. Coube ao economista inglês Adam Smith<sup>147</sup> a explicitação deste modelo econômico, que ficou conhecido como Liberalismo. Para ele, o mercado é o agente regulador, agindo com uma “mão invisível”, não podendo estar subordinado a nenhuma ação governamental, mas devendo ser deixado livre para atuar, pois a livre concorrência favorecerá a economia. David Ricardo,<sup>148</sup> tendo lido o livro *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, passou a se interessar pelos assuntos econômicos. O seu livro *Princípios de Economia Política e Tributação* é considerado um clássico para o desenvolvimento da Economia Política. É autor da teoria do trabalho como um valor, onde o valor de um bem é determinado de acordo com o trabalho necessário à sua produção. É dele a “lei de ferro dos salários” segundo a qual o trabalhador receberia o suficiente apenas para manter sua sobrevivência e permanecer a serviço da empresa.

Dessa forma o poder se concentrará nas mãos de poucos capitalistas e suas estruturas de produção; uma imensa massa operária ficará sem os seus direitos e contra isso era preciso se manifestar. Este conjunto de fatores levou à proletarização<sup>149</sup> dos trabalhadores, ao aviltamento dos salários e à deterioração das condições de trabalho, fazendo com que a jornada laboral se estendesse a um número de horas acima da capacidade da pessoa. O trabalho infantil e da mulher foi incorporado ao sistema de produção, também submetidos a jornadas exaustivas e com salários insuficientes. O lucro passou a ser o objetivo dos proprietários dos meios de produção.

Populações miseráveis, condições desumanas de trabalho, falta de assistência social, requisição de mulheres e menores, salários de fome, inexistência de mecanismos de reivindicação de justiça social, uma economia competitiva que tem o Estado a seu serviço, sindicatos perseguidos, eis a situação retratada no romance *Germinal*, de Emile Zola, publicado em 1881. Nele, o autor descreve a dramática situação dos trabalhadores nas minas de carvão no sul da França. De forma corajosa o autor traz a lume toda a luta de homens e mulheres para sobreviverem, trabalhando em ambiente inóspito e insalubre, com salários insuficientes para poderem sequer alimentar-se adequadamente, o que se pode compreender

---

<sup>147</sup> Adam Smith (1723-1790) escreveu o livro *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776, obra-prima do autor.

<sup>148</sup> David Ricardo (1772-1823) escreveu o livro *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicado em 1817, sua principal obra.

<sup>149</sup> Proletária é a pessoa que, destituída dos meios de produção, trabalha com os instrumentos de outra, recebendo um mau salário pela venda de sua força de trabalho. O termo vem da antiga Roma em que o cidadão da última classe social, que não pagava impostos, era considerado útil apenas pelos filhos que gerava.

no diálogo de seu personagem principal: “Nem todo dia tem carne! se ao menos houvesse pão! - É verdade, se ao menos houvesse pão!”<sup>150</sup>

Este contexto é o caldo de cultura apropriado para o surgimento de um novo caminho para superar a exploração dos trabalhadores pela classe dominante: o Socialismo. A proposta socialista defende que o Estado seja o agente econômico único, planejando as atividades, regulando salários, estoques, preços; executando as decisões e detendo os meios de produção: indústrias, fazendas, entre outros, devem passar ao controle da sociedade, extinguindo-se, com isso, a propriedade privada.

Marx,<sup>151</sup> influenciado pelo socialismo francês, especialmente de Fourier e Saint Simon; pela filosofia alemã, particularmente de Hegel e Feuerbach; e da economia política inglesa, notadamente de Adam Smith e David Ricardo,<sup>152</sup> vai desenvolver suas principais ideias: o materialismo histórico e a luta de classes, como também o esforço para organizar o movimento do proletariado, batendo-se pela união de todas as correntes socialistas e de todos os trabalhadores do mundo.<sup>153</sup>

Em *O Capital*, Marx analisa as leis que regem o sistema de produção. Para ele “preço, lucro e capital não passam de mera dissimulação do valor, da mais-valia e da propriedade capitalista dos meios de produção”.<sup>154</sup>

Marx, além de elaborar uma nova teoria, critica toda a economia política burguesa e seus métodos. Tratava-se de uma teoria sem modelo prático, desencarnada, e que se torna realidade com a Revolução Russa de 1917, com a implantação do regime comunista e o domínio do poder por Lenine. A propósito, escreve Mounier: “não podemos deixar de dar razão ao marxismo quando afirma um certo primado do econômico”.<sup>155</sup>

Para Marx, a condição de miserabilidade do trabalhador era decorrente da exploração do sistema capitalista pela apropriação da mais-valia.<sup>156</sup> Esta seria a diferença entre o salário

<sup>150</sup> ZOLA, Emile. *Germinal*. Rio de Janeiro: Bruguera, 1972. Coleção Os Imortais da Literatura Universal, v. 30, p. 15.

<sup>151</sup> Karl Marx (1818-1883) filósofo, economista e socialista alemão, autor de uma extensa obra, entre as quais se podem destacar “Manuscritos Econômico-filosóficos”, publicada em 1848, e “O Capital”, publicado em 1867 (1º livro). Engels editou o 2º e 3º livros em 1885 e 1894, respectivamente. Em *O Capital* Marx faz, com toda certeza, a melhor análise da questão econômica.

<sup>152</sup> Cf. BIGO, Pierre; ÁVILA, Fernando Bastos de. *Fé cristã e compromisso social*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 302.

<sup>153</sup> Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Vozes, 2001, p. 99: “Os comunistas recusam-se a ocultar suas opiniões e suas intenções. Declaram abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados com a derrubada violenta de toda a ordem social até aqui existente. Que as classes dominantes tremam diante de uma revolução comunista. Os proletários nada têm a perder nela a não ser suas cadeias. Tem um mundo a ganhar. *Proletários de todos os países, uni-vos!* (grifo na obra citada).

<sup>154</sup> ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: Melhoramentos, 1982, v. 10, p. 410

<sup>155</sup> MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. 4. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1978, p. 179.

<sup>156</sup> Cf. MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Moraes, 1985, p. 49-51.

que recebem e o valor incorporado ao bem produzido pelos trabalhadores. Um trabalhador cria em um número de horas de trabalho o necessário à manutenção própria e de sua família; o que excede, nas restantes horas de sua jornada de trabalho, constitui produto excedente de que o capitalista se apropria. Disfarçadamente, esta parcela é transferida para a classe dominante.

Marx tem uma visão negativa da relação capital - trabalho. Ou, dizendo de outro modo, da relação entre os detentores do capital e os trabalhadores que alugam sua força de trabalho, como se constata nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*.<sup>157</sup>

Há que se considerar ainda o acontecimento de um século antes, na França: a grave situação social e a insatisfação da população levaram o povo às ruas contra o governo monarquista de Luiz XVI. A Queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789, marca o começo da Revolução Francesa,<sup>158</sup> o que significou o fim dos privilégios da nobreza e do sistema absolutista na França. A Igreja também foi atingida ao ter os seus bens confiscados pela Revolução.

Influenciada pelas ideias do Iluminismo<sup>159</sup> e pela Independência Americana,<sup>160</sup> a Revolução Francesa marcou o início da Idade Contemporânea e os ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, inspirando a independência de outros países da América, inclusive a Inconfidência Mineira.<sup>161</sup>

É neste contexto marcado por ideologias conflitantes que nasce a Encíclica *Rerum Novarum*. A Igreja toma consciência do momento que vive a sociedade e precisa tomar uma posição. O Papa Leão XIII, que no seu Pontificado já havia manifestado sua sensibilidade pastoral nas questões sociais, ante a exploração dos mais fracos pelos mais fortes, deixa clara sua posição sobre o dever do Estado de intervir na defesa dos trabalhadores, através de legislação que os proteja contra a exploração e instrumentalização em nome do lucro,

<sup>157</sup> Cf. MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 157: (XXII) “Partimos dos pressupostos da Economia Política. Aceitamos sua terminologia e suas leis. Aceitamos como premissas a propriedade privada, a separação do trabalho, capital e terra, assim como também de salários, lucro e arrendamento, a divisão do trabalho, a competição, o conceito de valor de troca. Com a própria economia política, usando suas próprias palavras, demonstramos que o trabalhador afunda até um nível de mercadoria, e uma mercadoria das mais deploráveis; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume de sua produção; que o resultado forçoso da competição é o acúmulo de capital em poucas mãos, e assim uma restauração do monopólio da forma mais terrível; e, por fim, que a distinção entre capitalista e proprietário de terras, e entre trabalhador agrícola e operário, tem de desaparecer, dividindo-se o conjunto da sociedade em duas classes de *possuidores* de propriedades e *trabalhadores* sem propriedades (grifos nos originais)”.

<sup>158</sup> O mais importante acontecimento da Idade Contemporânea, inspirando movimentos revolucionários e libertários em todo o mundo, especialmente na América Espanhola. Influenciou também a Inconfidência Mineira.

<sup>159</sup> Movimento que defendia que as crenças religiosas deveriam ser substituídas pelo razão. Os principais filósofos do Iluminismo foram: John Locke (1632-1704), Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778), Montesquieu (1689-1755), Diderot (1713-1784), Jean Le Rond d’Alembert (1717-1783).

<sup>160</sup> Proclamada em 04 de julho de 1776, foi o primeiro país a ter uma constituição política e escrita.

<sup>161</sup> Ocorrida em Minas Gerais, em 1789. Importante acontecimento na luta pela liberdade do povo brasileiro diante da opressão do governo português no período colonial.

acobertando a exploração dos trabalhadores;<sup>162</sup> por outro lado, defende o direito destes de se organizarem em associações que busquem a garantia dos seus direitos.<sup>163</sup>

Diz o Papa: o problema nem é fácil de resolver, nem isento de perigos. É difícil, efetivamente, precisar com exatidão os direitos e os deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho.<sup>164</sup> Apela para que as partes envolvidas - os trabalhadores, os senhores ricos e os governantes- se esforcem para encontrar soluções que superem - ou ao menos minimizem - as desigualdades, o empobrecimento e exclusão social.<sup>165</sup> Pode-se afirmar que a Encíclica *Rerum Novarum* é a resposta cristã ao *Manifesto Comunista* e ao *Capital*.<sup>166</sup>

Nela são estabelecidos alguns princípios que se afirmam e evoluem ao longo do século XX: o direito à propriedade particular,<sup>167</sup> uso comum dos bens,<sup>168</sup> as relações entre a família e o Estado,<sup>169</sup> obrigações recíprocas entre trabalhadores e patrões,<sup>170</sup> dignidade do trabalho,<sup>171</sup> proteção do trabalho dos operários, das mulheres e das crianças,<sup>172</sup> o salário dos trabalhadores,<sup>173</sup> o direito de associação dos trabalhadores,<sup>174</sup> obrigação e limites de intervenção do Estado.<sup>175</sup>

Na concepção da Encíclica, exerceram papel decisivo a história e o trabalho realizado pelo Bispo de Mainz (ou Mogúncia), von Ketteler<sup>176</sup> juntamente com leigos, religiosos e clérigos e suas iniciativas contra a pobreza, as carências e as doenças. Von Ketteler publicou, em 1864, a obra *Die Arbeitfrage und das Christenthum* (A questão operária e o cristianismo),

---

<sup>162</sup> Cf. LEÃO XIII. Encíclica *Rerum Novarum*. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 1965, n. 20: "... A autoridade pública deve tomar as medidas necessárias para salvaguardar a salvação e os interesses da classe operária. Se ela faltar a isto, viola a estrita justiça que quer que a cada um seja dado o que lhe é devido".

<sup>163</sup> *Ibidem*, n. 34 a 36.

<sup>164</sup> *Ibidem*, n. 1.

<sup>165</sup> *Ibidem*, n. 8.

<sup>166</sup> Cf. GUTIERREZ, Exequiel Rivas. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1995, p. 16-19.

<sup>167</sup> Cf. LEÃO XIII, *Op. cit.*, n. 4 e 5.

<sup>168</sup> *Ibidem*, n. 7.

<sup>169</sup> *Ibidem*, n. 8.

<sup>170</sup> *Ibidem*, n. 12-13.

<sup>171</sup> *Ibidem*, n. 15.

<sup>172</sup> *Ibidem*, n. 27-28.

<sup>173</sup> *Ibidem*, n. 29.

<sup>174</sup> *Ibidem*, n. 31-36.

<sup>175</sup> *Ibidem*, n. 19, 21-23.

<sup>176</sup> Wilhelm Emmanuel von Ketteler (1811-1877), teólogo, político e nobre (barão), consagrou sua vida à causa da liberdade da Igreja frente ao Estado. Manteve uma vida agitada e tempestuosa, muitas vezes colidindo com o poder civil. Em sua Diocese fundou o seminário. Fundou a Congregação das Irmãs da Divina Providência, em 1851. Promoveu as obras das Conferências de São Vicente de Paulo, para fazer frente à miséria do povo, defendendo uma vigorosa ação social da Igreja. Frente ao estatismo socialista e ao liberalismo capitalista, defendeu um sistema cooperativista.

na qual considerava de frente a questão social e defendia o direito dos trabalhadores,<sup>177</sup> que seriam: Aumento de salário correspondente ao valor do trabalho; Diminuição das horas de trabalho, respeitando os limites permitidos pela saúde do operário; Regulamentação dos dias de descanso; Proibição do trabalho das crianças nas fábricas enquanto ainda são obrigadas a estudar; Proibição do trabalho das moças nas fábricas.

Compreende-se, assim, o que levou o Papa Leão XIII a declarar: “ele foi o meu precursor”.<sup>178</sup> O Papa Bento XVI o menciona na Encíclica *Deus Caritas Est*<sup>179</sup> como um dos pioneiros da doutrina social da Igreja.

### 3.2 O Magistério de Pio XI

No início dos anos trinta, a comunidade internacional vive um momento conturbado em virtude da crise econômica de 1929, em que o pensamento liberal se esfacelava e que passou para a história como a Grande Depressão.<sup>180</sup>

Em 1931, num ambiente completamente diferente, Pio XI<sup>181</sup> publica a Encíclica *Quadragesimo Anno*, em comemoração aos quarenta anos da Encíclica *Rerum Novarum*. Nela, o Papa faz uma releitura da história tendo presente a situação econômica e social, o crescente poder dos grupos financeiros, o problema da industrialização. A proposta marxista tinha encontrado um terreno fértil na Rússia, desencadeando a Revolução Soviética de 1917, implantando o marxismo-leninismo e o socialismo real, que deixa de ser apenas uma doutrina, uma ideologia, e se torna um sistema organizado e que se espalha através da militância para outros países; na Europa vive-se um período “interbélico”: com o fim da primeira guerra mundial espera-se a instauração da paz. No entanto, percebe-se um horizonte sombrio que vai culminar, em 1939, na Segunda Guerra Mundial. Os regimes totalitários se afirmavam com o

<sup>177</sup> Cf. LIMA, Mariton Silva. *Os direitos sociais no século XIX (1850-1891)*. 2003. Disponível em <<http://www.latimedireito.adv.br/art40.htm>>; PINTO, Ricardo Antonio. *Pescar juntos, comer juntos*. 2006. Disponível em <[http://www.teologia-assuncao.br/cursos/2psgr\\_teologia/stricto\\_sensu/teses/Teses\\_alunos2007/Ricardo%20Antonio%20Pinto.pdf](http://www.teologia-assuncao.br/cursos/2psgr_teologia/stricto_sensu/teses/Teses_alunos2007/Ricardo%20Antonio%20Pinto.pdf)>, acesso em 05 de mai. De 2009.

<sup>178</sup> AVILA, Fernando Bastos. *Pensamento social antes de Marx*. Rio de Janeiro: José Olimpo Editora, 1972, p. 176.

<sup>179</sup> Cf. BENTO XVI. *Encíclica Deus Caritas Est*. São Paulo: Loyola, 2006, n. 27.

<sup>180</sup> Uma grande depressão que teve início em 1929 e que só terminou com a II Guerra Mundial. Causou altas taxas de desemprego, redução na produção industrial, queda no preço das ações, afetando os medidores de desempenho das economias de praticamente todo o mundo. A União Soviética não sofre os seus efeitos por se tratar de um país socialista, fechado ao capitalismo. Os efeitos na economia americana levaram o presidente Franklin Delano Roosevelt aprovar uma série de medidas conhecidas como *New Deal*. O livro de John Steinbeck, *As vinhas da ira*, retrata a história de uma família americana que perdeu suas terras durante a Grande Depressão e se desloca em busca de melhor sorte na Califórnia.

<sup>181</sup> Pio XI (1857-1939), 260º Papa, governou a Igreja no período de 1922 a 1939.

surgimento do nazismo<sup>182</sup> de Adolf Hitler,<sup>183</sup> na Alemanha, e o fascismo<sup>184</sup> de Benito Mussolini,<sup>185</sup> na Itália. Os posicionamentos político-ideológicos se radicalizam, fazendo crescer a luta de classes. A violenta competição capitalista, exacerbada por um individualismo feroz, destrói o tecido social.

Os trabalhadores são atingidos naquilo que lhes é mais caro: a sua dignidade. Jornadas estafantes, salários insatisfatórios para atender suas necessidades e de suas famílias, condições inadequadas de trabalho, digladiando-se em campos opostos e servindo muitas vezes de massa de manobra para interesses escusos.<sup>186</sup>

Pio XI afirma, então, todo o ensinamento da *Rerum Novarum*, solucionando algumas dúvidas, desenvolvendo e aprofundando alguns temas, e estabelecendo os três pontos fundamentais: “chamar a juízo o regime econômico moderno e instaurando processo ao socialismo, apontar a raiz do mal-estar da sociedade contemporânea e mostrar-lhe ao mesmo tempo a única via de uma restauração salutar, que é a reforma cristã dos costumes.”<sup>187</sup> Nela, o Papa atualiza e enriquece o importante princípio em filosofia social: o “princípio da subsidiariedade”. Condena os regimes totalitários, de esquerda e de direita, e sua luta sem trégua pelo poder. De outro lado, condena as injustiças sociais do capitalismo por se mostrar incapaz de formular um projeto que fizesse frente às pressões totalitárias. Orienta-se numa linha capaz de elaborar um modelo equidistante dos extremos do socialismo totalitário e do capitalismo individualista. Propõe uma alternativa intermediária: o corporativismo cristão,

<sup>182</sup> Nazismo: baseado na doutrina do nacional-socialismo formulada por Adolf Hitler, defende o racismo e a superioridade da raça ariana, apóia a luta campesina, o totalitarismo e o expansionismo alemão, nega a democracia liberal e o socialismo. Concentrou seus objetivos em três pontos: eliminação do desemprego; eliminação da hiperinflação; expansão da produção de bens de consumo.

<sup>183</sup> Adolf Hitler (1889-1945). Político alemão de origem austríaca. Lutou na I Guerra Mundial, tendo sido duas vezes condecorado por bravura. Ligou-se ao Partido Trabalhista Alemão e, em 1920, mudou o nome do partido para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (“Nazi”). Em 1925 publica o livro *Mein Kampf - Minha Luta*, onde desenvolve suas teorias políticas. Em 1933 foi convidado pelo Marechal Von Heindenburg para chanceler da Alemanha, lançou-se ao estabelecimento da ditadura absolutista, decretando o fim das liberdades individuais e promovendo uma intensa campanha de violência. Levou a Alemanha à II Guerra Mundial, numa aliança com a Itália e o Japão. Para ele os judeus eram os maiores inimigos do povo alemão: ao fim da II Guerra Mundial haviam sido mortos seis milhões de judeus nos campos de extermínio nazistas.

<sup>184</sup> Fascismo: doutrina totalitária desenvolvida por Benito Mussolini a partir de 23 de março de 1919, quando funda o movimento fascista em Milão. Movimento político de direita que pregava: nacionalismo exacerbado, cerceamento da liberdade civil, unipartidarismo, derrota dos movimentos de esquerda, limitação da liberdade dos empresários em administrar suas empresas. O fascismo influenciou os governos de muitos países, entre os quais podemos citar: o franquismo, do General Francisco Franco, na Espanha (1939-1975); o salazarismo, de Antonio de Oliveira Salazar, em Portugal (1929-1974); o Estado Novo de Getúlio Vargas, no Brasil (1939-1945); na Argentina, com Juan Perón, depois Isabelita Perón (1946-1955 e 1973-1974).

<sup>185</sup> Benito Mussolini (1883-1945), político italiano. Em 1919 funda o movimento nacionalista que se denomina Fascismo. Em 1922, junto com os “camisas negras”, organiza a Marcha sobre Roma, como forma de pressionar o Vittorio Emanuele III o convite para tomar parte em um novo governo. Estabelece o Fascismo como partido único em 1929 e em 1939 alia-se à Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Em 1943 é derrubado e preso. Libertado pelos nazistas é recapturado por guerrilheiros italianos e morto em 1945.

<sup>186</sup> Cf. PIO XI. *Encíclica Quadragesimo Anno*. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 24, n. 39.

<sup>187</sup> *Ibidem*, n. 15, p. 10-11.

que “privilegia os grupos intermediários, as comunidades reais, notadamente de natureza profissional, as corporações”.<sup>188</sup>

### 3.3 O Magistério de Pio XII

Pio XII<sup>189</sup> enfrentou o período mais turbulento da História: a II Guerra Mundial. Lutou com todas as suas forças para evitar a guerra e foi um dos mais importantes protagonistas na busca de solução negociada para o conflito. Durante a guerra exerceu papel importante no esforço para salvar vidas humanas, principalmente de refugiados judeus e perseguidos pelo regime nazista. Quando Hitler invadiu Roma, em 10 de setembro de 1943, o Papa concedeu asilo político a um grande número de pessoas, abrigando-as nas dependências do Vaticano e em Instituições da Igreja.

Viveu também o período difícil da reconstrução da Europa tanto do ponto de vista físico e estrutural, como também das feridas emocionais deixadas pela Guerra. Ingente foi seu apelo em favor das crianças abandonadas.<sup>190</sup>

Não publicou nenhuma Encíclica nitidamente social, não deixando uma síntese abrangente do ensino social da Igreja durante o seu pontificado. Seu ensinamento encontra-se espalhado em alocuções e mensagens radiofônicas nas quais reassume, de uma forma geral, os temas da doutrina social desde Leão XIII. Retoma o direito de propriedade e destinação universal dos bens numa perspectiva mais dilatada.<sup>191</sup>

Pio XII reconhece as enormes possibilidades do progresso técnico, mas adverte sobre o perigo do tecnicismo, a mais insidiosa forma de materialismo, pela ânsia de uma crescente abundância de bens materiais. Percebe a evolução de uma cultura tecnológica e suas ameaças,

<sup>188</sup> BIGO, Pierre; AVILA, Fernando Bastos. Op. cit., p. 178.

<sup>189</sup> Pio XII (1876-1958) foi o 261º Papa. Governou a Igreja no período de 1939 a 1958.

<sup>190</sup> Cf. PIO XII. *Encíclica Quemadmodum*. 1946: “entre os infortúnios sem número produzidos pela horrível conflagração, nenhuma, ao nosso coração paterno, traz ferida mais dolorosa do que a que se abate sobre uma multidão de inocentes crianças, que aos milhões, como nos foi referido, privadas das coisas necessárias à vida, em muitas nações caem vítimas do frio, do abandono e das doenças; e que, frequentemente, abandonadas por todos, não só lhes falta o pão, o vestuário, o teto, mas também aquele afeto com o qual a tenra idade sente tanto a necessidade”.

Disponível - em <[http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_06011946\\_quemadmodum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_06011946_quemadmodum_po.html)>, acesso em 20/11/2008.

<sup>191</sup> Cf. PIO XII. *Radiomensagem na Solenidade de Pentecostes - 50º aniversário da Encíclica “Rerum Novarum” de Leão XIII*. 1º de junho de 1941: “Nós próprio, na Encíclica *Sertum laetitiae*, endereçada aos Bispos dos Estados Unidos da América do Norte, chamamos a atenção de todos sobre o seu ponto fundamental, que afirma, como dissemos, a exigência incontestável de que os bens criados por Deus para todos os homens, afluam a todos equitativamente, segundo os princípios da justiça e da caridade”.

Disponível em <[http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/speeches/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19410601\\_radiomessage-pentecost\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/documents/hf_p-xii_spe_19410601_radiomessage-pentecost_po.html)>, acesso em 23 de nov. de 2008.

alertando para o perigo do desaparecimento das pequenas organizações industriais, esmagadas pelas grandes corporações.<sup>192</sup>

### 3.4 O Magistério de João XXIII

João XXIII,<sup>193</sup> eleito Papa em avançada idade, na perspectiva de um papado curto, deixou duas importantes Encíclicas sociais: *Mater et Magistra*, de 15/05/1961 e *Pacem in Terris*, de 11/04/1963. Acrescente-se a isso o fato de ter convocado o Concílio Ecumênico Vaticano II, a 02 de fevereiro de 1962, realizado no período de 11 de outubro de 1962 a 08 de dezembro de 1965, e que provocou profundas mudanças na vida da Igreja.

Trata-se de um período particularmente diferente: de um lado, com o fim do conflito mundial, retoma-se o crescimento da economia nacional e internacional, gerando-se um otimismo incompatível com a realidade. Apenas alguns países foram beneficiados, deixando muitos, especialmente no Terceiro Mundo, no subdesenvolvimento. Os menos aquinhoados, por sua vez, buscam o combate aos desequilíbrios e a superação de uma nova forma de dependência: a econômica. O Papa observa o risco de que o imperialismo internacional submeta os poderes públicos aos interesses de grupos em nome da liberdade de mercado e da cobiça desenfreada, podendo levar ao desequilíbrio econômico entre os países desenvolvidos e os países em via de desenvolvimento.<sup>194</sup> De outro lado, o desenvolvimento da energia nuclear era um fator de preocupação, que colocava em risco a paz e abria a possibilidade de uma nova guerra, com poder de destruição total do planeta.

### 3.5 O Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II contribuiu para a construção de uma Igreja dentro de novas coordenadas, pela forma de como situar-se diante da sociedade, que seria um marco divisório e que deixaria um impacto definitivo sobre a doutrina social. Pode-se falar da doutrina social da Igreja de antes e depois do Concílio.<sup>195</sup>

Confrontada desde o século XVI com a violenta desintegração interna que resultou na reforma protestante e a divisão do papado, a Igreja vive a instabilidade daquele momento histórico. No Concílio Vaticano I, três séculos mais tarde (1869-1870), “a Igreja vê-se na

<sup>192</sup> Cf. PIO XII. *Radiomensagem de Natal 'Il Popolo che abitava'*. 24 de dezembro de 1953. Disponível em <<http://www.vatican.va>>, acesso em 23 de nov. de 2008.

<sup>193</sup> JOÃO XXIII (1881-1963) foi 262º Papa. Governou a Igreja no período de 1958 a 1963.

<sup>194</sup> Cf. JOÃO XXIII. *Encíclica Mater et Magistra*. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 1962, n. 33 p. 12, 16 e 17.

<sup>195</sup> Cf. CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina social da Igreja - uma abordagem histórica*. Op. cit, p. 183.

contingência de se posicionar não contra as dissidências internas e sim contra o mundo exterior, contra o racionalismo crítico”.<sup>196</sup> O Concílio deve firmar posição sobre a infalibilidade pontifícia, pela necessidade de formar um conjunto em torno de um princípio de unidade incontestável e alheia à instabilidade da sociedade moderna. Ao marcar claramente suas fronteiras e critérios, a Igreja pagou um preço caro: o rompimento quase irreversível com o mundo moderno.

O Concílio Vaticano II buscou a reconciliação com a modernidade, uma nova postura diante da sociedade: aceitando “a nova forma de ser que caracteriza essa sociedade, em que o homem é o centro e sujeito privilegiado, que desloca toda instância de caráter absoluto”.<sup>197</sup>

A eclesiologia da *Lumen Gentium* evidencia que, antes de ser uma sociedade desigual e hierárquica, a Igreja é o povo de Deus a caminho, juntamente com toda a humanidade. É uma imagem que tem profundas raízes bíblicas e que tem o sentido de aliança. Somente depois se pode trazer presente a organização hierárquica e os leigos. Salienta a dimensão da Igreja como sacramento e portadora dos sacramentos, a dimensão missionária como sua razão de ser e sua presença no mundo, sem ser do mundo. Tem presente a dimensão histórica como chave interpretativa de todo o Concílio.<sup>198</sup>

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* contribui para um novo enfoque nas relações entre a Igreja e a sociedade: a Igreja reconhece a realidade do mundo como ele é e a história e a experiência humana transformam-se em um lugar teológico; o mundo recupera a sua autonomia no aspecto temporal; Igreja e mundo buscam a realização da pessoa, embora em níveis diferentes; a presença da Igreja no mundo é para servir; clarifica a diferença entre a Igreja e o mundo; a presença da Igreja no mundo adota a forma de autoridade profética e não de jurisdição; o magistério da Igreja se dá em função da verdade comunicada e não em virtude de uma autoridade que se aceita de antemão.<sup>199</sup> Ainda dois destaques: a autonomia das realidades temporais ficam fora da tutela da Igreja, mas sempre na dependência de Deus; o sentido histórico, ao reconhecer que a experiência cristã está enraizada na história, na vida comum das pessoas. Cabe aqui ressaltar a missão da Igreja frente à autonomia das realidades terrestres e o pluralismo da sociedade moderna: o papel da Igreja não é político, nem econômico, é religioso, conforme o documento torna explícito.<sup>200</sup>

<sup>196</sup> Cf. CAMACHO, Ildelfonso. *Doutrina social da Igreja - uma abordagem histórica*. Op. cit., p. 245-246. “O *Syllabus* (1864) já havia deixado clara a incompatibilidade radical entre o catolicismo e a civilização moderna”.

<sup>197</sup> *Ibidem*, p. 247.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 259-265; Cf. COMPÊNDIO DO VATICANO II - Constituições, decretos e declarações - Constituição Apostólica *Gaudium et spes*: AAS 58. 25. Op. cit., n 1, p. 143.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 273-274.

<sup>200</sup> Cf. COMPÊNDIO DO VATICANO II. Op. cit., n. 42b, p. 187.

O desenvolvimento é colocado como categoria chave para interpretação da vida econômico-social. Não apenas o desenvolvimento econômico, mas o desenvolvimento integral da pessoa em todas as suas dimensões e de todas as pessoas.<sup>201</sup> “o homem é o autor, centro e fim de toda a vida econômico-social”.<sup>202</sup> Propõe-se com isso a superação dos desníveis sócio-econômicos, especialmente dos países do Terceiro Mundo.

Uma segunda prioridade que o documento observa é o trabalho - entendido no seu sentido mais amplo e, também, como um direito social - na produção, no comércio e na prestação de serviços, individualmente ou como associados, ressaltando a dignidade do trabalho, o direito e o dever de trabalhar, a digna remuneração, o descanso e o tempo livre, a promoção do trabalhador.<sup>203</sup>

Outro aspecto destacado é sobre o uso dos bens materiais: “Deus destinou a terra e tudo o que ela contém, ao uso de todos os homens e povos”,<sup>204</sup> como princípio e fundamento de todo o capítulo,<sup>205</sup> pois obriga a atenção aos necessitados, reconhece o direito de apropriação para os casos de extrema necessidade, afirmando que a ajuda aos pobres “seja feita não apenas com os bens supérfluos”.<sup>206</sup>

Analisa a questão da propriedade privada dentro de uma ampliação no seu conceito, entendida como uma necessidade: “a propriedade privada ou um certo domínio sobre os bens exteriores asseguram a cada um uma zona absolutamente necessária para a autonomia pessoal e familiar e devem ser consideradas como ampliação da liberdade humana”.<sup>207</sup>

Coloca, no entanto, uma nova questão moral: os investimentos devem criar oportunidade para todos.<sup>208</sup> A respeito dos investimentos em propriedades, especialmente em grandes extensões de terra, lembra a função social da propriedade,<sup>209</sup> que deve ter como meta a geração de trabalho para as gerações presentes e as futuras: “sejam quais forem as formas da propriedade, adaptadas às instituições legítimas dos povos segundo as circunstâncias diversas e variáveis, jamais se deve perder de vista esse destino universal dos bens”.<sup>210</sup>

O capítulo IV, da segunda parte, da Constituição Pastoral, começa destacando os “sinais dos tempos” no cenário político, no que se refere às profundas mudanças culturais, econômicas e sociais, apontando as tendências mais relevantes: “o respeito aos direitos e

<sup>201</sup> Cf. COMPÊNDIO DO VATICANO II. Op. cit., n 64, p. 219.

<sup>202</sup> Ibidem, n. 63, p. 217

<sup>203</sup> Ibidem, n. 67, p. 222.

<sup>204</sup> Ibidem, n. n. 69, p. 224.

<sup>205</sup> Cf. CAMACHO, Ildefonso. Op. cit., p. 284.

<sup>206</sup> COMPÊNDIO DO VATICANO II. Op. cit., n. 69, p. 224-226.

<sup>207</sup> Ibidem, n. 71b, p. 227.

<sup>208</sup> Ibidem, n. 70, p. 226-227.

<sup>209</sup> Ibidem, n. 71, p. 227-229.

<sup>210</sup> Ibidem, n. 69a, p. 224-225.

deveres de todos no exercício da liberdade civil;<sup>211</sup> a garantia do direito de expressão, de associação e de professar uma religião; “o desejo de uma ordem político-jurídica na qual os direitos da pessoa sejam amparados”,<sup>212</sup> o desejo de uma maior participação, respeitando o direito das minorias, na busca e na consecução do bem comum,<sup>213</sup> tendo presente, em todos os sentidos, o respeito à pessoa e à valorização da sua dignidade.

Continua a Constituição Pastoral, tratando agora da comunidade política, com toda certeza o conceito mais inovador. Estabelece com clareza a distinção entre “comunidade civil”, que é a teia de inter-relações, na qual as pessoas e grupos procuram o seu próprio desenvolvimento e “comunidade política” que é a forma de a comunidade civil se organizar para buscar o bem comum: “existe por causa daquele bem comum: nela obtém sua plena justificação e sentido, de onde deriva o seu direito primordial e próprio”.<sup>214</sup>

Propõe ainda que todos os cidadãos tenham o direito e o dever de participar na vida pública, tomando parte “livre e ativamente tanto no estabelecimento dos fundamentos jurídicos da comunidade política como na gestão dos negócios públicos”.<sup>215</sup> Propõe a divisão de poderes para a autoridade pública, com a finalidade de evitar abusos. Oferece sugestões, a partir do princípio da subsidiariedade, com vistas a harmonizar a atuação dos cidadãos e das instâncias da sociedade.<sup>216</sup>

Por fim, trata das relações entre a Igreja e a comunidade política, evitando-se a palavra Estado, pois aquela designação é mais abrangente e mais apropriada para a pluralidade do mundo moderno, além de não concentrar demasiadamente a atenção na estrutura institucional e em seus representantes. Deixa clara a independência entre a Igreja e a comunidade política: “cada uma em seu próprio campo, a comunidade política e a Igreja são independentes e autônomas uma da outra. Ambas, porém, embora por título diferente, estão a serviço da vocação pessoal e social dos mesmos homens”.<sup>217</sup>

Estabelece a distinção entre as atividades que os fiéis desenvolvem - isoladamente ou em grupos - daquelas que desenvolvem em nome da Igreja, juntamente com seus pastores, afirmando, ainda, que a Igreja não “se confunde com a comunidade política e nem está ligada a nenhum sistema político, é ao mesmo tempo sinal e a salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana”.<sup>218</sup>

---

<sup>211</sup> COMPÊNDIO DO VATICANO II. Op. cit., n. 73a, p. 230.

<sup>212</sup> Ibidem, n. 73b, p. 230.

<sup>213</sup> Ibidem, n. 73 b e c, p. 230-231.

<sup>214</sup> Ibidem, n. 74a, p. 231.

<sup>215</sup> Ibidem, n. 75a, p. 232.

<sup>216</sup> Ibidem, n. 75b, p. 233.

<sup>217</sup> Ibidem, n. 76c, p. 235.

<sup>218</sup> Ibidem, n. 76b, p. 235.

Finalmente, no capítulo V, da segunda parte, trata da paz e da promoção da comunidade dos povos. A experiência recente de uma grande guerra traz presente que é impossível construir um mundo mais justo e mais humano sem a paz. É necessária uma “conversão à verdadeira paz pela renovação do espírito,”<sup>219</sup> afirmando ainda que os promotores da paz “serão chamados filhos de Deus”(Mt 5,9). Uma paz que é fruto da justiça (Is 32,17).

Em seguida fala da necessidade de se evitar a guerra: a autoridade pública deve buscar, no campo das negociações, por todos os meios possíveis, a superação dos conflitos através do diálogo e da superação das divergências.

O documento condena ainda a possibilidade de uma guerra total mediante a utilização de armas de destruição em massa: “com o emprego destas armas as operações bélicas podem causar destruições enormes e indiscriminadas que, portanto ultrapassam em muito os limites da legítima defesa”.<sup>220</sup> As consequências seriam desastrosas e por isso a guerra total precisa ser olhada de outro modo. O texto adverte também para os perigos da posse, do uso e da fabricação de armas científicas, afirmando que esses não são os meios da garantia de uma paz segura e que a corrida armamentista “não é caminho infalível para assegurar firmemente a paz”.<sup>221</sup>

O Concílio aborda a questão da comunidade internacional a partir de três perspectivas: “a edificação jurídica da comunidade de nações, o desenvolvimento de todos os povos como condição e o papel da Igreja diante dessa nova realidade.”<sup>222</sup>

Na ordem jurídica, organizar as instituições internacionais, universais ou regionais, para garantir segurança, o cumprimento da justiça e o respeito dos direitos,<sup>223</sup> no campo econômico: “o estabelecimento de maior cooperação internacional no campo econômico”,<sup>224</sup> para que o desenvolvimento possa orientar o progresso do Terceiro Mundo; e, no papel da Igreja, o desejo que ela desempenhe um ação mais ativa na comunidade internacional “para fomentar e despertar a cooperação entre os homens”.<sup>225</sup>

Concluindo, a *Gaudium et spes* transcende o conceito de paz que é fruto da justiça, para dizer que ela é também decorrente do amor: “a paz se apresenta também como fruto do amor, que avança além dos limites daquilo que a justiça é capaz de proporcionar”.<sup>226</sup>

<sup>219</sup> COMPÊNDIO DO VATICANO II. Op. cit., n. 77a, p. 237.

<sup>220</sup> Ibidem, n. 80, p. 241.

<sup>221</sup> Ibidem, n. 82, p. 242.

<sup>222</sup> CAMACHO, Ildelfonso. Op.cit., p. 308.

<sup>223</sup> Cf. COMPÊNDIO DO VATICANO II. Op. cit., n. 84, p. 246.

<sup>224</sup> Ibidem, n. 85, p. 246.

<sup>225</sup> Ibidem, n. 89, p. 251.

<sup>226</sup> Ibidem, n. 78, p. 238.

### 3.6 O Magistério de Paulo VI

Paulo VI,<sup>227</sup> foi eleito Papa durante a realização do Concílio Vaticano II. Sua presença foi marcante e fundamental para que as decisões pudessem ser colocadas em prática. Publicou ao todo seis Encíclicas, uma de cunho social: *Populorum Progressio* (1967), e a Carta Apostólica *Octogesima Adveniens*.

A Encíclica *Populorum Progressio*, de 20 de março de 1967, alarga o horizonte dos documentos sociais dos Papas anteriores: considera a pessoa destinada a um desenvolvimento integral e os povos destinados a um desenvolvimento solidário, a viver em comunhão fraterna. Apela aos povos desenvolvidos no sentido de responder com amor às necessidades dos mais pobres, libertando-os da miséria, da insegurança, da doença, da instabilidade no emprego, para que possam realizar-se como pessoas, com dignidade e esperança.<sup>228</sup> Nesta Encíclica o Papa acentua que “a propriedade não constitui um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem o direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário.”<sup>229</sup> A propriedade privada está subordinada à destinação universal dos bens. Por isso, “sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social”.<sup>230</sup>

A Encíclica tem uma palavra esclarecedora sobre a família, *habitat* natural de toda pessoa. Retoma as notas características dessa sociedade primária: monogamia e indissolubilidade. Lembra o crescimento demográfico em maior velocidade do que os recursos disponíveis e acentua que os poderes civis, no âmbito de suas competências podem esclarecer as populações sobre a explosão demográfica e informar aos cidadãos no tocante aos problemas da fome, educação, habitação, acarretados pelo crescimento da população, respeitando a justa liberdade dos casais e as leis morais, criando as condições para a paternidade responsável.<sup>231</sup>

A pessoa necessita de um desenvolvimento integral, fruto de um verdadeiro humanismo, que a promova em todas as suas dimensões (física, intelectual, espiritual, social, econômica). Não basta, porém, desenvolver a pessoa. É necessário o desenvolvimento de todas as pessoas, povos e nações. “É obrigação gravíssima dos povos desenvolvidos ajudarem os povos em via de desenvolvimento”,<sup>232</sup> através da participação, colaboração, fraternidade e

<sup>227</sup> PAULO VI (1897-1978) foi o 263º Papa. Governou a Igreja no período de 1963 a 1978.

<sup>228</sup> Cf. JOÃO XXIII. *Encíclica Mater et Magistra*. Op. cit., n. 6, p. 11.

<sup>229</sup> Ibidem, n. 23, p. 22.

<sup>230</sup> CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO. *Conclusões da conferência de Puebla*. São Paulo: Paulinas, 1979, Discurso Inaugural, n. 3.4, p. 28.

<sup>231</sup> Cf. PAULO VI. Op. Cit. n. 37, p. 31; COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição dogmática “Gaudium et Spes”*. Op. cit., n. 50, p. 199-201.

<sup>232</sup> COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição dogmática “Gaudium et Spes”*. Op. Cit., n. 86 -“b”, p. 248.

equidade nas relações. O objetivo é construir um mundo mais justo, mais humano e mais solidário, superando as desigualdades que produzem fome e miséria.

Sugere ainda a criação de um fundo mundial, sustentado pelas elevadas quantias que anualmente são destinadas pelas nações para a corrida armamentista para vir em auxílio dos mais deserdados, capaz de enxugar as lágrimas e suscitar novo ânimo em milhões de pessoas.

Com este sugestivo título: “Desenvolvimento é o novo nome da paz”, o Papa conclui a Encíclica afirmando que a ação da Igreja deve ser mais efetiva, atenta e generosa; combater a miséria e lutar contra a injustiça; promover não só o bem estar, mas também o progresso humano e espiritual, o bem comum da humanidade. A paz, não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio precário das forças, mas constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens.<sup>233</sup>

Os problemas relativos aos homens e à sociedade vão se agravando e diversificando. A Igreja tem diante de si os dois grandes desafios do final do século XX: a modernidade e a pobreza. De um lado, a mentalidade moderna se espalha por todas as regiões, levada pelos meios de comunicação, alterando a cultura e fragmentando os valores da sociedade. De outro, a pobreza crescente e o alargamento do fosso existente entre os países desenvolvidos e os em via de desenvolvimento, apesar do contexto favorável em que se poderia esperar um desenvolvimento mais equilibrado e otimista.

Diante de um clima fortemente turbulento de contestação ideológica, Paulo VI opta por uma Carta Apostólica, endereçada ao Cardeal Maurício Roy, Presidente do Conselho de Leigos e da Comissão Pontifícia “Justiça e Paz”, para comemorar o octogésimo aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*.<sup>234</sup>

A Carta Apostólica *Octogesima Adveniens*, documento fundamental da doutrina social da Igreja, traz uma palavra de orientação, a partir do Evangelho, capaz de iluminar a realidade e enfrentar os novos problemas sociais.

Destacamos alguns aspectos principais:

A urbanização: com a perda do vigor da agricultura e o fortalecimento da indústria, um grande contingente de pessoas migra para as cidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Este êxodo rural transforma as cidades em aglomerados urbanos; algumas, em verdadeiras “megalópoles”. Proliferam as favelas e aumenta o contraste social, além da

<sup>233</sup> Cf. PAULO VI. *Encíclica Populorum Progressio*. Op. cit., n. 76, p. 59-60.

<sup>234</sup> Cf. PONTIFÍCIO CONSIGLIO DELLA GIUSTIZIA E DELLA PACE. *Dizionario di Dottrina Sociale della Chiesa*. Roma: LAS, 2005, p. 560-561.

promiscuidade que torna difícil a intimidade dos casais, comprometendo a união dos cônjuges.<sup>235</sup>

Os cristãos na cidade: a migração para as cidades ocasiona o desenraizamento social, cultural e religioso, “alterando os modos de viver e as estruturas habituais da existência: a família, a vizinhança e a maneira de ser da comunidade cristã”, gerando uma nova forma de solidão, numa multidão anônima, onde a pessoa se sente uma estranha,<sup>236</sup> dificultando o encontro fraterno, a ajuda mútua, desenvolvendo discriminações e indiferenças, prestando-se a novas formas de exploração e de domínio, em prejuízo dos mais fracos. “Os jovens, por sua vez, fogem de um lar demasiado exíguo e procuram na rua compensações e companhias que escapam a qualquer vigilância”.<sup>237</sup>

Os jovens: a vida urbana e as mudanças da sociedade industrial tornam difícil o diálogo com uma juventude portadora de sonhos e esperanças, mas também de decepções e insegurança a respeito do futuro.<sup>238</sup>

O lugar da mulher: na configuração da nova sociedade industrial a mulher tem necessidade de buscar igualdades de oportunidade de participação na vida cultural, econômica, social e política, apesar das discriminações existentes, para que se respeitem seus direitos e sua dignidade.<sup>239</sup>

Os trabalhadores: “a pessoa humana é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais”.<sup>240</sup> “todo homem tem direito ao trabalho, à possibilidade de desenvolver as próprias qualidades e a sua personalidade no exercício da profissão abraçada e a uma remuneração equitativa que lhe permita, a ele e sua família, ‘cultivar uma vida digna no aspecto material, social e espiritual’”.<sup>241</sup> Há que se dizer aqui uma palavra a respeito da organização dos trabalhadores, principalmente sobre os sindicatos, que devem estar ao lado do trabalhador e em sua defesa, tendo presente o bem comum de toda a sociedade, de modo particular quando se trata de serviços públicos, de interesse de toda a comunidade, para não causar prejuízos aos cidadãos, especialmente aos mais pobres.<sup>242</sup>

As vítimas das mudanças: é feito um apelo para que os inadaptados, os idosos e outros tipos de marginalizados possam fazer ouvir a sua voz, para que sejam aceitos, possam defender-se e tenham a sua dignidade respeitada. E que também sejam ajudados a superar as

<sup>235</sup> Cf. PAULO VI. *Carta apostólica Octogesima adveniens*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2000, n. 8-9, p. 10-12.

<sup>236</sup> Ibidem, n. 10, p. 12

<sup>237</sup> Ibidem, n. 11-12, p. 13-14.

<sup>238</sup> Ibidem, n. 13, p. 15.

<sup>239</sup> Ibidem, n. 13, p. 15

<sup>240</sup> COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição dogmática “Gaudium et Spes”*. Op. Cit., n. 25, p. 168.

<sup>241</sup> Ibidem, n. 67, p. 222.

<sup>242</sup> PAULO VI. *Carta apostólica Octogesima adveniens*. Op. cit., n. 14, p. 16.

situações de injustiças em virtude das mudanças no processo industrial, para que os mais desfavorecidos possam voltar a ocupar, o mais rapidamente possível, o seu lugar na sociedade.<sup>243</sup>

As discriminações: encontrar mecanismos que superem as discriminações de origem, cor, cultura, sexo, religião, impedindo a criação de uma legislação discriminadora, de modo que todos possam compartilhar do destino comum.<sup>244</sup>

Direito à emigração: superar as barreiras nacionalistas que impedem a livre emigração de trabalhadores em busca de melhores oportunidades. Criar uma legislação que reconheça esse direito, protegendo-os, e que favoreça o acesso às condições de vida digna: moradia, educação, cultura, saúde e que possam participar do esforço econômico dos países que os acolhe, instaurando a fraternidade, base de uma paz duradoura.

Criar postos de trabalho: com a finalidade de superar a miséria e evitar o parasitismo e para atender ao crescimento demográfico, especialmente nos países em via de desenvolvimento, através de “uma política eficiente de investimentos, de organização da produção e da comercialização, e, de igual modo, da formação”.<sup>245</sup>

Os meios de comunicação social: representando um novo poder, os meios de comunicação social assumem um papel crescente na transformação das mentalidades, dos conhecimentos, das organizações e da própria sociedade. Entre seus aspectos positivos fazem chegar, quase instantaneamente, as informações de todo o mundo, eliminando as distâncias e difundindo mais plenamente a formação e a cultura. Cabe interrogar se realmente a utilização desse poder se dá em prol do bem comum, do respeito à liberdade e à dignidade da pessoa humana, seja no campo político e ideológico, ou vida social, econômica, cultural e religioso. Cabe aos poderes públicos avaliar a crescente influência dos meios de comunicação social, suas vantagens e riscos, o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, cuidando sobre a difusão de valores que vá atingir o patrimônio comum e os valores sobre os quais se encontra alicerçado o progresso civil bem ordenado.<sup>246</sup>

O meio ambiente: a *oikoumenè*, a “casa comum” da família humana inteira, encontra-se ameaçada. Resíduos produzidos pela atividade humana, poluição e novas doenças, cujas consequências já se fazem sentir: “a exploração inconsciente da natureza, começa a correr o risco de destruí-la e de vir a ser, também o homem, vítima dessa degradação”.<sup>247</sup>

<sup>243</sup> Cf. PAULO VI. *Carta apostólica Octogesima adveniens*. Op. cit., n. 15, p. 17.

<sup>244</sup> Ibidem, n. 16, p. 16-17.

<sup>245</sup> Ibidem, n. 18-19, p. 19-21.

<sup>246</sup> Ibidem, n. 20, p. 21-22; COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Decreto Inter mirifica*, Op. Cit., n. 12, p. 572-573.

<sup>247</sup> Cf. PAULO VI. *Carta apostólica Octogesima adveniens*. Op. cit., n. 21, p. 22.

Os novos problemas sociais acima giravam, ao menos em princípio, em torno da urbanização. Característica do tempo é a concentração da população, que está relacionada com o processo irreversível da industrialização. No ambiente urbano dois aspectos se destacam: a crescente influência dos meios de comunicação social e a degradação do ambiente natural.

Por trás deste complexo panorama urbano e industrial, Paulo VI enfatiza as duas maiores aspirações da pessoa: “a aspiração à igualdade e a aspiração à participação, trata-se de dois aspectos da dignidade do homem e de sua liberdade”,<sup>248</sup> O homem passa a não aceitar mais as desigualdades sociais, nem ser afastado do projeto de construção de uma sociedade que, segundo acredita, é capaz de realizar. Não admite ser mais um sujeito passivo e vai à busca de um modelo que seja capaz de responder às suas legítimas aspirações: a democracia, pois “o cristão tem o dever de participar também ele dessa busca diligente, da organização e da vida da sociedade política”.<sup>249</sup> Adverte Sua Santidade que a ação política deve ter como objetivo a sustentação e estabilidade da sociedade e estar a serviço do bem comum.<sup>250</sup> Pela primeira vez surge a palavra “ideologia”, que a partir de então se transforma em objeto do conteúdo da Carta. As ideologias são, em princípio, legítimas, mas não devem ser impostas sob qualquer pretexto, pois “a verdade não se impõe senão por força da própria verdade, que penetra de modo suave e ao mesmo tempo forte nas mentes”.<sup>251</sup>

A democracia exige que seja respeitado o pluralismo ideológico da sociedade, não devendo o Estado, embora disponha do monopólio do poder, impor suas convicções ou de grupos a ele ligados. O poder delegado ao Estado é apenas uma forma de organização da sociedade e não para impor ideias. Ao limitar o poder do Estado, deixa em aberto espaço para a existência de grupos, numa sociedade pluralista, onde a Igreja se situa como grupo particular. Somente aceitando o lugar que lhe cabe na sociedade a Igreja tem condições de levar a sua mensagem, em virtude de sua missão.

A Igreja depara-se, no entanto, com uma dificuldade: de que modo e por quais vias ou instrumentos deve o cristão participar da atividade política, sendo uma atividade grupal e não individual? Pode o cristão, historicamente vinculado a partidos políticos de identidade cristã, aderir às principais ideologias dominantes, marxista e liberal, e a partidos não confessionais? “O cristão não pode contradizer-se a si mesmo”, adverte. É irreconciliável aderir a uma ideologia marxista, materialista, violenta, coletivizante; ou à ideologia liberal, que subtrai o

---

<sup>248</sup> PAULO VI. *Carta apostólica Octogesima adveniens*. Op. cit., n. 22, p. 23.

<sup>249</sup> *Ibidem*, n. 24, p. 25.

<sup>250</sup> *Ibidem*, n. 25, p. 25-26.

<sup>251</sup> COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Declaração Dignitatis humanae*. Op. cit., n. 1, p. 600.

indivíduo às limitações sociais e que busca exclusivamente o seu próprio interesse. Ambas, por seus próprios caminhos, buscam o poder.<sup>252</sup> A ideologia marxista é rejeitada por ser ateia, por sua dialética de violência e a subordinação da liberdade da pessoa à coletividade; a ideologia liberal é rejeitada por considerar a liberdade individual ilimitada. Mas, e diante dos movimentos históricos, qual deve ser a atitude do cristão? Discernimento, responde! Estando esses movimentos em conformidade com “as normas da reta razão e interpretem as justas aspirações humanas, quem ousará negar que neles possa haver elementos positivos e dignos de aprovação”.<sup>253</sup> Entretanto, com relação às correntes socialistas, a Carta oferece um estudo mais aprofundado, alertando para os riscos de uma adesão, mesmo que parcial, possa acabar abraçando aqueles aspectos que se mostram mais radicais.

A Carta adverte ainda a respeito das ciências, especialmente das “ciências humanas”, pelo “risco de se deixar arrastar para um novo positivismo”,<sup>254</sup> podendo levar à elaboração de modelos sociais que poderiam ser impostos como adequados ao comportamento e ao sistema de valores, encerrando nisso um grave perigo para as sociedades e para o homem. De outro lado, acolher aquilo que as ciências podem trazer de positivo no sentido de alargar as perspectivas da liberdade humana, podendo ajudar também a moral cristã ao propor modelos sociais como melhores.

Diante dos novos problemas sociais os cristãos são chamados: a uma ação concreta em favor dos mais pobres, buscando a realização de uma justiça social que signifique a possibilidade de que todos possam participar nos bens criados por Deus e colocados à disposição de todos, desde as relações mais próximas até a comunidade internacional, em vista do bem comum; a um processo de mudança das estruturas, a partir do interior de cada pessoa, superando as situações de dependências e de necessidades; a uma participação política, considerando que, em última análise, as decisões que afetam a vida das pessoas são do poder político, no intercâmbio entre as pessoas e no reconhecimento dos direitos de cada um e da coletividade, garantindo a coesão do corpo social, na perspectiva do bem comum; maior participação nas responsabilidades, num processo democrático que garanta ampla presença no vasto campo das decisões, na busca do bem de todos, permitindo que os grupos humanos se transformem em comunidades de partilha e de vida.<sup>255</sup>

Finalizando, a Carta faz ainda dois apelos aos cristãos no sentido da ação: comprometer-se na ação que a Igreja, historicamente, desenvolveu no sentido de iluminar as

---

<sup>252</sup> Cf. PAULO VI. *Carta Apostólica Octogesima adveniens*. Op. Cit., n. 26, p. 26-27.

<sup>253</sup> Ibidem, n. 30, p. 28-29.

<sup>254</sup> Ibidem, n. 38, p. 35.

<sup>255</sup> Ibidem, n. 42-47, p. 40-46.

realidades com a luz do Evangelho e ajudar as pessoas a descobrir a verdade, discernindo o caminho a seguir no meio de tantas doutrinas: a Encíclica *Populorum Progressio* diz que “os leigos devem assumir como tarefa própria a renovação da ordem temporal” e insiste em que “se o papel da hierarquia consiste em ensinar e interpretar autenticamente os princípios morais”, aos leigos cabe “imbuir de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da sua comunidade de vida”.<sup>256</sup> usar o bom-senso e a prudência diante das situações concretas, reconhecendo dentre as opções possíveis aquelas que atendam à necessidade de animar e inovar, fazer evoluir as estruturas e que se ajustem às verdadeiras necessidades atuais, realizando um esforço de compreensão das variadas motivações e posições de cada um, tendo presente a caridade e o amor recíproco.

Uma palavra, mesmo que breve, a respeito do Sínodo dos Bispos de 1971, em que denuncia as situações de injustiça no mundo, consideradas aquelas de alcance internacional, tendo em vista o seu caráter universal (emigrantes e refugiados; perseguidos por causa de suas crenças; restrições dos direitos por questões políticas; vítimas do aborto e da guerra; abusos dos meios de comunicação social; das crianças e jovens privados dos meios de sobrevivência ou educação; família; pessoas abandonadas).<sup>257</sup> Nas suas propostas de ação, coloca como pressuposto imprescindível o testemunho da Igreja nas questões de justiça dentro de si mesma, para que sua atuação se torne digna de crédito: liberdade de expressão e pensamento; participação efetiva de todos; nova consideração em relação à mulher; cuidado especial no uso dos bens materiais; que os bens materiais sejam instrumentos e não se tornem obstáculo na pregação do Evangelho, de modo particular aos mais pobres. Finalmente uma palavra de esperança na certeza da ação do Espírito que ressuscitou Jesus e cuja ressurreição dá sentido aos esforços daqueles que buscam realizar a justiça.

### 3.7 O Magistério de João Paulo II

João Paulo II,<sup>258</sup> eleito Papa após o brevíssimo papado de João Paulo I, num momento em que a humanidade encontrava-se mergulhada em grave crise econômica em virtude da decisão dos países exportadores de petróleo (OPEP) de triplicarem o preço do barril de

<sup>256</sup> PAULO VI. *Encíclica Populorum Progressio*. Op. cit., n. 81, p. 63.

<sup>257</sup> Cf. CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina social da Igreja - abordagem histórica*. Op. cit., 1995, p. 363-386; CÚRIA ROMANA - Sínodo dos Bispos. *A justiça no mundo*. Disponível em <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_19711130\\_giustizia\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_19711130_giustizia_po.html)>, acesso em 29 de jan. de 2009.

<sup>258</sup> JOÃO PAULO II (1920-2005) foi o 265º Papa. Governou a Igreja no período de 1978 a 2005. De origem polaca, foi o primeiro papa não italiano em 455 anos. Realizou mais de 100 viagens apostólicas fora da Itália, visitando 129 países e mais de 1.000 localidades. Deixou um fecundo magistério de 14 Encíclicas, 15 Exortações Apostólicas, além de um grande número de Cartas Apostólicas.

petróleo cru num espaço de poucos meses. Essa medida provocou um reajuste de preços em todos os produtos e serviços no sistema relativo de preços internacionais, reduzindo o ritmo da atividade econômica, com o consequente desemprego nos países industrializados, o que facilitou a entrada de produtos mais baratos, oriundos do Terceiro Mundo, onde a mão de obra barata favorecia a produção de bens a um menor custo, oportunizando maiores ganhos do capital empregado.

A estratégia dos países desenvolvidos foi recorrer ao capital como forma de compensar o encarecimento da energia e utilizá-lo como alternativa para recuperar o ritmo da atividade econômica, transferindo suas atividades para países com mão de obra menos custosa, evidentemente no Terceiro Mundo. Desenvolveram-se, desse modo, as grandes empresas transnacionais, com uma extraordinária mobilidade do capital em busca de oportunidade de investimentos com maior rentabilidade. Apesar da reativação da atividade econômica, a consequência imediata foi o desemprego nos países desenvolvidos, não como um fenômeno transitório, mas permanente e estrutural, transparecendo a nova face da estrutura mundial de produção, que antes era realizada naqueles países com energia barata, porém com mão de obra cara, agora passa a ser produzida com energia cara, mas com mão de obra barata.

Com isso, o trabalho produtivo e remunerado aparece como eixo central em torno do qual se move a sociedade; não é apenas como sistema econômico, mas “como parte da própria cultura ocidental e forma privilegiada de realização pessoal e de integração na vida da sociedade”.<sup>259</sup> O Papa destaca que “o trabalho humano é a chave, talvez a chave essencial de toda a questão social”.<sup>260</sup> Acrescenta ainda que “a Igreja está convencida de que o trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do homem sobre a terra”.<sup>261</sup> Com a escassez do trabalho, surge não apenas uma crise econômica, mas também uma crise cultural.

Tal situação, longe de beneficiar os países em desenvolvimento, mantém-nos no seu papel de dependência. Embora tenham passado a participar mais da produção industrial e dos intercâmbios comerciais, econômicos e financeiros, seus recursos são insuficientes para a defesa dos próprios interesses diante do crescente controle do capital internacional sobre as suas economias. Os governos dos povos mais pobres vão em busca de crédito externo para atender às suas necessidades de desenvolvimento, contraindo dívidas que irão tornar-se um sério problema diante da impossibilidade de esses países cumprirem seus compromissos no

---

<sup>259</sup> CAMACHO, Ildfonso. *Doutrina social da Igreja - uma abordagem histórica*. Op. cit., p. 393.

<sup>260</sup> JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborens Exercens*. Op.cit., n. 3, p. 15.

<sup>261</sup> *Ibidem*, n. 4, p. 16.

vencimento dos débitos.<sup>262</sup> A dívida externa torna-se um problema para os países em via de desenvolvimento.

Há que se levar em conta que os países do Leste Europeu também sofreram o impacto da crise, apesar e a partir de suas próprias condicionantes, conseguindo, ao menos convencionalmente, superar os seus efeitos mais duros da crise, mesmo levando em conta que a União Soviética se encontrava em uma situação cada vez mais desastrosa, ameaçando levar consigo todo o bloco, em virtude dos pesados investimentos efetuados na corrida armamentista, pelos quais já não conseguia responder por falta de recursos.

É preciso considerar ainda que esse cenário de uma economia coletivista serviu de pano de fundo para a Encíclica *Laborens Exercens*, em função da experiência vivida pelo polonês Karol Wojtyła. Com isso o Papa pode refletir sobre os dois sistemas econômicos contrastantes: o coletivismo e o capitalismo, oferecendo pistas para crentes que continuam a viver sob regime coletivista marxista.

O Papa considera como trabalho toda atividade realizada pelo homem, seja manual ou intelectual, quaisquer que sejam as características e circunstâncias.<sup>263</sup> O texto deixa claros dois aspectos: primeiro, que o trabalho não é apenas uma atividade produtiva, compreensão típica da sociedade capitalista; segundo, que o trabalho é ação exclusiva da pessoa que, ao trabalhar, realiza-se como tal.

Acrescenta ainda que o trabalho é uma atividade transitiva, pois por meio dele a pessoa exerce o seu domínio sobre a terra. Alargando o conceito: o trabalho entendido como uma atividade transitiva, quer dizer, uma atividade de modo tal que, iniciando-se no sujeito humano, se endereça para um objeto exterior, pressupõe um específico domínio do homem sobre a terra.<sup>264</sup>

### 3.7.1 Encíclica *Laborem Exercens*

A Encíclica *Laborem Exercens* é um instrumento ético e não apenas descritivo. Sua centralidade é a distinção entre trabalho objetivo e subjetivo, critério fundamental que deve estar presente em toda a vida socioeconômica.

Trabalho objetivo não é apenas o resultado de uma atividade realizada individualmente, mas coletiva: emerge da ação de submeter a terra e não reduz apenas a

<sup>262</sup> Cf. CAMACHO, Ildelfonso. *Doutrina social da Igreja - uma abordagem histórica*. Op. cit., p. 393.

<sup>263</sup> JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborens Exercens*. Op.cit., Introdução, p. 9.

<sup>264</sup> *Ibidem*, n. 4, p. 17.

produzir algo, mas a formar o “patrimônio histórico do trabalho humano”,<sup>265</sup> acumulado através dos séculos e que cada geração utiliza para tornar o seu trabalho mais eficiente. A técnica é uma importante aliada do homem, facilitando o trabalho, automatizando-o, aperfeiçoando-o, multiplicando-o. No entanto, “ela pode tornar-se de aliada a adversária”,<sup>266</sup> quando o substitui, tirando-lhe a oportunidade, o gosto, a criatividade e a responsabilidade pelo trabalho. Pior ainda, quando o homem torna-se mero escravo ou apêndice da máquina.

A dimensão subjetiva do trabalho é a que efetivamente o condiciona, pelo seu valor ético, pela sua relação com a pessoa que o realiza: “isso quer dizer que o primeiro fundamento e valor do trabalho é o próprio homem, o seu sujeito”, “o trabalho é ‘para o homem’ e não o homem ‘para o trabalho’”.<sup>267</sup>

A dimensão subjetiva suplanta a dimensão objetiva, sem levar em conta o maior ou menor resultado objetivo: o importante é a realização e a dignificação da pessoa: “esta verdade, que constitui num certo sentido a medula fundamental e perene da doutrina cristã sobre o trabalho humano, teve e continua a ter um significado primordial para a formulação dos importantes problemas sociais ao longo de épocas inteiras”.<sup>268</sup>

A Encíclica alerta para o fato de que, na época moderna, o trabalho passou a ser tratado como uma espécie de mercadoria. O trabalhador vende, aos detentores dos meios de produção (capitalismo ou coletivismo), a força de seu braço, suas habilidades, sua criatividade, seu esforço: “o homem passa então a ser tratado como instrumento de produção”,<sup>269</sup> da mesma maneira que os demais recursos e não segundo a verdadeira dignidade do seu trabalho, numa inversão de valores incompatível com a cultura cristã.

Em síntese, a Encíclica projeta sua doutrina sobre três aspectos fundamentais: primeiro, o trabalho como fonte de realização pessoal, base de toda a sua argumentação; segundo, o trabalho como condição para a realização no plano familiar, permitindo a formação de uma família e a sua manutenção; e, finalmente, o trabalho como formador do patrimônio de toda a humanidade.

Analisa o conflito entre o capital e o trabalho, nascido ainda na época da Revolução Industrial e que se caracteriza pelo domínio de um grupo restrito de detentores de meios de produção sobre os trabalhadores. Tal situação de exploração perdura até os dias de hoje pelos

---

<sup>265</sup> JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborens Exercens*. Op.cit., n. 12, p. 35.

<sup>266</sup> *Ibidem*, n. 5, p. 19

<sup>267</sup> *Ibidem*, n. 6, p. 22

<sup>268</sup> *Ibidem*, n. 6, p. 21.

<sup>269</sup> *Ibidem*, n. 7, p. 23.

baixos salários e pela ausência de garantias quanto às condições de vida e saúde dos trabalhadores que colocam sua força de trabalho à disposição dos empresários.<sup>270</sup>

Evidentemente, muitas vezes esses conflitos se transcendem e assumem caráter político, na busca da conquista do poder e para a transferência dos meios de produção para o Estado - e a conseqüente eliminação da propriedade privada dos meios de produção - e se transformam em luta programada de classes, em virtude de seus interesses antagônicos. O conflito real que existia entre o mundo do trabalho e o mundo do capital transformou-se na luta de classes programada, conduzida com métodos não apenas ideológicos, mas também e, sobretudo, políticos.<sup>271</sup>

Embora entenda a existência e o propósito dessa luta, a Encíclica repudia esse método, não admitindo a luta de classes como base para transformação da realidade e solução do problema. O Papa, ao reafirmar o princípio da prioridade do trabalho sobre o capital, mantém íntegro o ensinamento secular da Igreja a respeito da pessoa, causa eficiente primária, enquanto o capital é entendido apenas como instrumento, ou causa instrumental, como conjunto dos meios de produção: “o homem, como sujeito do trabalho, independentemente do trabalho que faz, e só ele, é uma pessoa”.<sup>272</sup> Este princípio ético define a verdadeira relação entre capital e trabalho, realidade experiencial destacada pela Encíclica: o capital e os recursos como causa instrumental e a pessoa como causa eficiente. Tal realidade, que a Encíclica tão profundamente analisa, estabelece a verdadeira relação entre a pessoa, em sua grandeza e dignidade, e os meios de produção, num sistema justo e coerente.<sup>273</sup>

A ruptura dessa visão do primado da pessoa sobre o trabalho pode levar ao que se chama “economismo” ou “materialismo”, erro que afirma a prioridade dos valores materiais, deixando em posição secundária os valores pessoais e espirituais. Esse ponto de vista originou-se no pensamento, na prática econômico-social e na industrialização que visava, antes de tudo, à multiplicação das riquezas materiais, perdendo de vista a pessoa, a quem esses bens devem estar subordinados e servir. A sociedade ainda é ameaçada por esse erro, que só poderá ser superado quando instaurada entre os homens contemporâneos a convicção da primazia da pessoa.<sup>274</sup>

A questão da propriedade dos meios de produção é complexa, e o Papa a utiliza como critério para avaliar os sistemas econômicos, a partir de dois pontos. Primeiro, a análise da doutrina social da Igreja até então era feita a partir do mundo capitalista, e o capitalismo era

---

<sup>270</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborens Exercens*. Op.cit., p. 32.

<sup>271</sup> Cf. *Ibidem*, n. 11, p. 32.

<sup>272</sup> *Ibidem*, n. 12, p. 35-36.

<sup>273</sup> Cf. *Ibidem*, n. 13, p. 36

<sup>274</sup> Cf. *Ibidem*, n. 13, p. 37.

percebido como aceitável, mesmo não sendo considerado um sistema econômico ideal. Por essa razão o Papa pediu que fossem feitos alguns ajustes para humanizá-lo. Segundo, o coletivismo - até então olhado à distância e sem esperança de qualquer salvação, e com o qual não se aceitava qualquer comprometimento em virtude de excluir os cristãos da vida pública nos países comunistas - é analisado a partir da experiência de vida de João Paulo II.<sup>275</sup> O Papa afirma que, por detrás de um ou de outro dos dois conceitos, existem pessoas, vivas e concretas, independentemente da ideologia. O conflito capital-trabalho se dá em razão da propriedade dos meios de produção: de um lado os trabalhadores, que executam o seu trabalho sem serem donos; do outro os proprietários dos meios de produção, patrões e empresários, ou a própria coletividade.<sup>276</sup>

Desta forma, toda a questão se centra na propriedade dos meios de produção. Estando o capital controlado por pessoas diferentes daquelas que executam o trabalho, ocorre uma inversão de valores, ficando o trabalho subordinado ao capital. A separação de capital e trabalho leva ao conflito de interesses e ao enfrentamento desses grupos sociais. Que posição, então, toma a Igreja com relação à propriedade? Posiciona-se contrariamente à coletivização dos meios de produção. Mas, aceita a posição do liberalismo? “A Igreja difere também da posição do capitalismo, tal como foi posto em prática pelo liberalismo e pelos sistemas políticos que se inspiram no mesmo liberalismo.”<sup>277</sup> A Igreja procura deixar clara a distinção entre os dois sistemas e especifica a autêntica tradição cristã ao afirmar que a propriedade privada está subordinada ao princípio da destinação universal e à utilização comum dos bens da criação<sup>278</sup> e o seu acesso a todos indistintamente.

A síntese<sup>279</sup> a seguir permite vislumbrar o conjunto de princípios éticos abordados pela Encíclica ao examinar os sistemas socioeconômicos: a pessoa é sujeito e fim do processo econômico: a produção ordena-se a ele como fim e, nesse processo, ele deve atuar como sujeito humano; a dignidade do trabalho reside mais na sua dimensão subjetiva, porquanto é uma pessoa quem o realiza; o trabalho tem prioridade sobre o capital, porque a pessoa que trabalha é superior ao conjunto de objetos que são fruto de seu trabalho; atendendo-se à própria essência do processo econômico e produtivo, vê-se que existe uma íntima vinculação

<sup>275</sup> Cf. CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina social da Igreja - abordagem histórica*. Op. cit., p. 407.

<sup>276</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborens Exercens*. Op.cit., n. 14, p. 39.

<sup>277</sup> Ibidem, n. 14, p. 39; CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina Social da Igreja - abordagem histórica*. Op. cit., p. 408-409.

<sup>278</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborens Exercens*. Op.cit., n. 14, p. 39.

<sup>279</sup> Cf. CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina Social da Igreja - abordagem histórica*. Op. cit., p. 409, citando HERR, T. Sozialethische Prinzipien für die Gestaltung der Wirtschafts und Gesellschaftsordnung, *Theologie und Glaube* LXXVI (1986), p. 156-163.

entre trabalho e capital: ambos necessitam-se mutuamente; qualquer sistema de propriedade deve servir ao destino universal dos bens.

E quanto aos sistemas econômicos existentes, existiria uma alternativa que respondesse aos princípios apontados na Encíclica? A resposta é negativa: nem o capitalismo rígido, nem o coletivismo trazem em si princípios éticos que respeitem o trabalhador como pessoa, em virtude de seus sistemas de propriedade que não garantem a primazia da pessoa e a subjetividade do trabalho.

O dogma intocável do liberalismo econômico sobre o direito exclusivo da propriedade “necessita de uma revisão construtiva, tanto em teoria, como na prática”,<sup>280</sup> pois o conjunto dos meios de produção é o resultado acumulado pelo trabalho de gerações e esse patrimônio deve ser utilizado para continuar a produzir, constituindo uma espécie de “banco” do trabalho, diz a Encíclica.

De outro lado, o coletivismo, pela simples transferência dos meios de produção para a propriedade do Estado, eliminando a propriedade privada, não garante a superação do conflito capital-trabalho: “subtrair esses meios de produção (o capital) das mãos dos seus proprietários privados não basta para socializá-los de maneira satisfatória”,<sup>281</sup> ficando, muitas vezes, sob o poder de um pequeno grupo que age como se fosse o proprietário, caracterizando um capitalismo de Estado. Mais, “o simples fato de os meios de produção passarem para a propriedade do Estado, no sistema coletivista, certamente não significa, só por si, a socialização desta propriedade”.<sup>282</sup>

A seguir a Encíclica passa a discorrer sobre os direitos vinculados ao trabalho. Em razão de o mandado do Criador de submeter a terra, o trabalhador deve ter garantidos os direitos decorrentes da relação estabelecida entre os principais intervenientes: o próprio trabalhador; o dador indireto do trabalho, que é a própria sociedade, de modo especial o poder público, ao definir leis que garanta o acesso, uma política justa e promova ações para o desenvolvimento da economia, com o conseqüente aumento da oferta de postos de trabalho; o dador direto do trabalho, aqui compreendido o empregador - toda pessoa ou organização com a qual o trabalhador “estabelece diretamente o contrato de trabalho segundo condições determinadas”,<sup>283</sup> que deve garantir uma remuneração condizente ao trabalho realizado e que permita ao trabalhador alcançar os bens necessários à sua sobrevivência e à de sua família; as

---

<sup>280</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborem Exercens*. Op. cit., n. 14, p. 40

<sup>281</sup> *Ibidem*, n. 14, p. 41.

<sup>282</sup> *Ibidem*, n. 14, p. 42.

<sup>283</sup> *Ibidem*, n. 16, p. 45.

entidades representativas dos trabalhadores, que estabelecem o formato específico do contrato e das condições de trabalho.

Além disso, considerar os benefícios e subvenções sociais que são negociadas em vista de garantir o respeito dos direitos inalienáveis da pessoa em relação ao seu trabalho. Deve, também, levar em conta o trabalho da mulher, submetida às mesmas jornadas masculinas, realizando as mesmas tarefas, sem a respectiva isonomia salarial. Mais: a mulher, na maioria das vezes, está sujeita a dupla jornada de trabalho, somando às atividades profissionais as de esposa, mãe, dona de casa, sem considerar que muitas delas são verdadeiramente cabeças de casal, tendo sob a sua responsabilidade exclusiva a manutenção da família. A Encíclica lembra ainda a necessidade da “revalorização social das funções maternas, dos trabalhos que a elas andam ligados e da necessidade de cuidados, de amor e de carinho que têm pelos filhos”.<sup>284</sup>

Deve ser considerada também a inter-relação com as organizações internacionais (Organização das Nações Unidas - ONU, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, entre outras) pela influência que exercem na economia globalizada.

A doutrina social da Igreja acolheu, desde os seus primórdios, o direito de os trabalhadores se organizarem em associações ou sindicatos para melhor defenderem os seus interesses. Tais entidades não devem ser consideradas como mera luta de classe, mas de busca de “justiça social e dos direitos dos homens do trabalho segundo suas profissões”.<sup>285</sup>

Assim, a luta patrocinada pelos sindicatos não deve ser simplesmente “contra o outro” ou “para eliminar o outro”, mas um trabalho em prol do bem comum, para unir os homens entre si, levando em conta as circunstâncias políticas e econômicas de cada país. O texto reconhece o direito de paralisação preconizado como “greve”, que é a interrupção do trabalho para forçar o estabelecimento de negociações, desde que observadas certas condições e nos justos limites,<sup>286</sup> direito esse do qual não se deve abusar nem transformá-lo em instrumento político, nem exercê-lo em prejuízo da sociedade - em vista do bem comum.

Ao lançar mão do conceito de solidariedade, o Papa João Paulo II lembra que a construção de um mundo melhor, mais justo e mais humano, não fundado na ideologia da luta de classes, deve ser fruto da participação fraterna de todos, como uma forma de orientar o futuro do mundo do trabalho, vinculando todos os homens, de todas as épocas.

---

<sup>284</sup> JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborens Exercens*. Op.cit., n. 19, p. 51.

<sup>285</sup> Ibidem, n. 20, p. 53.

<sup>286</sup> Cf. Ibidem, n. 20, p. 54.

A Encíclica reflete ainda a importância de três importantes segmentos do mundo do trabalho: a importância e a dignidade do trabalho agrícola, que proporciona à sociedade os bens necessários à sua subsistência, nem sempre são valorizados adequadamente; as condições do trabalho rural também são diferentes nas diversas partes do globo, dependendo do desenvolvimento da tecnologia agrícola e do reconhecimento dos direitos desses trabalhadores. Devem ser consideradas ainda as vicissitudes inerentes ao clima, ao solo, às condições ambientais e econômicas, ao esforço extenuante e contínuo e à falta de tutela dos seus direitos. A Encíclica aponta para a necessidade de uma reforma agrária que permita a cada pessoa ter, pelo menos, um pedaço de terra como propriedade sua; os deficientes, “sujeitos também plenamente humanos, dotados dos correspondentes direitos inatos, sagrados e invioláveis, que, apesar das limitações e dos sofrimentos inscritos no seu corpo e nas suas faculdades, põem em relevo a dignidade e a grandeza do homem”,<sup>287</sup> devem ser destinatários da atenção de todos os intervenientes no campo do trabalho. Respeitadas as suas limitações, o trabalho deve traduzir-se para eles em realização pessoal e profissional, segundo suas possibilidades; a questão dos migrantes, que deixam suas regiões ou países e partem em busca de melhores condições de vida e de trabalho, muitas vezes são submetidos a verdadeira escravidão financeira ou social. Devem-lhes ser garantidas as mesmas condições dos países que escolheram para exercerem suas profissões, não se levando em conta a diferença de nacionalidade, religião ou de raça; que prevaleça somente o valor fundamental do trabalho e a dignidade da pessoa.

Finalmente, a Encíclica explicita alguns elementos que contribuem para uma espiritualidade do trabalho, o trabalho como participação na obra do criador: o mandado de “dominar a terra”, buscando melhorar as condições de vida, de forma individual ou coletiva, através do esforço dos homens de todas as épocas, é uma forma de desenvolvê-la e completá-la, cuja consciência deve impregnar as atividades de todos os dias; Cristo como homem do trabalho: Jesus não apenas proclamava, mas punha em prática suas palavras. Em suas parábolas, constantemente, utilizava imagens relativas ao trabalho cotidiano: do oleiro, do agricultor, do pastor, do médico, do sementeiro, do amo, do servo; à luz da cruz e da ressurreição de Cristo, o trabalho humano ganha uma dimensão essencial, uma vez que “a espiritualidade fundada no Evangelho o penetra profundamente”,<sup>288</sup> acrescentando: “o suor e a fadiga, que o trabalho comporta necessariamente na presente condição da humanidade,

---

<sup>287</sup> JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborens Exercens*. Op.cit., n. 22, p. 56.

<sup>288</sup> *Ibidem*, n. 27, p. 66.

proporciona aos cristãos e a todo homem, dado que todos são chamados a seguir a Cristo, a possibilidade de participar no amor à obra que o mesmo Cristo veio realizar”<sup>289</sup>.

### 3.7.2 Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*

Os escritos anteriores da doutrina social da Igreja se referenciavam na Encíclica *Rerum Novarum*. O segundo documento do Magistério social do Papa João Paulo II, datado de 30 de dezembro de 1987, foi a Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* e que, diferentemente, buscava sua referência na Encíclica *Populorum Progressio*, celebrando o vigésimo aniversário da publicação da Encíclica de Paulo VI.

Ao retomar a análise do desenvolvimento, especialmente do subdesenvolvimento do Sul em comparação com os países desenvolvidos do Norte e o fosso existente entre ambos (enorme, e que continua crescendo!), a nova Encíclica traz as marcas das profundas mudanças do final do século, especialmente pela internacionalização dos conflitos nos campos geopolítico, ideológico, militar e econômico, afetando de modo particular os países pobres, muitas vezes instrumentalizados em vista de objetivos de cada um dos blocos em confronto. O descompasso entre os países ricos e os países pobres é o grande desafio desse momento e a Encíclica quer, na verdade, apresentar uma manifestação a partir da fé cristã, que seja iluminadora frente ao problema do subdesenvolvimento que afeta um grande número de países.

Verifica-se, no mundo, forte avanço na ideologia liberal e a Encíclica ganha contornos que são considerados como atitude favorável da Igreja em relação ao capitalismo, em face das críticas ao coletivismo marxista. Ela, no entanto, não quer aderir a um dos lados do conflito, mas oferecer um instrumental que permita uma reflexão ética e cristã na sua totalidade. A reflexão a partir da ética natural possibilita o diálogo aberto com os não-crentes. A reflexão a partir da ética cristã permite a inserção dos crentes no espaço secular, viabilizando um diálogo construtivo em vista de um desenvolvimento humano para todos os povos.

A ineficiência do coletivismo culmina nas dificuldades econômicas enfrentadas pelos países do bloco soviético, a abertura política e a queda do Muro de Berlim, no dia nove de novembro de 1989, símbolo clássico do fim da guerra fria e unificação da Europa.

A análise, apesar de apresentar alguns elementos positivos, é bastante negativa: o aprofundamento e o alargamento do fosso que separa os países ricos dos países pobres; a elevação do grau de interdependência dos países entre si, aí incluída, entre outros aspectos, a

---

<sup>289</sup> JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborens Exercens*. Op.cit., n. 27, p. 67.

dívida externa, “que, em certos casos, serviu para adquirir armamentos no mundo não desenvolvido”;<sup>290</sup> e o enfrentamento entre os blocos Leste-Oeste e o seu impacto negativo como principal causa a impedir o desenvolvimento.<sup>291</sup>

O confronto geopolítico deriva das duas ideologias, que passa do ideológico para o militar e, finalmente, para o econômico. Esse conflito termina sendo transferido para os países em via de desenvolvimento, alargando ainda mais o fosso existente.<sup>292</sup>

Tal postura é duramente criticada por João Paulo II, pois não contribui para o bem comum, nem alivia a miséria dos povos, mas apenas atende aos interesses dos blocos. A crítica se torna ainda mais dura quando se trata dos recursos que são desviados para a produção de armas, incentivando a corrida armamentista. A Encíclica lembra ainda a condição de milhões de refugiados em consequência dos conflitos internos dos países; destaca ainda o fenômeno do terrorismo, muitas vezes incentivado pelo comércio de armas, com o objetivo de simplesmente matar e destruir.

No final das contas é a pessoa - isoladamente ou em sociedade - que sofre o impacto que “impõe aos mais atrasados o sacrifício de sua própria autonomia para se colocar a serviço de interesses que lhe são completamente alheios.”<sup>293</sup>

“Ter” ou “ser”, eis a questão! O Papa lembra que a redução do desenvolvimento ao caráter econômico não atende a tudo aquilo que é esperado e necessário à pessoa. A não-participação nos bens da natureza, criados por Deus, ou naqueles transformados pela indústria, e que são importantes para o “ser”, também impossibilita a realização da pessoa: “o mal não consiste em ‘ter’ enquanto tal, mas no fato de se possuir sem respeitar a qualidade dos bens que se possui e a sua ordenada hierarquia. “Qualidade e hierarquia que promanam da subordinação dos bens e das suas disponibilidades ao “ser” da pessoa e à sua verdadeira vocação”.<sup>294</sup>

E propõe o Papa o que seria um desenvolvimento autêntico: seria verdadeiramente digno do homem um tipo de desenvolvimento que respeitasse e promovesse os direitos humanos, pessoais e sociais, econômicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos.<sup>295</sup>

Decorridos vinte anos da *Populorum Progressio*, porque o desenvolvimento é tão difícil? Que razões impedem os países em via de desenvolvimento de atingir o avanço tão

<sup>290</sup> JOÃO PAULO II. *Encíclica Sollicitudo Rei Socialis*. 4.ed. São Paulo: Paulinas, 1990, 24, p. 40.

<sup>291</sup> Cf. *Ibidem*, n. 11-26, p. 20-46.

<sup>292</sup> *Ibidem*, n. 21, p. 35.

<sup>293</sup> CAMACHO, Ildelfonso. *Doutrina social da Igreja - abordagem histórica*. Op. cit., p. 433.

<sup>294</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborem Exercens*. Op. cit., n. 28, p. 50.

<sup>295</sup> Cf. *Ibidem*, n. 33, p. 59.

sonhado e esperado? A reflexão do Papa mostra a intolerável miséria do subdesenvolvimento, em que muitas pessoas ou países não conseguem realizar sua vocação fundamental pelo pouco ou nada que possuem frente à opulência do hiperdesenvolvimento, onde poucos possuem muito e não conseguem se realizar por uma questão de inversão de valores e pelo culto do ter, num sistema baseado na competitividade, na busca do poder e lucro a qualquer preço, chamando a isso de “estrutura do pecado”.<sup>296</sup> A mensagem central de toda a Encíclica aponta para a solução dessas “estruturas de pecado”: o reconhecimento da interdependência e a vivência da virtude da solidariedade, que “não é um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes: pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum”,<sup>297</sup> já que todos e cada um somos verdadeiramente responsáveis por todos.

Finalizando, o Papa aponta para a necessidade da realização de cinco propostas<sup>298</sup>, sendo três de caráter econômico e duas de caráter político-jurídico: organização econômica que impeça a exploração dos países pobres por parte dos ricos; reforma do sistema monetário e financeiro, aí envolvida a questão da dívida externa dos países pobres; intercâmbio de tecnologia, muitas vezes negado aos países em via de desenvolvimento; reorientação das organizações internacionais; reordenamento jurídico internacional.

O desafio é para todas as pessoas de boa vontade, particularmente os governantes, para pôr em prática essas medidas. Com urgência pela gravidade dos problemas existentes e pela insuficiência de organizações em condições de implementá-las. Some-se a isso a intransigência dos blocos antagônicos, o não reconhecimento da necessidade de uma ordem internacional fundamentada no bem comum e uma real opção pelos pobres, pois o que realmente está em jogo é a dignidade da pessoa.

Historicamente, sempre se observou a existência de uma estrutura elitista que beneficiava um pequeno grupo de pessoas - a elite ou burguesia - detentor de grandes riquezas, em contraste com a pobreza de uma grande parcela da população. Neste contexto, optar pelos pobres é fazer uma completa inversão de valores e dar aos pobres a oportunidade de se realizarem como pessoas e participarem ativamente da vida a que todos têm direito. Os bens que servem aos mais ricos devem servir também aos mais pobres, sob pena de instituir uma insuportável rivalidade. Jesus denuncia todas as formas de autosuficiência, propondo a gratuidade e a partilha. Esta opção, feita a partir do Evangelho, não é exclusiva, nem

---

<sup>296</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Encíclica Laborem Exercens*, n. 36, p. 66-67.

<sup>297</sup> *Ibidem*, n. 38, p. 71-72.

<sup>298</sup> *Ibidem*, n. 41-45, p.78-88.

excludente. É a “encarnação concreta do amor de Deus numa sociedade em conflito” e compete à Igreja ser sinal do reino transcendente que é a verdade amorosa do Pai.<sup>299</sup>

### 3.7.3 Encíclica *Centesimus Annus*

Para celebrar o centenário da Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, o Papa João Paulo II edita o terceiro documento do seu Magistério Social: a Encíclica *Centesimus Annus*, em 01 de maio de 1991. Nele o Papa faz uma releitura daquele documento histórico, ressaltando a sua importância e os pontos fundamentais propugnados pelo seu autor,<sup>300</sup> que influenciaram profundamente as relações sociais no século XX, mesmo considerando a presença do marxismo e sua ação, revisita o seu contexto histórico, político-ideológico, econômico e social. Recorda a sensibilidade social de Leão XIII sobre a situação dos trabalhadores e sobre a “questão operária”, sobre a dignidade do trabalho e do trabalhador, chaves de leitura daquela Encíclica. Retoma a questão do direito de propriedade, particularmente a posse da terra, reconhecido pela Igreja - não como um valor absoluto - mas levando-se em conta a “destinação universal dos bens da terra”.<sup>301</sup> Relembra ainda outros direitos explicitados por Leão XIII: o direito de se constituírem associações profissionais (empresários e operários ou apenas operários); o direito a um salário digno que seja suficiente à manutenção do trabalhador e de sua família, cabendo ao Estado tutelar o cumprimento dos acordos salariais e das condições de trabalho (particularmente as do menor e da mulher), dos horários e da higiene dos locais de trabalho. Aduz ainda que compete ao Estado o dever de promover o bem comum, a proteção do indivíduo, da família e da sociedade; o direito de cumprir livremente o repouso festivo, os deveres religiosos e à liberdade religiosa.

No conjunto, o Papa faz uma avaliação da doutrina social da Igreja nos seus cem anos de existência, sua importância para as relações estabelecidas na sociedade, desde as mais primárias - como a família - até as relações internacionais, destacando que todo o ensinamento da Igreja tem como fundamento “a correta concepção de pessoa humana e do seu valor único, enquanto o homem é a única criatura querida por Deus por si mesma”.<sup>302</sup>

Em seguida o Papa lança um “olhar ao redor”, para as “coisas novas” de então, destacando o acirramento do conflito entre a ideologia marxista e a liberal, e a constituição

<sup>299</sup> Cf. KONINGS, Johan. O sentido cristão da opção pelos pobres. *Teocomunicação* n. 48, ano X, 1980/2, p. 109-117.

<sup>300</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Encíclica centesimus annus*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1991, n.4-11, p. 11-25.

<sup>301</sup> *Ibidem*, n. 6, p. 17.

<sup>302</sup> *Ibidem*, n. 11, p. 25.

dos blocos Leste-Oeste e à corrida armamentista, desviando recursos necessários ao desenvolvimento interno das sociedades e ajuda aos países menos favorecidos.

Avaliando a ideologia marxista, ele destaca os erros antropológicos do marxismo: primeiramente, a redução da pessoa apenas a “peça” na máquina do Estado, a uma molécula no organismo social, impedindo-o de se realizar, por opção livre, por sua exclusiva responsabilidade e decisão, em face do “bem e do mal”,<sup>303</sup> em segundo lugar, o ateísmo, derivado dessa concepção de pessoa e da sociedade, que fica reduzida ao Estado, pois a “negação de Deus priva a pessoa do seu fundamento e conseqüentemente induz a reorganizar a ordem social, prescindindo da dignidade e responsabilidade da pessoa”;<sup>304</sup> e, por último, da mesma raiz ateísta, a escolha da luta de classe como opção de ação; o Papa, no entanto, apressa-se em fazer as devidas considerações sobre o papel positivo do conflito quando se configura “luta pela justiça social”: “com efeito, a luta de classes, quando livre de inimizade e ódio mútuo, transforma-se, pouco a pouco, numa concorrência honesta, fundada na busca da justiça”.<sup>305</sup>

Na longa avaliação que o Papa faz sobre os acontecimentos que culminaram na queda do Muro de Berlim, em 09 de novembro de 1989, na reunificação da Europa, na queda do coletivismo e no fim da guerra fria, três aspectos foram decisivos: a persistente violação dos direitos dos trabalhadores, contradizendo a ideologia que se dizia sua porta-voz, desencadeando sua reação; a ineficiência do sistema econômico, agravado pela violação dos direitos humanos, da liberdade e da propriedade; o vazio espiritual, a perda de identidade, do sentido da vida e da cultura.

Ressalva o Papa, no entanto, que mesmo com a profunda alteração no panorama mundial, os problemas persistem e é necessário enfrentá-los. O fim do coletivismo marxista não significa a hegemonia definitiva do sistema capitalista: “é inaceitável a afirmação de que a derrocada do denominado ‘socialismo real’ deixe o capitalismo como único modelo de organização econômica”,<sup>306</sup> pois mesmo reconhecendo os aspectos positivos da livre iniciativa, critica a marginalização dos que não têm acesso às oportunidades de participação efetiva nos seus benefícios. Acrescenta: “a solução marxista faliu, mas permanecem no mundo fenômenos de marginalização e de exploração, especialmente no Terceiro Mundo, e

---

<sup>303</sup> JOÃO PAULO II. *Encíclica centesimus annus*. Op.cit, n. 13, p. 29.

<sup>304</sup> Ibidem, n. 13, p. 30.

<sup>305</sup> Ibidem, n. 14, p. 31; PIO XI. *Encíclica Quadragesimo anno*. Op.cit. n. 113, p. 63.

<sup>306</sup> PIO XI. *Encíclica Quadragesimo anno*. Op.cit., n. 35, p. 67.

fenômenos de alienação, especialmente nos países mais avançados, contra os quais levanta-se [sic!] com firmeza a voz da Igreja”.<sup>307</sup>

A marginalização se dá quando significativa parcela da população é empurrada para fora dos limitados espaços da economia, pela negação do acesso a novas tecnologias e saber científico, pela exploração da mão-de-obra barata em virtude da insuficiente oferta de postos de trabalho. De outro lado, a alienação se dá nos países desenvolvidos devido à excessiva disponibilidade de bens e recursos que induzem ao consumismo, orientando a vida mais para o “ter” do que o “ser”, levando, inevitavelmente, ao impacto ambiental pela agressão e irresponsável exploração do ambiente natural sem levar em conta que a pessoa, que descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, se esquece que este se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus.<sup>308</sup>

A Encíclica discorre longamente a respeito da questão ecológica,<sup>309</sup> da preocupação com a preservação do *habitat* natural de muitas espécies animais ameaçadas de extinção, lembra a necessidade de uma “ecologia humana”, respeitando a estrutura natural e moral de que foi dotada a pessoa, que a torna capaz de “transcender todo o regime da sociedade, rumo à verdade e ao bem, amar e ser amado, ser pessoa”;<sup>310</sup> lembra o ambiente familiar, fundado sobre o matrimônio, onde homem e mulher, doando-se mutuamente, criam o espaço vital onde a criança pode nascer e se desenvolver.

À guisa de conclusão, a Encíclica reforça que nesse tempo a Igreja sempre teve uma palavra em defesa da pessoa:

Nestes cem anos a Igreja permaneceu fiel a esse empenho! De fato, interveio nos anos turbulentos da luta de classes, a seguir à primeira guerra mundial, para defender o homem da exploração econômica e da tirania dos sistemas totalitários. Colocou a dignidade da pessoa no centro das suas mensagens sociais, após a segunda guerra mundial, insistindo sobre o destino universal dos bens materiais, sobre uma ordem social sem opressão e fundada no espírito de colaboração e solidariedade. Depois reiterou constantemente que a pessoa e a sociedade não têm necessidade apenas destes bens, mas também de valores espirituais e religiosos. Além disso, tendo verificado cada vez mais como tantos homens vivem, não no bem-estar do mundo ocidental, mas na miséria dos Países em vias de desenvolvimento e padecem uma condição que é ainda a do “jugo quase servil”, sentiu-se na obrigação de denunciar

<sup>307</sup> PIO XI. *Encíclica Quadragesimo anno*. Op.cit., n. 42, p. 79.

<sup>308</sup> Ibidem, n. 37, p. 71.

<sup>309</sup> Ibidem, n. 37-40, p. 71-76.

<sup>310</sup> Ibidem, n. 38, p. 72.

essa realidade clara e francamente, embora sabendo que este seu grito não será sempre acolhido por todos.<sup>311</sup>

O fato de ter vivido em um determinado contexto geográfico e cultural - aí incluída sua experiência como trabalhador e seu contato com o regime marxista - permite a João Paulo II uma avaliação mais precisa da “questão social” e dos conflitos que atingem a toda a humanidade.

O seu rico legado reflete uma antropologia e uma teologia perfeitamente conectadas com os problemas do final do século XX. Tem uma nítida visão das questões históricas do seu tempo e atualiza os temas antigos dentro de uma nova perspectiva, dando-lhes um novo sentido.

Coloca a doutrina social da Igreja dentro da evangelização e como parte essencial da missão da Igreja em sua função profética, e não como uma atividade marginal, e tem a finalidade de influenciar o comportamento das pessoas.<sup>312</sup> Revela uma das suas preocupações que é a participação dos cristãos na vida pública, além da presença da Igreja na sociedade moderna.

### 3.8 O Magistério de Bento XVI<sup>313</sup>

Das três Encíclicas editadas pelo Papa Bento XVI, uma é de caráter social: *Caritas in Veritate*. Nela, o Papa retoma diretamente a Encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, como referência e amplia o conceito de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento humano integral,<sup>314</sup> o que significa o desenvolvimento da pessoa em todas as suas dimensões e o desenvolvimento de todas as pessoas. Tem-se com isso uma nova antropologia e a pessoa e sua dignidade como centro.

O Papa atualiza a doutrina social e faz referência às “coisas novas” do presente: a grande crise econômica e financeira no contexto econômico; as migrações; a desregulação no mundo trabalho e suas consequências na mobilidade laboral,<sup>315</sup> o problema do desemprego,<sup>316</sup> as questões de meio ambiente;<sup>317</sup> a utilização de recursos energéticos não renováveis;<sup>318</sup> o impacto da globalização nas culturas,<sup>319</sup> o respeito pela vida,<sup>320</sup> a liberdade religiosa.<sup>321</sup>

<sup>311</sup> PIO XI. *Encíclica Quadragesimo anno*. Op.cit, n. 61, p. 108-109.

<sup>312</sup> JOÃO PAULO II. *Encíclica Sollicitudo Rei Socialis*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 80-81.

<sup>313</sup> BENTO XVI. 266º Papa. Governa a Igreja desde 19 de abril de 2005.

<sup>314</sup> Cf. BENTO XVI. *Encíclica Caritas in Veritate*. São Paulo: Paulinas, 2009, n. 4, 7.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 40-41.

<sup>316</sup> *Ibidem*, n. 63, p. 116-117.

<sup>317</sup> BENTO XVI. *Encíclica Caritas in Veritate*. Op. cit, n. 48, p. 89-92.

Propõe uma nova ordem mundial para eliminar a pobreza e uma autoridade com poder suficiente para salvaguardar a justiça e o bem comum de toda a família humana;<sup>322</sup> reconhece o risco de um poder monocrático e que não considere a subsidiariedade, a democracia e a descentralização e alerta para o perigo de novas formas de colonialismo e dependência dos países pobres e em caminho do desenvolvimento; uma economia com base no desenvolvimento e financiamento sustentável e sustentada por princípios éticos, onde o lucro não seja o seu principal objetivo.

Denuncia o escândalo da fome no mundo e questiona a equidade na distribuição dos benefícios advindos do progresso humano.<sup>323</sup>

Uma pergunta que se impõe é qual o verdadeiro sentido das duas palavras que dão nome à Encíclica: caridade e verdade. “Caridade é amor recebido e dado; é ‘graça’ (*cháris*). A sua nascente é o amor fontal do Pai pelo Filho no Espírito Santo. É amor que, pelo Filho, desce sobre nós. É amor criador, pelo qual existimos, amor redentor pelo qual fomos recriados”.<sup>324</sup> É amor ativo (*αγάπη*), que produz obras de justiça e mudanças mais profundas na sociedade. O Dicionário Crítico de Teologia, em seu verbete “caridade”, remete para “amor”.<sup>325</sup> As Bíblias consultadas (Jerusalém, CNBB, Ave-Maria) também têm a mesma orientação.

Verdade é viver o amor de modo autêntico (*Ef* 4,15),<sup>326</sup> buscando que cada pessoa possa atingir a plenitude do seu desenvolvimento, resguardando a sua dignidade, superando todo tipo de exclusão e dependência e buscando o bem comum. Onde se estabelecem relações baseadas em valores cristãos, e a ética e a moral ocupam o lugar que lhe é próprio. Também as relações mais amplas - entre países e nações - devem ser marcadas pelo equilíbrio que permita aos mais fracos economicamente conviver de modo harmônico, sem a marginalização de áreas periféricas e classes sociais menos favorecidas.

De outro lado, ao dizer que “não posso ‘dar’ ao outro o que é meu, sem antes lhe ter dado daquilo que lhe compete por justiça”,<sup>327</sup> está dando o verdadeiro sentido da caridade, uma vez que justiça é inseparável da caridade.<sup>328</sup>

---

<sup>318</sup> Ibidem, n. 50-51, p. 92-95

<sup>319</sup> Ibidem, n. 26, p. 41-42.

<sup>320</sup> Ibidem, n. 28, p. 45-46.

<sup>321</sup> Ibidem, n. 29, p. 47-49.

<sup>322</sup> Ibidem, n. 6, p. 8-11.

<sup>323</sup> Ibidem, n. 27, p. 45.

<sup>324</sup> Ibidem, n. 5, p. 7.

<sup>325</sup> LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*. Op. cit., p. 345.

<sup>326</sup> IGREJA CATÓLICA - BÍBLIA – Edição Pastoral. 55ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2005.

<sup>327</sup> BENTO XVI. *Encíclica Caritas in Veritate*, Op. cit., n. 6, p. 9

<sup>328</sup> Cf. COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. Op. cit., n. 69, p. 224-226.

### 3.9 As Conferências Episcopais Latino-americanas e Caribenhas

Na esteira do Concílio Vaticano II e dos Documentos Sociais do Magistério, as Conferências do Episcopado Latino-americano, realizadas em Medellín (Colômbia - 1968), em Puebla (México - 1979), Santo Domingo (República Dominicana - 1992), Aparecida (Brasil - 2007), foram importantes espaços onde a doutrina social da Igreja encontrou eco. O contexto histórico da América Latina, na condição de subdesenvolvimento dos seus países, o conflito mais agudo das ideologias, os problemas sociais, políticos, econômicos, o anseio de libertação, as exigências de justiça social, o desrespeito aos direitos humanos, a pobreza endêmica de muitas regiões, propicia uma reflexão prática das realidades vividas pelos povos latino-americanos, levou as Conferências a adotarem a “opção preferencial pelos pobres” como um fio condutor que as uniu. Revelaram a preocupação dos Bispos em buscar formas de superação da miséria e da fome, ajudar a pessoa na conquista de seus direitos mais fundamentais, da sua dignidade e da promoção humana que leve em conta o seu desenvolvimento e libertação integral. Ampliaram também o espectro de suas preocupações, alargando a reflexão para outros aspectos da vida social, como a família e os jovens.

Além disso, a Igreja rejeitou as principais ideologias (capitalismo liberal, coletivismo marxista e segurança nacional), bem como a tentativa de ser instrumentalizada por elas.

Ao longo de mais de cem anos, a doutrina social da Igreja foi capaz de vislumbrar os sinais dos tempos, acompanhar os acontecimentos da história e iluminá-los com o seu ensinamento. Vê-se agora diante de mais um desafio: as mudanças que estão ocorrendo em todos os todos os níveis da convivência humana. Mudanças tão profundas que ainda não é possível avaliar sua extensão e profundidade. Os sinais apontam para uma mudança de época: na cultura, na ciência, na economia, no campo social, na política, no campo religioso.<sup>329</sup>

---

<sup>329</sup> BRIGHENTI, Agenor. *A Igreja perplexa: a novas perguntas, novas respostas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

## 4 PERSPECTIVAS, DESAFIOS

A crise financeira global que se abateu sobre as economias do mundo inteiro, deixando atrás de si um séquito de problemas: depressão econômica, falências, desemprego parecia durar para sempre, contrastando com a história recente de sucessos e negócios em expansão. Há que se levar em conta que é nos momentos de crise que aparecem as oportunidades. Aliás, na sabedoria chinesa os mesmos ideogramas que significam crise e oportunidade se completam<sup>330</sup>.

### 4.1 Perspectivas

O crescimento populacional, que no último século duplicou a cada 50 anos (em média), pressionará a demanda por serviços e por produtos básicos como alimentação, água, vestuário, moradia, medicamentos, infraestrutura de energia, transporte, comunicação, saneamento básico, segurança, educação, saúde, lazer, criando novas oportunidades de negócio num espaço de tempo relativamente curto.

Importantes reformas deverão ser feitas na economia mundial para fazer frente aos efeitos da crise, particularmente no que diz respeito ao uso de energia. Hoje a economia tem uma dependência da ordem de 80% da energia oriunda do petróleo, do carvão e do gás, que além de altamente poluentes, são recursos finitos. Essas fontes de energia já foram responsáveis por outras crises, lembrando a “crise do petróleo” na década de 70.

A perspectiva é que a matriz energética passe por profundas alterações pela utilização de fontes alternativas de energia: a bioenergia ou energia produzida a partir da biomassa, a energia maremotriz (das marés), a energia eólica (dos ventos), energia geotérmica (do calor proveniente da terra), a energia fotovoltaica (do sol),<sup>331</sup> a energia partir de produtos agrícolas, a exemplo do etanol e o biodiesel, e, de modo especial, a energia gerada a partir do hidrogênio.<sup>332</sup>

#### 4.1.1 Novos paradigmas

---

<sup>330</sup> Cf. GOLDENBERG, José. *Crise e oportunidade*. 2009. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090316/not\\_imp339456,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090316/not_imp339456,0.php)>, acesso em 24 de mai. de 2009.

<sup>331</sup> Cf. RIFKIN, Jeremy. *A era do petróleo acabou. Surge a Intergrid*. 2008. Disponível em <[http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=18157](http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=18157)>, acesso em 10 de jun. de 2009.

<sup>332</sup> Cf. CAPRA, Fritjof. *Vida sustentável - temos constituição mental para aceitarmos novos paradigmas?* 2003. Disponível em <<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=ecoentrevistas&tipo=temas&cd=1211>>, acesso em 02 de jun. de 2009.

Uma forma de definir paradigma é dizer que ele representa uma visão de mundo, uma crença, uma cultura vigente, “conjunto de idéias básicas generalizadas e compartilhadas sobre a maneira de funcionar do mundo”.<sup>333</sup> Quando os paradigmas conhecidos, e sobre os quais foi construída essa percepção de mundo, não mais respondem às novas situações, ficam “curtos demais”,<sup>334</sup> quando já não conseguem resolver um grande número de questões, chega a um ponto crítico, ou “ponto de bifurcação”, evoluindo, então, para um novo paradigma que possa dar conta das demandas atuais e respondê-las de maneira mais eficiente.<sup>335</sup>

#### 4.1.1.1 Um outro mundo possível

Em 1997, em editorial do *Le Monde Diplomatique*, Inácio Ramonet Míguez, propôs o *slogan* “um outro mundo possível”, para o Fórum Social Mundial a ser realizado em Porto Alegre (RS). Assumido pela organização do Fórum<sup>336</sup>, o *slogan* passou a ser uma espécie de mantra para os eventos posteriores. Trata-se de uma expressão que ainda fica no campo da utopia: “o estranho era que não clamávamos por um outro mundo específico, mas apenas pela possibilidade de algum outro mundo. Clamávamos pela idéia de que, teoricamente, pode haver um outro mundo”,<sup>337</sup> deixando transparecer a busca de alternativas para uma sociedade marcada pelo capitalismo, que se apresenta na forma de um neoliberalismo excludente e criando espaços democráticos para a discussão de problemas que afetam a todos nós, independentemente da nacionalidade, da etnia, do credo, do gênero, da cor da pele. Ainda que pareça distante, é necessário que seja sonhado, buscado, esperado: “é preciso colocar para trabalhar a imaginação, a fantasia, a esperança, a utopia”.<sup>338</sup> Afinal, “um sonho sonhado sozinho é um sonho. Um sonho sonhado junto é a realidade” (Raul Seixas). Quando muitos buscarem a realização de um ideal, na esperança de um mundo melhor, mais justo, mais humano e mais fraterno, certamente esse sonho se tornará realidade.

<sup>333</sup> GUIMARÃES, Carlos Antonio Fragoso. *Visão de mundo, paradigmas e comportamento humano*. Disponível em <<http://br.geocities.com/carlos.guimaraes/paradigma.html>>, acesso em 29 de mai. de 2009.

<sup>334</sup> BRIGHENTI, Agenor. *Para além da perplexidade do presente - a teologia desafiada*. Disponível em <[http://www.unilasalle.edu.br/canoas/assets/upload/teologia/a\\_teologia\\_desafiada.pdf](http://www.unilasalle.edu.br/canoas/assets/upload/teologia/a_teologia_desafiada.pdf)>, acesso em 26 de mai. de 2009.

<sup>335</sup> Cf. KUNH, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

<sup>336</sup> FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Carta de princípios*. Disponível em <[http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id\\_menu=4&cd\\_language=1](http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1)>, acesso em 27 de mai. de 2009.

<sup>337</sup> KLEIN, Noemi. *Acreditando no fim do fim da história*. 2002. Disponível em <[http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/por\\_bnaomi.php](http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/por_bnaomi.php)>, acesso em 27 de mai. de 2009.

<sup>338</sup> CASALDÁLIGA, Pedro. *Rumo à internacional humana*. 2004. Disponível em <<http://servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=180>>, acesso em 28 de mai. de 2009.

Dentre as muitas sugestões que foram feitas para que se pudesse alcançar esse objetivo, destacamos: superar as situações de exclusão e as desigualdades econômicas, políticas e sociais; cuidar do meio ambiente; respeitar os direitos de cada pessoa; promover a paz, que é fruto da justiça; estabelecer um diálogo democrático, franco e aberto; facilitar a participação das minorias que historicamente não tiveram vez, nem voz; oportunizar o acesso aos bens materiais e espirituais; garantir a participação feminina em todos os níveis de atividade.

Evidentemente, o *slogan* tem sua expressividade marcada pela pontuação ao final da frase (uma interrogação, uma exclamação ou um ponto), que dá o tom: encerra dúvida, eloquência ou certeza.

#### 4.1.1.2 Um novo paradigma civilizacional

O paradigma civilizacional construído no Ocidente enfrenta problemas de todos os lados. Uma civilização se mantém na medida em que é capaz de exercitar o equilíbrio entre os desafios enfrentados e a sua capacidade de reação. Quando esse equilíbrio se rompe, a civilização entra em declínio e crise e desaparece. Leonardo Boff, citando o historiador Eric Hobsbawm, diz que “ou ingressamos num outro paradigma ou vamos ao encontro da escuridão”.<sup>339</sup>

A exploração predatória do planeta acima de sua capacidade de regeneração pede uma mudança de mentalidade que coloque no centro do problema a sobrevivência da terra como organismo vivo e, por consequência, a sobrevivência humana. As alterações climáticas gerarão mudanças nos ecossistemas com repercussão econômica, com alterações geográficas e consequências econômicas, físicas e sociais. “Precisamos de um novo paradigma civilizacional porque o atual chegou ao seu fim e exauriu suas possibilidades. A busca de um novo paradigma civilizatório é condição de nossa sobrevivência como espécie”.<sup>340</sup>

#### 4.1.1.3 Um novo paradigma humano

<sup>339</sup> BOFF, Leonardo. *Que futuro nos espera?* 2008. Disponível em <<http://jbonline.terra.com.br/editorias/pais/papel/2008/07/14/pais20080714007.html>>, acesso em 25 de mai. de 2009.

<sup>340</sup> BOFF, Leonardo. *Mudança climática acelerada e a urgência de um novo paradigma civilizacional*. 2009. Disponível em <<http://www.ecodebate.com.br/2009/02/07/mudanca-climatica-acelerada-e-a-urgencia-de-um-novo-paradigma-civilizacional/>>, acesso em 29 de mai. de 2009.

As ideologias capitalistas e socialistas polarizaram o pensamento econômico, particularmente no século XX. Neste início de século, o instrumental e as ferramentas de análise não mais respondem aos questionamentos a respeito da pessoa. A lógica do mercado, o produtivismo consumista instrumentalizou a pessoa em vista de seus propósitos: o lucro. Devidamente estimulada, a pessoa produziria, consumiria, geraria lucro: uma verdadeira ditadura econômica. De outro lado, o socialismo, considerando a pessoa apenas uma molécula do organismo social, não lhe garante a liberdade e a sua dignidade: uma ditadura social.<sup>341</sup> Ora, a pessoa é maior do que a compreensão dessas ideologias. Surge então a necessidade de um novo paradigma que coloque no centro a pessoa humana, dotada de dignidade, de responsabilidade e destinatária de direitos. É reconhecer a sua alteridade. “Mas, o que é alteridade? É ser capaz de apreender o outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença.”<sup>342</sup> É compreender que o outro é a única medida pela qual me conheço a mim mesmo, que ele é criatura à imagem e semelhança de Deus, que é capaz de ser sujeito de suas decisões, de exercer a sua cidadania, de dialogar, de agir em sua liberdade, de ser ator no palco da história e desempenhar um papel em que possa expressar a sua humanidade, de se realizar e de se relacionar pacificamente com os demais. É ter presente que a pessoa humana possui quatro grandes relações: a primeira e fundamental é a relação com Deus; em segundo lugar, o seu relacionamento com o universo criado por Deus e com todas as criaturas, de modo particular o ambiente natural; em terceiro, com os outros humanos ao aprender os papéis que deve adotar, as formas de agir, de pensar, de sentir, e de experimentar a solidariedade e a fraternidade; e, finalmente, a relação consigo mesma. No equilíbrio entre essas quatro relações repousa o seu bem-estar físico, mental, espiritual, psicológico e material.

As guerras, os conflitos, as antipatias, as exclusões, o ódio, o racismo, a intolerância e a discriminação acontecem pelo desrespeito ao outro.

#### 4.1.1.4 Um novo paradigma econômico

A economia atual está assentada na lógica da sociedade de consumo: crescimento constante, exploração infinita dos recursos e consumismo exagerado: “Vivemos em um planeta finito e com recursos naturais igualmente finitos e o nosso modelo econômico é baseado em produção e consumo infinitos. É evidente que este modelo não funciona por

<sup>341</sup> Cf. GRINGS, Dadeus. *A sociedade do futuro*. Aparecida(SP): Santuário, 2002, p. 30-32.

<sup>342</sup> FREI BETO. *Alteridade*. 2003. Disponível em <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=7063>>, acesso em 02 de mai. de 2009.

muito tempo”.<sup>343</sup> Produzir, vender, lucrar: esta relação nem sempre leva em conta os interesses da sociedade, os “direitos humanos, democracia, proteção ambiental ou qualquer outro valor”,<sup>344</sup> mas os interesse econômico, a lucratividade no maior volume e no menor espaço de tempo possível, não considerando as questões de longo prazo. Aí está a complexidade do atual paradigma econômico cuja manutenção só se sustenta na cultura consumista que foi construída ao longo do tempo. “O capitalismo é injusto, ganancioso, especulativo e insustentável por natureza e um ‘novo capitalismo’ também o seria. Precisamos encontrar um novo modelo, uma nova concepção e o capitalismo, qualquer que seja a sua maquiagem, é a resposta errada”.<sup>345</sup>

A limitação é o “fato de estarmos regidos pela lógica da possibilidade do crescimento infinito”.<sup>346</sup> O planeta não suporta essa lógica e um dos indicadores é a “pegada ecológica”, que mostra a quantidade de hectares necessários por pessoa para atender a demanda de alimentação e água e absorver o lixo que produz. A média mundial está em 2,2 hectares. O Brasil está um pouco acima dessa linha e bastante abaixo do índice de 10 hectares exigidos por um americano. Para Serge Latouche, é impossível conciliar o crescimento econômico e a sustentabilidade.<sup>347</sup>

O desafio é modificar essa cultura consumista e propor um consumo ético que leve em conta todo o sistema produtivo, os impactos sociais e ambientais e que seja expressão da cidadania.<sup>348</sup> Consumo ético não se refere apenas ao “selo verde”, mas ao conhecimento de todo o processo produtivo: o respeito ao meio ambiente<sup>349</sup>, qual o critério para a escolha das matérias primas, o tratamento dado aos trabalhadores (o respeito aos direitos trabalhistas, condições de trabalho, salário justo), o sistema de distribuição e comercialização.

#### 4.1.1.5 Um novo paradigma social

<sup>343</sup> CORTEZ, Henrique. Consumo ético - uma forma de “indulgência” ao “pecado” do consumo. *Revista - IHU*. São Leopoldo, n. 295, p. 14, 1º de jun. de 2009.

<sup>344</sup> CAPRA, Fritjof. *Vida sustentável - temos constituição mental para aceitarmos novos paradigmas?* 2003. Disponível em <<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=ecoentrevistas&tipo=temas&cd=1211>>, acesso em 02 de jun. de 2009.

<sup>345</sup> CORTEZ, Henrique. *Ibidem*.

<sup>346</sup> BRANCO, Paulo Durval. A expansão da economia é incompatível com a capacidade de regeneração do planeta. *Revista IHU*. Op. cit., p. 5.

<sup>347</sup> Cf. LATOUCHE, Serge. Decrescimento ou barbárie. *Revista IHU*. Op.cit., p. 8.

<sup>348</sup> Cf. LEONARD, Annie. Vídeo documentário: *A história das coisas*. Disponível em <<http://sununga.com.br/HDC/>>, acesso em 03 de jun. de 2009.

<sup>349</sup> Cf. COMMONER, Barry. *Sem meio ambiente não é possível recuperar o planeta*. 2009. Disponível em <[http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=20981](http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=20981)>, acesso em 10 de jun. de 2009.

O paradigma que se construiu no ocidente de que a sociedade está fundamentada no social está enfraquecido. Agora, para compreender esse novo momento, é fundamental o reconhecimento do sujeito, sua subjetividade, sua autonomia, sua liberdade, sua alteridade e seus direitos.

Para Touraine,<sup>350</sup> a história mostra num primeiro momento o domínio do “político”, que se inicia com Maquiavel. Posteriormente, o predomínio do econômico, principalmente na Revolução Industrial. Finalmente, a proeminência do “social”, particularmente pós Revolução Francesa. “O que estamos assistindo agora é a decomposição do ‘social’”. A decomposição do “social” está levando ao caos, à violência em todas as suas formas, à guerra, à dominação dos mercados sem qualquer controle social e um deslocamento do econômico e do social para o cultural. A globalização econômica e financeira não consegue restabelecer a normalidade. O que virá é esforço “de baixo”, do indivíduo, e não mais da sociedade, para resistir a tanta violência: “é neste universo individualista e diversificado, que muitos procuram e encontram um ‘sentido’ que não encontram mais nas instituições sociais e políticas”.<sup>351</sup> Aqui o indivíduo luta contra o que o aliena e o impede de construir-se a si mesmo, contra as formas de sociedade que podem manipulá-lo e destruí-lo. O individualismo, apesar de sua má fama, desencadeia também uma relação para consigo mesmo, uma consciência de liberdade e de responsabilidade que está prisioneira dos mecanismos institucionais, cujo papel era impor a todos - valores, normas, formas de autoridade - e o conjunto de nossas representações sociais.<sup>352</sup> “Esta forma de resistência traz dentro dela uma afirmação de si, não apenas como ator social, mas como sujeito pessoal”.<sup>353</sup> É na busca da superação das injustiças, das desigualdades, da submissão, da humilhação, das exclusões das diversas minorias, que os dominados buscam em si mesmos a resistência para superá-las.

A globalização levou à permeabilização das fronteiras econômicas, financeiras, culturais e à fragmentação do que se chamava sociedade, a implosão das categorias de análise social. “A modernidade se define pelo fato de dar *fundamentos não sociais* aos fatos sociais, de impor sua a submissão da sociedade a princípios ou a valores que, em si mesmos, não são sociais”.<sup>354</sup> Um segundo aspecto que define a modernidade é o reconhecimento do indivíduo e da universalidade na concessão de direitos, sem qualquer distinção de condições econômicas, políticas e sociais, estabelecidos a partir da Revolução Francesa como direitos do homem e,

---

<sup>350</sup> TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 25-27.

<sup>351</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>352</sup> Cf. *Ibidem*, p.29; 99-103.

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>354</sup> *Ibidem*, p. 86 (grifo do autor).

após a segunda guerra mundial, como Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.<sup>355</sup>

#### **4.1.1.6 Um novo paradigma político**

A sociedade necessita da política para sua organização e administração, para o estabelecimento de normas e regras, para o relacionamento e a convivência pacífica, que é o verdadeiro significado do termo. Toda ação política deve ter como objetivo a pessoa e sua dignidade, garantindo os seus direitos fundamentais e o bem comum: tudo o que estiver para além ou aquém desse princípio conflita com a ética. Os detentores de cargos eletivos devem exercê-los em conformidade com esta premissa.

O exercício da política é realizado diretamente pelas pessoas interessadas ou através de representantes eleitos de acordo com o sistema político vigente. Nos regimes democráticos, os representantes são eleitos diretamente pelo voto dos cidadãos e exercem o poder que emana do povo, pelo povo e para o povo. O princípio da democracia é a liberdade e a possibilidade de participação em todos os níveis.

Cabe aos cidadãos e aos seus representantes reduzir a distância entre a realidade e o ideal, através de medidas que viabilizem a consecução dos objetivos da sociedade, corrigindo eventuais desvios.

A credibilidade na ação dos governantes e dos mandatários de cargos eletivos depende da condução dos assuntos públicos de acordo com as necessidades comuns, levando aos parlamentos a discussão de propostas e medidas que visem superar os problemas da coletividade. É desejável que a sociedade participe através dos mecanismos do princípio da subsidiariedade.

Os políticos devem ter a capacidade de enfrentar o desafio de agir diante da dinamicidade de um mundo cada vez mais complexo e da acelerada modernização que exige uma especialização cada vez maior no trato dos assuntos pertinentes à sociedade e que o seu comportamento ético possa se espelhar no imperativo categórico de Kant: “Age somente, segundo uma máxima tal, que possas querer ao mesmo tempo que se torne lei universal”.<sup>356</sup>

Os programas dos partidos políticos devem estar coerentes com os interesses da sociedade e dar suporte para o pleno exercício do mandato do representante eleito. Os

---

<sup>355</sup> Cf. TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje*. Op. cit., p. 86-87

<sup>356</sup> KANT, Immanuel. *Fundamento da metafísica dos costumes*. [S.I.]: Ediouro, 1995.

conceitos políticos de dominação ao estilo de Machiavel<sup>357</sup> não se sustentam mais. O exercício do poder passa a ser visto como um serviço ao bem comum e não a imposição da vontade de uma pessoa ou de um grupo ou como uma extensão de suas próprias vontades, não importando as circunstâncias, numa relação de Dominantes e Dominados.<sup>358</sup>

Os Meios de Comunicação Social deveriam prestar relevantes serviços à comunidade defendendo os interesses comuns, formando consciência política e apoiando os setores econômico, social e cultural, com informações “fundadas sobre a verdade, a liberdade, a justiça e a solidariedade”.<sup>359</sup>

#### 4.1.2 Uma nova ética ou um *ethos* mundial

O Papa João Paulo II, discursando aos membros da Pontifícia Academia das Ciências Sociais,<sup>360</sup> em 27 de abril de 2001, lembrava que, com a globalização, “a economia de mercado parece ter conquistado virtualmente o mundo inteiro” ao facilitar a movimentação de pessoas, bens e capitais, aumentando a interdependência econômica e financeira, como também a difusão de novos conceitos filosóficos e éticos. A economia de mercado impõe sua lógica própria, “o seu modo de pensar e de agir, com sua escala de valores, influi no comportamento”. Afirma ainda o Pontífice que acompanhamos o nascimento de modelos éticos nem sempre dignos desse nome e que, com o processo da globalização, “a humanidade não pode renunciar a um código ético comum”,<sup>361</sup> que leve em consideração dois aspectos: a centralidade da pessoa humana, cujo valor inalienável é fonte de todos os direitos e de todas as ordens sociais; o valor das culturas humanas, que nenhum poder externo tem o direito de desvirtuar e, ainda menos, de destruir.

“Não haverá sobrevivência sem uma ética mundial. Não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões. E sem paz entre as religiões não haverá diálogo entre as religiões,”<sup>362</sup>

<sup>357</sup> Nicolau Maquiavel [(Nicollò di Bernardo dei Machiavelli (1469-1527)], historiador, poeta, diplomata, músico no Renascimento Italiano, fundador do pensamento e da ciência política. Sua frase “os fins justificam os meios”, que alguns alegam que foi mal interpretada, passou para a história como sinônimo de esperteza, perfídia, astúcia, velhacaria, traição. Sua principal obra é o “O Príncipe”, que se tornou um “Manual da Política”.

<sup>358</sup> Cf. SANTOS, Miriam de Oliveira. *Novas formas de ver o político: o paradigma subjetivo*. Disponível em <[http://www.achegas.net/numero/dez/miriam\\_oliveira%20\\_santos\\_10.htm](http://www.achegas.net/numero/dez/miriam_oliveira%20_santos_10.htm)>, acesso em 15 de jun. de 2009.

<sup>359</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005, n. 425, p. 233-234.

<sup>360</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Discurso aos membros da Pontifícia Academia das Ciências Sociais*. 2001. Disponível em <[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/2001/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_20010427\\_pc-social-sciences\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2001/documents/hf_jp-ii_spe_20010427_pc-social-sciences_po.html)>, acesso em 13 de jun. de 2009.

<sup>361</sup> Idem.

<sup>362</sup> KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial - uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 7.

afirma Hans Küng. Com estas palavras o teólogo alemão inicia seu livro, fruto do esforço para construir um projeto de ética global.

A harmonia entre as religiões e as culturas é questão fundamental para o estabelecimento de um consenso mínimo entre as pessoas. Apesar das diferenças do que é específico de cada povo ou nação, dos hábitos, dos costumes, das questões geográficas e das leis, caminhamos aceleradamente para a constituição de uma sociedade mundial.<sup>363</sup>

O Papa Bento XVI lembra a necessidade de uma Autoridade política mundial, reconhecida por todos, coerente com os princípios da solidariedade e da subsidiariedade, orientada para a consecução do bem comum, alicerçada na justiça e no respeito dos direitos.<sup>364</sup>

Solenemente proclamadas no Parlamento das Religiões Mundiais, em 1993, as quatro diretrizes do Projeto de Ética Mundial:<sup>365</sup> compromisso com uma cultura da não-violência e temor diante da vida; compromisso com uma cultura de solidariedade e uma ordem econômica justa; compromisso com uma cultura de tolerância e uma vida de veracidade; compromisso com uma cultura de igualdade de direitos e do companheirismo entre o homem e a mulher.

Aplicar tais Diretrizes é complexo: num mundo plural sob os mais variados aspectos cabe apoiar o diálogo na busca de convergência dos pontos comuns, de modo particular nas religiões.

No entanto, é necessário um esforço para a convivência pacífica com os diferentes povos, credos e culturas, num relacionamento de tolerância e compreensão. Somente assim se poderá construir a paz, estabelecida em princípios positivos: se queres a paz, prepara a paz, ensinava o Papa João XXIII na Encíclica *Pacem in Terris*. A máxima “se queres a paz, prepara a guerra”<sup>366</sup> não produziu o resultado tão esperado. Basta olhar para os conflitos na história da humanidade e, particularmente, no último século. Tal paz é fruto da justiça (Is 32,17). Nos relacionamentos entre pessoas, povos e nações seja levado em conta o bem comum,<sup>367</sup> ultrapassando os credos religiosos e os interesses nacionais.<sup>368</sup>

<sup>363</sup> Cf. BOFF, Leonardo. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 9.

<sup>364</sup> Cf. BENTO XVI. *Encíclica “Caritas in Veritate”*. São Paulo: Paulinas, 2009, n. 67, p. 122-124.

<sup>365</sup> Cf. PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS. *Declaração de ética mundial*. 1993. Disponível em <[http://www.weltethos.org/pdf\\_decl/Decl\\_portuguese.pdf](http://www.weltethos.org/pdf_decl/Decl_portuguese.pdf)>, acesso em 12 de jun. de 2009.

<sup>366</sup> RENATUS, Flavius Vegetius. *Epitoma rei militaris*. Disponível em <<http://books.google.com.br/books>>, p. 64>, acesso em 12 de jun. de 2009.

<sup>367</sup> Cf. SILVA, Antonio Aparecido da. *Fundamentação teológica da ética*. Disponível em <[www.cefep.org.br/textoseartigos/filosofiaetica/Fundamentacao%20teologica%20da%20etica.doc](http://www.cefep.org.br/textoseartigos/filosofiaetica/Fundamentacao%20teologica%20da%20etica.doc)>, acesso em 30 de mai. de 2009 (ver anexo).

E mais: é necessário superar os conceitos particularistas estreitos de uma cultura para poder avaliar os problemas que se tornaram universais, como “a violência, do sistema internacional de produção, do risco de aniquilamento nuclear, da ameaça de sobrevivência da humanidade pela degradação dos ecossistemas e da pauperização crescente de milhões de pessoas e de muitas nações”.<sup>369</sup>

#### 4.1.3 A emergência de uma consciência planetária

A terra não é apenas uma fonte de recursos naturais, de acordo com o pensamento liberal e a economia de mercado, nem apenas de riqueza para o homem, mas o elemento vivo.<sup>370</sup>

Tal propósito leva ao “paradigma da sustentabilidade”,<sup>371</sup> cuja fundamentação consta do relatório Brundtland,<sup>372</sup> produzido pela doutora Gro Harlem Brundtland, em 1987, que propõe atender as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras e estabelecer os limites para a exploração dos recursos naturais, priorizando o atendimento aos mais pobres:<sup>373</sup> satisfazer as necessidades das pessoas de hoje e das pessoas de amanhã; resolver o desenvolvimento do sul e do norte; beneficiar tanto as pessoas quanto os demais seres vivos.

Existe uma interligação e uma interdependência entre todas as formas de vida, mesmo aquelas que aparentemente são inúteis para o homem. É necessário o reconhecimento da responsabilidade individual e comunitária (até mesmo a comunidade internacional) sobre o futuro do planeta e da humanidade. Tal percepção está longe de ser acolhida coletivamente.

<sup>368</sup> Cf. CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. A necessidade de uma ética global - oitava Assembleia Geral em Harare - 1998. *Revista Concilium, São Paulo, n. 292, p. 13(491)-16(494), 2001/4.*

<sup>369</sup> OLIVEIRA, Manfredo Araujo de. *A crise ética do Brasil atual - uma abordagem filosófica*. Disponível em <[www.cefep.org.br/textoseartigos/filosofiaetica/ACriseEticadoBrasiAtual.doc](http://www.cefep.org.br/textoseartigos/filosofiaetica/ACriseEticadoBrasiAtual.doc)>, acesso em 14 de jun. de 2009.

<sup>370</sup> Cf. LOVELOCK, James. *A vingança de Gaia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

<sup>371</sup> TRISTÃO, Marta. *A educação ambiental na formação de professores - rede de saberes*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 48-55. Disponível em <[http://books.google.com.br/books?id=4wOR7H5KgekC&pg=PA48&lpg=PA48&dq=paradigma+da+sustentabilidade&source=bl&ots=fm\\_uZMu-la&sig=cUfOv4FD-8Fv0uhgbCs52wj3mt8&hl=pt-BR&ei=DHg1Ss6uOZa0Nf-O5fUJ&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=3#PPA51,M1](http://books.google.com.br/books?id=4wOR7H5KgekC&pg=PA48&lpg=PA48&dq=paradigma+da+sustentabilidade&source=bl&ots=fm_uZMu-la&sig=cUfOv4FD-8Fv0uhgbCs52wj3mt8&hl=pt-BR&ei=DHg1Ss6uOZa0Nf-O5fUJ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3#PPA51,M1)>, acesso em 14 de jun. de 2009.

<sup>372</sup> Cf. BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Nosso futuro comum ou relatório Brundtland*. 1987. Disponível em <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.40.html>>, acesso em 15 de jun. de 2009.

<sup>373</sup> Cf. VINUALES, Victor. *Outra atitude ecológica é possível - ampliar o conceito do próximo*. Disponível em <<http://latinoamericana.org/2004/textos/portugues/Vinuales.htm>>, acesso em 28 de mai. de 2009.

O desafio é “harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo,”<sup>374</sup> e a consciência de uma cidadania planetária e o cuidado do patrimônio comum da humanidade. É colocar a Terra no centro e não os interesses de países ou blocos econômicos.

A extinção de espécies, o esgotamento dos recursos naturais pela exploração exagerada e a degradação do ambiente natural é consequência de um tipo de produção e consumo que se preocupa apenas com o momento presente e com a possibilidade de lucro. Os benefícios e os prejuízos não estão sendo repartidos equitativamente entre ricos e pobres: “injustiça, pobreza, ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento”.<sup>375</sup> Afinal, “somos hóspedes e não senhorios [sic!] da natureza e temos que desenvolver um novo paradigma para o desenvolvimento”.<sup>376</sup>

Na perspectiva do Direito, faz parte dos direitos de terceira geração um ambiente natural sadio, equilibrado, propício ao desenvolvimento da vida, especialmente a vida humana, bem como a possibilidade de defendê-lo.

Muitas iniciativas tomadas já produzem resultados: o relatório Brundtland (acima citado), a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) - também conhecida por Eco-92, Rio-92 - a Cúpula da Terra, a Agenda-21, o Protocolo de Kyoto, o Rio+10 (Joanesburgo). Ou ainda, os Créditos de Carbono ou Redução Certificada de Emissões (RCE) - cujos certificados podem ser negociados no mercado internacional e comprados por países ou indústrias que não conseguem reduzir a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) - beneficiam países com baixa produção daqueles gases.

## 4.2 Desafios

Dentre as metas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>377</sup> para serem atingidas até 2015, a mais dramática e mais urgente é a erradicação da fome e da pobreza. Segundo estimativas da própria ONU, uma em cada seis pessoas no mundo vive em situação

<sup>374</sup> BOFF, Leonardo. *Ethos mundial - um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 129.

<sup>375</sup> UNESCO. *Carta da terra*. 2000. Disponível em <<http://www.reviverde.org.br/CARTAdiTERRA.pdf>>, acesso em 15 de jun. de 2009; BOFF, Leonardo. *Ethos mundial - um consenso mínimo entre os humanos*. Op. cit., p. 72.

<sup>376</sup> WORLDWATCH INSTITUTE. *O estado do mundo - sobre o avanço em direção a uma sociedade sustentável*. Salvador: UMA, 2005, p. XXI (prefácio elaborado por Mikhail Gorbachev).

<sup>377</sup> O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento propõe oito metas para serem atingidas até 2015: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

de extrema pobreza. No Brasil esse número é de aproximadamente 1 para 10 (9,7%), em torno de 20 milhões em 2007.<sup>378</sup>

Assim, entre os muitos desafios que poderiam ter sido trabalhados foram limitados a quatro aspectos, intimamente ligados: a superação da fome e das exclusões, através de uma sociedade solidária, de uma nova modelo econômico, e uma cultura de paz.

#### 4.2.1 Superação da pobreza, das exclusões econômicas, sociais e culturais

A modernização dos meios de produção, a Revolução Industrial, o avanço tecnológico, a Revolução da Informação e a globalização econômica e financeira, longe de beneficiar a todos equitativamente, provocou uma elevada concentração de riqueza e poder na mão de um pequeno número de pessoas: os 20% mais ricos detêm 82,7% de toda a renda do planeta, enquanto os 60% mais pobres detêm apenas 6%.<sup>379</sup> O desafio é restabelecer a justiça na redistribuição da renda de modo a que todos tenham acesso aos benefícios gerados por tais avanços e possam levar uma vida digna:

Construir um novo modelo econômico e social que coloque as finanças a serviço de um novo sistema democrático, fundado na satisfação de todos os direitos humanos: o trabalho decente, a soberania alimentar, o respeito ao meio ambiente, a diversidade cultural, a economia social e solidária, e um novo conceito de riqueza.<sup>380</sup>

Que a globalização seja submetida a controle político e ético e deixe de ter no lucro o seu principal objetivo. Que possa ir além dos requisitos de mercado, dando valor ao que realmente importa: “a verdade, a justiça, o amor, e, especialmente, a dignidade e os direitos de todos”.<sup>381</sup> Que ela passe a não concentrar nas mãos de poucos a riqueza, o poder, o conhecimento e os recursos, superando a incerteza e a ansiedade, para a organização de uma sociedade mais humana, mais justa e mais fraterna, onde as exclusões sejam superadas e cada pessoa, por força de sua dignidade, seja integrada e possa usufruir de todos os benefícios dos avanços técnicos, econômicos, sociais, políticos, culturais e os direitos humanos sejam

<sup>378</sup> Cf. JORNAL O GLOBO. *IDH: Brasil ainda registra um dos piores índices de pobreza da América Latina*. São Paulo, 28 de nov. de 2007. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/11/27/327346524.asp>>, acesso em 01 de out. de 2009.

<sup>379</sup> Cf. DOWBOR, Ladislau. A crise financeira sem mistério. *Le Monde Diplomatique*. 2009. Disponível em <<http://diplo.uol.com.br/2009-01,a2772>>, acesso em 24 de jun. de 2009. O texto foi ajustado para compatibilizar com a estatística.

<sup>380</sup> FREI BETO. *Novo modelo de sociedade*. 2009. Disponível em <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/3181/55/>>, acesso em 03 de mai. de 2009.

<sup>381</sup> CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2008, n. 61, p. 38.

integralmente respeitados.<sup>382</sup> Em tal contexto, os interesses comuns sejam considerados e a classe política busque prioritariamente o bem comum acima de qualquer outro propósito e que a participação soberana dos cidadãos se dê, não apenas por ocasião da eleição periódica de seus governantes, mas que também, democrática e livremente, sem qualquer tipo de discriminação, tenham vez e voz nas decisões.<sup>383</sup>

#### 4.2.2 Uma nova sociedade: o solidarismo

A polarização das doutrinas capitalistas e socialistas, opostas e mutuamente excludentes, amplamente estudadas acima, marcou os séculos XVIII, XIX e XX. A busca de hegemonia, à custa do sacrifício de muitos, levou ao esvaziamento de ambas.

A queda do muro de Berlim em nove de novembro de 1989 permitiu a unificação das duas Alemanhas e marcou o fim da guerra fria. A implosão da União Soviética, dissolvida oficialmente em 26 de dezembro de 1991, significou o fim do socialismo real no leste europeu.

O capitalismo foi vivendo crises cíclicas durante o século XX. Ressalte-se a de 1974-1975, em que a globalização e o neoliberalismo foram utilizados como estratégias para superá-la, submetendo a economia mundial ao interesse do capital financeiro, particularmente o capital especulativo. A última, a crise financeira de setembro de 2008, cujo tamanho, estrago e duração ainda não são plenamente conhecidos, afetou as finanças mundiais, chegando à economia real, mas “certamente vai marcar o fim de um tipo de capitalismo iniciado com Margareth Thatcher e Ronald Reagan”.<sup>384</sup> Deixou atrás de si um rastro de problemas em que a face mais dramática é a do desemprego, a da redução da possibilidade de trabalho, do encolhimento da economia e da crise alimentar que se avizinha: a catástrofe da fome onde mais de um bilhão de pessoas estão sujeitas a passar fome.

A questão que fica é: o que colocar no seu lugar? Que modelo econômico pode substituir o socialismo e o capitalismo? A esquerda se apresenta desorientada e o máximo que

<sup>382</sup> Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais*. (Adotado pela resolução n. 220-A (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. Disponível em <<http://www.agende.org.br/docs/File/convencoes/pidesc/docs/PIDESC.pdf>>, acesso em 25 de jun. de 2009.

<sup>383</sup> Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Pacto internacional dos direitos civis e políticos*. 1966. Disponível em <[http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc/direitos-humanos/prot\\_dir\\_civis\\_politicos.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc/direitos-humanos/prot_dir_civis_politicos.pdf)>, acesso em 25 de jun. de 2009; COMPARATO, Fábio Konder. *A democratização do poder mundial*. 2001. Palestra proferida no painel “Como democratizar o poder mundial?”, no Fórum Social Mundial. Disponível em <[http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/por\\_comparato.php](http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/por_comparato.php)>, acesso em 25 de jun. de 2009.

<sup>384</sup> HOBBSAWM, Eric. *Socialismo fracassou, capitalismo quebrou*. 2009. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/hobsawm-socialismo-fracassou-capitalismo-quebrou/>>, acesso em 30 de mai. de 2009.

consegue é pedir maior presença do Estado. A direita, não pede correção de rumos no capitalismo. Para Hobsbawm,<sup>385</sup> não existe possibilidade de voltar ao socialismo do tipo soviético; de outro lado, a implosão do mercado põe sob suspeição o êxito do livre mercado. Uma terceira alternativa deve ser abordada.

Para Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres, a atual crise financeira mundial deveria ser utilizada para mudar o sistema. “Todo o mundo está ocupado em pensar em como 'voltar à normalidade'. Mas de que normalidade estamos falando? Eu não quero voltar à situação anterior, é preciso criar um marco para não voltar a criar os problemas da 'normalidade' que havia antes”,<sup>386</sup> acrescenta.

Deveria ser um sistema que maximizasse as oportunidades e iniciativas, públicas e privadas, não baseadas na busca de lucro, sequer para a redistribuição da acumulação. “Um país não precisa esperar até vir a ser muito rico (durante o que pode ser um longo período de crescimento econômico) antes de lançar-se na rápida expansão da educação básica e dos serviços de saúde”.<sup>387</sup> Decisões públicas dirigidas a conseguir melhorias sociais coletivas com as quais todos sairiam ganhando, diz Amartya Sen.

A solidariedade é saída para a humanidade, a partir de uma nova concepção de cultura.<sup>388</sup> A pessoa é solidária por indigência: “a indigência e a incompletude da pessoa fazem-na social”.<sup>389</sup> O fundamento ontológico e ético da solidariedade é a indigência. A criança estaria fatalmente destinada à morte caso ficasse abandonada a si mesma. O ser humano ficaria impossibilitado de desenvolver plenamente suas potencialidades caso permanecesse isolado. Faz parte de uma família onde experimenta as primeiras lições de solidariedade. É membro de uma comunidade que lhe presta auxílio para poder viver bem.

A solidariedade acontece também na abundância, pela capacidade de partilha de valores materiais, culturais e espirituais. Também pela linguagem, pela comunicação entre as pessoas, na convivência e na colaboração, na complementação de idéias e de experiências e na busca para alcançar um fim comum.

Nem a pessoa adulta pode dispensar o concurso de outros para viver na comunidade, no trabalho, no lazer, na política, nas empresas, nos negócios e, especialmente, num lar, sendo

<sup>385</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric. *Socialismo fracassou, capitalismo quebrou*. 2009. Op. cit.

<sup>386</sup> Prêmio Nobel da Paz defende usar crise para mudar sistema financeiro mundial. 2009. *UOL Economia*. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultnot/2009/07/02/ult1767u148212.jhtm>>, acesso em 09 de out. de 2009.

<sup>387</sup> SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 66.

<sup>388</sup> Cf. DOTTI, Orlando. História da Doutrina Social da Igreja e Introdução Geral do Compêndio da Doutrina Social da Igreja. In BRUSTOLIN, Leomar Antonio (Org). *Estudos de Doutrina Social da Igreja*. Porto Alegre: EDIPUC, 2007, p. 22 a 31.

<sup>389</sup> ULLMANN, Reinhold; BOHNEN, Aloysio. *O solidarismo*. São Leopoldo: Unisinos, 1993, p. 38.

a família o lugar onde se aprende e se experimenta a solidariedade. A exacerbação do individualismo tornou-se patológica, pois foi esquecido que a individualidade decorre da sociabilidade.<sup>390</sup>

Charles Gide, um dos pioneiros do cooperativismo, compreende que o fato de pertencer a um grupo (familiar ou social), influencia as ações da pessoa para agir de conformidade com este contexto. No processo de transformações sociais, sem que isso solucione as questões éticas decorrentes do problema econômico, passa-se de uma solidariedade natural ou obrigatória, para uma solidariedade geral ou desejada. Outra forma de solidariedade desejada é quando as pessoas detectam que a solidariedade natural pode gerar desigualdades. Neste caso, aciona-se a solidariedade desejada para corrigir a falha.<sup>391</sup>

Léon Bourgeois teve forte influência no socialismo francês. Fundamenta seu objetivo na necessidade do laço de solidariedade entre as pessoas como fonte da coesão social. Para ele, as “pessoas necessitam da solidariedade universal para seu desenvolvimento individual”.<sup>392</sup> O seu ‘pacto de solidariedade’ organizou uma doutrina contratual própria, social e moral ao mesmo tempo. Por tal pacto, a sociedade nunca será suficientemente social, pois o indivíduo está sujeito à relação com o outro e comprometido com essa relação, com o bem-estar de si e com o bem-estar do outro.

A solidariedade está na gênese da doutrina social da Igreja: a pessoa humana, em virtude de sua dignidade inviolável, é o ponto focal para o qual aponta a mensagem cristã e a proposta de um humanismo integral e solidário que pode “realizar cada homem e cada mulher e suas comunidades se souberem cultivar as virtudes morais e sociais em si mesmos e difundilas na sociedade...”<sup>393</sup> “A solidariedade, portanto, se apresenta sob dois aspectos complementares: o de princípio social e o de virtude moral”,<sup>394</sup> o que permite a convivência pacífica, a participação, a partilha, a justiça, a verdade, a liberdade, o bem comum.

O solidarismo é uma decorrência da solidariedade. Não é uma doutrina, nem mesmo a doutrina social cristã, pois uma doutrina é “um conjunto sistemático de idéias apresentadas como verdades pelo doutrinador, por aquele que ensina”,<sup>395</sup> Não é uma ideologia, sequer a

<sup>390</sup> Cf. LISBOA, Armando de Melo. Solidariedade. In: CATTANI, Antonio David (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 242-250.

<sup>391</sup> Cf. WESTPHAL, Vera Herweg. *Diferentes matizes da idéia de solidariedade*. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802008000100004&lng=e&nrm=iso&tlng=e](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100004&lng=e&nrm=iso&tlng=e)>, acesso em 01 de jul. de 2009.

<sup>392</sup> Ibidem, citando ZOLL, R. *Was Ist Solidarität Heute?* Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2000.

<sup>393</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005, n. 19, p. 24.

<sup>394</sup> Ibidem, n. 193, p. 117.

<sup>395</sup> ÁVILA, Fernando Bastos de. *Solidarismo - uma alternativa para a globalização*. 2. ed. Aparecida: Santuário, 2002, p. 85.

ideologia cristã, pois ideologia é “uma sistematização de idéias induzida de um processo histórico concreto e dotada de uma eficácia operacional para atuar sobre esse mesmo processo...”.<sup>396</sup> Não é um sistema, tampouco o sistema cristão, pois o sistema é “uma organização dos elementos de um todo em vista de um determinado resultado”.<sup>397</sup> Então, o que é mesmo solidarismo? É uma das possíveis formulações da doutrina social da Igreja em torno das questões sociais e a aplicação da mensagem cristã no que se refere à pessoa e à comunidade. “É uma tentativa de elaboração de uma ideologia cristã, induzida do processo histórico brasileiro e tendente a contribuir para a aceleração do nosso desenvolvimento como fenômeno total”.<sup>398</sup> É também “um esforço de construção de um sistema político, social e econômico condizente com as exigências do engajamento cristão, fundado na idéia de solidariedade, que tem como agente as comunidades em todos os níveis em que elas se realizam”.<sup>399</sup> Isto posto, temos como referência no plano da doutrina a pessoa, no plano do sistema a comunidade e no plano da ideologia a solidariedade.

Para o solidarismo a pessoa é destinatária de direitos decorrentes de sua condição de ser livre e racional: de viver dignamente, de trabalhar honestamente e de se associar. Esses direitos não lhe são outorgados pelo Estado, pois são anteriores até mesmo ao próprio Estado. Cabe ao Estado apenas garantir as condições para a realização desses direitos. Por outro lado, a pessoa é sujeito de deveres e obrigações que também são anteriores ao Estado: justiça, lealdade, verdade e amor, fundados em valores éticos, morais e religiosos. Quaisquer que sejam as condições políticas, sociais, econômicas, elas são essenciais para a harmônica convivência.<sup>400</sup> O solidarismo procura uma melhor compreensão de justiça: legal (responsabilidade do indivíduo perante a sociedade), distributiva (distribuição equitativa dos ônus e das vantagens de acordo com as capacidades e competências), comutativa (dar a cada um o que lhe é devido). À justiça, qualquer que seja a sua faceta, assiste a caridade (individual ou social), fim de todas as iniciativas: que não é mero assistencialismo, como se o assistido fosse um menor ou incapaz, mas a forma mais excelente do amor (*αγάπη*).<sup>401</sup>

O solidarismo não busca apenas uma definição teórica de justiça, mas quer, evidentemente, equilíbrio e equidade em todos os níveis para que a justiça aconteça nas relações quotidianas, especialmente a justiça social. O que se observa é que nas relações de

<sup>396</sup> ÁVILA, Fernando Bastos de. *Solidarismo - uma alternativa para a globalização*. Op. cit., p. 85.

<sup>397</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>398</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>399</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>400</sup> Cf. Ibidem, p. 89-90

<sup>401</sup> Cf. Ibidem, p. 91-94; ver nota de rodapé da Bíblia de Jerusalém para 1Cor 13.

trabalho a justiça fica, muitas vezes, em segundo plano. Basta verificar o que a Constituição Federal, Título II, Capítulo II, Art. 7º, Inciso IV, estabelece:

salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Esta problemática foi abordada por todas as Encíclicas sociais ao denunciar as injustiças, a exploração e a baixa remuneração dos trabalhadores que não conseguiam satisfazer suas necessidades mais básicas. Assim, esta questão deve ser resolvida em primeiro lugar.

A pessoa é sujeito de direitos naturais. Este, o segundo aspecto que diz respeito ao solidarismo. Direito à vida, à liberdade, a um trabalho honesto, a uma justa remuneração, à informação, à participação política e à propriedade. Evidentemente o direito à vida e à liberdade são condições para o gozo de todos os demais.

Bastante controverso, principalmente nos tempos modernos, é o direito de propriedade. Sobre ele repousam os problemas de nosso tempo! E ainda determina a distinção entre os sistemas políticos, econômicos e sociais. Defendido pelos liberais como um direito absoluto, no qual não se pode tocar; e pelos socializantes, como um direito de todos.

Para a tradição cristã o direito de propriedade evolui na sua compreensão ao longo da história, de modo a chegar à síntese atual. Numa primeira etapa, que compreende o período pré-escolástico, o pensamento dos Padres da Igreja é de que a propriedade dos bens é de direito natural e comunitário. Numa segunda etapa, que vai de Santo Tomás de Aquino até o início da idade moderna, a propriedade de bens era negativa. Na verdade os bens não eram de todos, mas simplesmente não eram de ninguém. Numa terceira etapa, a partir da idade moderna, vai se firmando a tese da propriedade individual como um direito natural. Desse modo, a propriedade individual longe de contradizer o direito natural, vem completá-lo e realizar o seu destino natural, em benefício de todos.

O conceito sobre o direito de propriedade vai evoluir mais rapidamente a partir do século XVI por força das transformações econômicas, sociais e políticas. Se na sociedade medieval a compreensão era de que o direito era pessoal e hereditário e não como fruto do trabalho, a partir da Revolução Industrial passa-se a defender o direito de propriedade como fruto do trabalho e necessário para a continuidade do sistema de produção. As mudanças na

vida econômica, os novos meios de pagamento, os juros e a política fiscal, são vistos como novo instrumento colocado nas mãos dos governantes dos modernos Estados como controle do patrimônio privado. Outro argumento é do direito de que cada pessoa, pelo seu esforço e previdência, possa acumular patrimônio para usufruir quando suas condições de trabalho forem declinando.

É, no entanto, na Revolução Francesa - e a partir dela - que o direito de propriedade individual aparece como um direito natural e ilimitado, respeitando apenas a livre concorrência e passível de ser transmitido por herança.<sup>402</sup>

Em meados do século XIX, o assunto é trazido para dentro do ensino eclesiástico e influencia Gioachino Pecci, futuro Papa Leão XIII. A Encíclica *Rerum Novarum* assume o direito de propriedade como direito natural. Ao longo do século XX, as Encíclicas sociais, especialmente a *Quadragesimo Anno*, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, reafirmam a tese, deslocando a idéia para o direito de propriedade como garantia de liberdade e promoção da pessoa.

A propriedade pode ser adquirida mediante o trabalho ou herança. Pode ser apossada de forma pessoal ou comunitária. A noção de propriedade diz respeito à possibilidade de usar ou consumir alguma coisa como própria, excluindo os demais.

Qualquer que seja a forma de adquirir ou de se apropriar de um bem, ele tem uma destinação universal, que não deve ser prejudicada sob nenhum pretexto. Tem uma função social que é de permitir a participação de cada pessoa nos bens criados por Deus e colocados à disposição de todos.

Quanto à terra, a questão de justiça que se levanta é a respeito da desigualdade na sua distribuição. Grandes áreas de terra concentradas por poucos latifundiários, em detrimento de um grande número de agricultores que não têm sequer um pedaço de terra de onde possam retirar o sustento próprio e de suas famílias<sup>403</sup>, em contradição com o princípio de que todas as pessoas nasceram iguais em dignidade e direitos.<sup>404</sup> O mandado do Criador para “sujeitar” e “dominar” a terra é dado às pessoas em igualdade de condições: cabe a todos - à humanidade em seu conjunto - e não apenas a alguns.<sup>405</sup> No entanto, qualquer que seja o regime de propriedade, cabe lembrar a cada proprietário que sobre a sua propriedade particular pesa uma

<sup>402</sup> Cf. LIMA, Mariton Silva. *O direito de propriedade*. 2006. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9342>>, acesso em 20 de jun. de 2009.

<sup>403</sup> Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Para uma melhor distribuição da terra - o desafio da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1997, n. 2, p. 36-36.

<sup>404</sup> *Ibidem*, n. 1, p. 7.

<sup>405</sup> *Ibidem*, n. 23, p. 32.

hipoteca social.<sup>406</sup> “O limite ao direito de propriedade particular é posto pelo direito de cada pessoa ao uso dos bens necessários para viver”.<sup>407</sup> É urgente uma reforma agrária que restabeleça a equidade na distribuição da terra - e que não se limite apenas à sua distribuição, mas “de uma justa e eficiente política de reforma agrária”.<sup>408</sup>

No início do século XX apenas 10% da população brasileira residia nas cidades. Os demais viviam na área rural. No final do século, 80% passaram a viver na cidade.<sup>409</sup>

Excluídos do processo produtivo pelos grandes latifúndios - ou então pela excessiva mecanização das atividades agrícolas - muitos trabalhadores migraram para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho e se viram constringidos a residirem nas periferias das cidades, em favelas que não oferecem as condições de moradia digna, muitas vezes ao lado de condomínios de luxo ou moradias de alto padrão pertencentes a pessoas de grande poder aquisitivo. A especulação imobiliária - e os altos preços dos imóveis - dificultou ainda mais a obtenção de um lugar para morar.

Assim, nasceu a necessidade de se promover uma profunda reforma urbana que atenda à expectativa de melhores condições de moradia para todos, superando a injustiça na ocupação do solo urbano, e resgatando a dívida social para com milhões de pessoas que não têm possibilidade de usufruir das condições da infraestrutura urbana. São os mais pobres que residem em áreas distantes, dispendendo de meios de transporte precários e onerosos aos seus parcos rendimentos, desprovidos de serviços públicos básicos.

A Lei 10.257, de 10 de julho de 2001,<sup>410</sup> tem como objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”,<sup>411</sup> bem como disciplinar a utilização do espaço urbano.

Como um sistema social, o solidarismo comunitário se caracteriza como doutrina com seu foco na pessoa humana e sua categoria básica na comunidade.<sup>412</sup> Ainda: “é o sistema

---

<sup>406</sup> Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Para uma melhor distribuição da terra - o desafio da reforma agrária*. Op. cit., n. 30, p. 38-39; Cf. Tb. JOÃO PAULO II. *Conclusões da conferência de Puebla*. São Paulo: Paulinas, 1979, Discurso Inaugural, n.3.4, p.28.

<sup>407</sup> *Ibidem*, n. 31, p. 39; n. 32, p. 40-41.

<sup>408</sup> *Ibidem*, n. 36, p. 44.

<sup>409</sup> MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Política nacional de desenvolvimento urbano*. Cadernos 1, Ministério das Cidades – Desenvolvimento Urbano. Brasília (DF), 2004.

<sup>410</sup> BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de jul. de 2001.

<sup>411</sup> *Ibidem*, art. 2º.

<sup>412</sup> ÁVILA, Fernando Bastos de. *Solidarismo - uma alternativa para a globalização*. 2. ed. Aparecida: Santuário, 2002, p. 121.

social que erige em princípio dominante do convívio humano, a união solidária de toda a comunidade com os seus membros e destes com a comunidade”.<sup>413</sup>

Mas, o que é comunidade? Ela se caracteriza por ser o lugar onde as pessoas tomam decisões sem que haja monopolização por força de poder político ou econômico. Sua organização ocorre da forma mais simples para a mais complexa: família, comunidade local, trabalho, interesses, comunidade nacional e internacional, onde não apenas o indivíduo é sujeito de direitos, mas também a coletividade.

Na essência do solidarismo comunitário<sup>414</sup> quatro pontos devem ser destacados: fundamenta-se na natureza social do homem; na relação solidária entre os homens; é o princípio entitativo da própria comunidade; e, está vinculado à concretude histórica, viva e real.

François Ewald faz uma séria crítica, na qual ele considera a solidariedade, “mais conhecida hoje sob o aspecto ultrapassado e retrógrado do solidarismo”, e “um tipo de solução medíocre entre o liberalismo e o capitalismo”.<sup>415</sup> A solidariedade também não é suficientemente aceita a partir de uma visão europeia: para Arnd Bünker, existem poucos adeptos a essa causa, que é fracamente acolhida. “A individualização, promovida no mundo inteiro, faz sua parte para sufocar o pensamento solidário”.<sup>416</sup>

A História recente, no entanto, demonstra que os modelos que predominaram durante praticamente todo o século XX não foram suficientes para realizar um desenvolvimento humano integral e autêntico que pudesse conduzir a sociedade a um patamar ótimo de convivência pacífica, fraterna e socialmente justa.

A perspectiva é de que um novo modelo se contraponha ao individualismo capitalista e ao coletivismo socialista e que seja “um modelo configurativo da verdadeira civilização”,<sup>417</sup> capaz de mudar a sociedade doente de nosso tempo. E o solidarismo comunitário responde a tal anseio.

#### 4.2.3 Construir um novo modelo econômico

<sup>413</sup> ULMANN, Reinhold; BOHNEN, Aloysio. *O solidarismo*. São Leopoldo: UNISINOS, 1993, p. 83, *apud* GUNDLACH, S.J. Gustav. *Die Ordnung der menschlichen Gesellschaft*. Köln, 1964.

<sup>414</sup> *Ibidem*, p. 83-84.

<sup>415</sup> EWALD, François. Solidariedade. In: CANTO-SPERBER, Monique (Org). *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Unisinos, 2003, p. 622-630.

<sup>416</sup> BÜNKER, Arnd. Missão como solidariedade universal: um desafio para as Igrejas da Europa. *Ciberteologia - Revista de Teologia e Cultura*. n. 15, ano II, p. 41-51, jan./fev. 2008. Disponível em <<http://ciberteologia.paulinas.org.br/portals/24/04MissaocomoSolidariedade.pdf>>, acesso em 30 de jun. de 2009.

<sup>417</sup> ULMANN, Reinhold; BOHNEN, Aloysio. *O solidarismo*. São Leopoldo: UNISINOS, 1993, p. 199.

O neoliberalismo, a partir de 1970, como resposta à crise do capitalismo, constituiu-se num arranjo na economia, deslocando da produção para a especulação financeira e ajustes nos modelos de gestão. Como consequência tem-se a desregulamentação do mercado, a precarização nas relações de trabalho e a não responsabilização do Estado e do capital sobre o problema social, fragilizando os vínculos empregatícios e facilitando o descarte dos trabalhadores ao sabor das oscilações do mercado. Com o agravamento crescente das condições econômicas e financeiras o sistema entra em colapso, atingindo o mundo inteiro.

Um dos efeitos deletérios da crise financeira mundial se faz sentir: a crise do emprego, que deve durar ainda de seis a oito anos. Segundo o diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Juan Semovía, "os líderes políticos não deram atenção suficiente às consequências humanas e sociais".<sup>418</sup> Até 2015 seria necessária a criação de 300 milhões de empregos para atender o aumento da força de trabalho. É uma cifra muito acima da capacidade de realização nesse prazo. No entanto, é imprescindível buscar alternativas que possam gerar trabalho e renda para essa massa sobrando.

O governo federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego vem estimulando atividades no campo da economia solidária: "compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão".<sup>419</sup> Trata-se de uma organização democrática e de um modelo de economia alternativa, que tem por características: cooperação; autogestão; dimensão econômica; solidariedade.

É a economia olhada a partir de uma nova ótica<sup>420</sup> e dentro de uma lógica de desenvolvimento sustentável, levando em conta a preservação da cultura, do meio ambiente; o desenvolvimento de uma agricultura orgânica sem a utilização de agroquímicos; o compartilhamento dos resultados políticos e econômicos pelos participantes, sem distinção de gênero, raça e idade, revertendo a lógica capitalista e colocando a pessoa como centro e destinatária da atividade econômica. É muito mais uma economia alternativa do que uma alternativa econômica e se torna concreta através de empresas autogestionárias, finanças solidárias, clubes de troca, moeda social e redes de colaboração solidária.

---

<sup>418</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *OIT diz que crise no emprego pode durar até oito anos*. 2009. Disponível em <[http://br.invertia.com/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200906031055\\_EFE\\_78121160](http://br.invertia.com/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200906031055_EFE_78121160)>, acesso em 03 de jun. de 2009.

<sup>419</sup> MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *O que é economia solidária*. Disponível em <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp)>, acesso em 03 de jun. de 2009.

<sup>420</sup> Cf. CATTANI, Antonio David (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

Esse empreendimento deve ser: ecologicamente correto; economicamente viável; socialmente justo; culturalmente aceito.

A economia solidária originou-se no formato de cooperativas para fazer frente ao modelo capitalista. No Brasil a economia solidária surgiu no final do século XX como alternativa às novas formas de exclusão no mundo do trabalho, à fragilização e exploração nas relações trabalhistas e se expandiu a partir de iniciativas comunitárias e cooperativas populares. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária congrega 27 fóruns estaduais reunindo milhares de participantes que trabalham em diferentes tipos de produtos e serviços. De acordo com a página do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o Brasil possuía 21.579 empreendimentos cadastrados, em 03 de junho de 2009. O Rio Grande do Sul é o Estado com maior número: 2064. Esta iniciativa conta também com o apoio dos governos estaduais e municipais.

O Rio Grande do Sul, pioneiro no desenvolvimento da Economia Popular Solidária, tem um trabalho de destaque realizado pela Diocese de Santa Maria. Iniciado em 1987 com o Projeto Esperança/Coesperança, como um setor do Banco da Esperança (1977) e integrado com a Cáritas do Rio Grande do Sul, pioneira na gestão dos recursos dos Fundos Solidários (PACs).<sup>421</sup> Congrega aproximadamente 300 empreendimentos. Na Feira realizada em 2007 contou com a presença de mais de cem mil pessoas.

Inédita também foi a experiência de microcrédito oferecida a pessoas de baixa renda, que atuam na economia informal, para desenvolvimento de suas atividades. No ano de 1973, com apoio e assistência da Action Internacional (na época conhecida como AITEC) e com a participação de empresas e bancos da Bahia e de Pernambuco foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) - com ajuda de ONGs americanas - com a finalidade de oferecer crédito e capacitação. Foi utilizado o sistema de “fiança solidária” (o fornecimento de crédito a um grupo formado de três a cinco pessoas, solidárias no crédito). O não pagamento de uma comprometeria todas as demais.<sup>422</sup>

A primeira notícia que se tem sobre microcrédito é a do pastor Raiffeisen, na Alemanha, em 1846, na cidade de Flammersfeld. Um inverno rigoroso deixou fazendeiros endividados e reféns de agiotas. O pastor cedeu-lhes farinha para que, com a fabricação do

<sup>421</sup> FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Economia popular solidária, fundos solidários e feira de Santa Maria*. 2008. Disponível em <[http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=3357](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3357)>, acesso em 04 de jun. de 2009.

<sup>422</sup> Cf. DANTAS, Valdi de Araújo. *A tecnologia do microcrédito produtivo e orientado*. 2005. Disponível em <[www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia\\_do\\_mcpo\\_fomatado.pdf](http://www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia_do_mcpo_fomatado.pdf)>, acesso em 16 de jun. de 2009.

pão, pudessem produzir alguma renda. Formou-se assim a Associação do Pão que, mais tarde, evoluiu para uma cooperativa de crédito.<sup>423</sup>

Internacionalmente conhecido o trabalho desenvolvido por Muhammad Yunus, em Bangladesh, Prêmio Nobel da Paz em 2006, juntamente com o Banco Grameen, pelo esforço de retirar pessoas da extrema pobreza através da aplicação do microcrédito, ajudando-as a desenvolver pequenos negócios. O Banco Grameen, o primeiro banco do mundo especializado em microcrédito, concebido por Yunus em 1976, ganhou *status* de banco em 1983 e tem por objetivo erradicar a pobreza no mundo. Atua como empresa privada e gera lucro, privilegia o atendimento a mulheres e tem baixíssimo índice de inadimplência. Sua principal filosofia é dar condições às pessoas de ajudarem a si mesmas, gerar trabalho e renda e superar a grave exclusão social na Índia.<sup>424</sup>

Muitas alternativas são buscadas. Desde 1981, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vem disponibilizando auxílio técnico e financeiro às propostas de desenvolvimento em diversas localidades do Brasil, apoiando grupos (associações, movimentos sociais, redes e cadeias produtivas)<sup>425</sup>, criando alternativas de geração de trabalho e renda e, fundamentalmente, uma economia alternativa que tenha a consciência da preservação da dignidade da pessoa, o respeito ao ecossistema e à biodiversidade, à preservação da cultura popular, à recuperação da agricultura tradicional<sup>426</sup> através das “sementes crioulas” e à produção orgânica de alimentos.

Teve relevante participação na mobilização da sociedade civil para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal (Senaes), do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da conscientização dos movimentos populares a respeito da Economia Popular Solidária. São diretrizes institucionais da Cáritas: defesa e preservação de direitos; incidência e controle social de políticas públicas; construção de um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável; fortalecimento da Rede Cáritas.

A Cáritas Regional do Rio Grande do Sul, com apoio dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social, juntamente com entidades da sociedade civil organizada e participação de empresas públicas e privadas, realiza

---

<sup>423</sup> Cf. CAVALCANTE, André Bezerra. *Microcrédito: uma alternativa de crédito produtivo para o micro e pequeno empreendedor*. Disponível em <<http://integracao.fgvsp.br/ano5/15/administrando.htm>>, acesso em 17 de jun. de 2009.

<sup>424</sup> Cf. YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

<sup>425</sup> Cf. CÁRITAS BRASILEIRA. *Economia popular solidária*. Disponível em <<http://www.teste.caritasbrasileira.org/programas.php?id=3&code=9>>, acesso em 04 de jun. de 2009.

<sup>426</sup> A agricultura familiar tem um peso importante na economia do País: ocupa 12,3 milhões de pessoas, produz 70% dos produtos da cesta básica. Representa, no Rio Grande do Sul, 85,7% das propriedades agrícolas. (JORNAL ZERO HORA, 01 de outubro de 2009, ano 46, n. 16.101, 2. ed., p. 4-5).

anualmente a Feira Estadual de Economia Popular Solidária, oportunizando a um grande número de empreendimentos oferecerem seus produtos, além do intercâmbio de experiências.

O Movimento dos Focolares, eclesial e civil simultaneamente, criado em 1943 por Chiara Lubich, presente em 182 países, conta com a participação de 141.400 membros, 2.115.000 simpatizantes - a maioria absoluta constituída de leigos - e 12 milhões de pessoas com algum contato com o movimento.<sup>427</sup> A Economia de Comunhão (EdC), foi criada no Brasil em 1991, “como uma proposta para solucionar o problema da pobreza através da criação de empresas que realizariam uma divisão de lucros”.<sup>428</sup> A proposta é que as Empresas de Comunhão deveriam ser “empresas dirigidas por pessoas éticas, honestas e competentes que se dispusessem, livremente, a partilhar parte dos lucros a serviço do bem comum”.<sup>429</sup> Tem como escopo o resgate da ética nas organizações e a criação de empresas que realizam a divisão dos lucros para solucionar o problema da pobreza através de: investimentos na empresa, auxílio aos pobres e formação de “homens novos”.<sup>430</sup>

Dados de 2005 apontavam que a EdC contava com 735 empresas no mundo, sendo 121 no Brasil.<sup>431</sup> Para muitos a iniciativa é uma proposta viável e necessária para uma mudança cultural no mundo empresarial, na medida em que coloca a pessoa no centro de seus projetos, gerando emprego, respeito, participação na gestão e nos resultados, partilha com os mais carentes e formação de um novo modelo de gestão no mundo dos negócios. A iniciativa, no entanto, também recebe críticas por não atingir plenamente o objetivo, uma vez que repete a lógica das empresas capitalistas considerando que a posse dos meios de produção permanece com o proprietário privado, pela busca do lucro e pela não participação dos trabalhadores em todas as decisões do empreendimento, indicando com isso a posição que

<sup>427</sup> Cf. LEITE, Kelen Cristina. *Economia de comunhão - a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e Estado*. 2007. Disponível em <[http://books.google.com.br/books?id=RmD9nmBS8IIC&pg=PA15&lpg=PA15&dq=%22Economia+de+comunh%C3%A3o+%E2%80%93+a+constru%C3%A7%C3%A3o+da+reciprocidade+nas+rela%C3%A7%C3%B5es+entre+capital,+trabalho+e+Estado%22&source=bl&ots=YOcFDxBd87&sig=cEuPHTbww9g4AR3bP9uA1D30HtY&hl=pt-BR&ei=iq1xSuuYI6CJtgfGwZmNBA&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1](http://books.google.com.br/books?id=RmD9nmBS8IIC&pg=PA15&lpg=PA15&dq=%22Economia+de+comunh%C3%A3o+%E2%80%93+a+constru%C3%A7%C3%A3o+da+reciprocidade+nas+rela%C3%A7%C3%B5es+entre+capital,+trabalho+e+Estado%22&source=bl&ots=YOcFDxBd87&sig=cEuPHTbww9g4AR3bP9uA1D30HtY&hl=pt-BR&ei=iq1xSuuYI6CJtgfGwZmNBA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1)>, acesso em 08 de jun. de 2009.

<sup>428</sup> CARVALHO, Maria Luisa. *Economia de comunhão - representações sociais e ideologia de uma nova proposta de responsabilidade social*. 2007. 158 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

<sup>429</sup> VILLARDI, Beatriz Queiroz; LEITÃO, Sérgio Proença; MARQUES, Deise. Economia de comunhão e aprendizagem: uma perspectiva epistêmica. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, n° 5, vol. 41, Set/Out. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000500003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000500003&script=sci_arttext)>, acesso em 08 de jun. de 2009.

<sup>430</sup> CARVALHO, Maria Luisa. *Economia de comunhão - representações sociais e ideologia de uma nova proposta de responsabilidade social*. Op. cit.

<sup>431</sup> Cf. *Ibidem*, p. 62.

ocupam e a maneira como são vistos: “como objetos da ação alheia, incapazes de serem sujeitos, reduzindo a capacidade de resistência e emancipação por parte dos mesmos”.<sup>432</sup>

Por fim, a sociedade e, particularmente, o Poder Público não consegue garantir o atendimento dos direitos sociais básicos da população mais pobre através dos serviços essenciais de alimentação, saúde, educação, moradia e segurança. Surge então o chamado “terceiro setor”, que são entidades sem fins lucrativos voltadas para o atendimento de tais necessidades. O voluntariado é sua principal forma de ação, através de pessoas que doam parte do seu tempo para uma causa solidária. Sua configuração se dá na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs), Fundações públicas e privadas e entidades da sociedade civil que se organizam para realizar ações que, a princípio, seriam do poder público: atendimento suplementar na área da educação, acolhimento de doentes, de deficientes físicos e mentais, fornecimento de alimentação gratuita para pessoas carentes, profissionalização através de cursos e oficinas. Muitas são efetivamente de interesse público e prestam relevantes serviços aos excluídos e são consideradas de utilidade pública reconhecida pelos órgãos governamentais. Outras estão voltadas para o atendimento de seus associados, como os clubes de futebol, clubes de serviço. Existem ainda organizações de fachada destinadas a receber verbas públicas e com destinação bastante duvidosa, recebendo por isso pesadas críticas.<sup>433</sup> Estatísticas dão conta da existência de até 220.000 entidades do Terceiro Setor, no Brasil.<sup>434</sup>

#### 4.2.4 A construção de uma cultura de paz

"Se as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz".<sup>435</sup> No preâmbulo do Ato Constitutivo da UNESCO, em 16 de novembro de 1945, esta afirmação tornou-se o referencial para a proposta de uma cultura de paz, promovendo a não-violência, a tolerância e a solidariedade, buscando o engajamento do maior número de pessoas possível em tais ações, com vistas a fazer a transição de uma mentalidade de guerra para uma mentalidade de paz.<sup>436</sup>

<sup>432</sup> CARVALHO, Maria Luisa. *Economia de comunhão* - representações sociais e ideologia de uma nova proposta de responsabilidade social. Op. cit., p. 120.

<sup>433</sup> BIANCHI, Sérgio. *Quanto vale ou é por quilo? - mais valem pobres na mão do que pobres roubando*. 2006. Filme em DVD. Europafilmes.

<sup>434</sup> Cf. KANITZ, Stephen. *O que é o terceiro setor?* Disponível em <<http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>>, acesso em 08 de jun. de 2009.

<sup>435</sup> UNESCO. *Ato constitutivo*. 1945. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273POR.pdf>>, acesso em 05 de jul. de 2009.

<sup>436</sup> Cf. COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA CULTURA DE PAZ - 2001-2010. *A UNESCO e a cultura de paz*. Disponível em <[http://www.comitepaz.org.br/a\\_unesco\\_e\\_a\\_c.htm](http://www.comitepaz.org.br/a_unesco_e_a_c.htm)>, acesso em 17 de jul. de 2009.

Ainda é contrastante o elevado investimento destinado à indústria bélica, principalmente em armamento de alta tecnologia, em comparação com os investimentos sociais.

O desafio é levar à conscientização sobre a necessidade de um esforço na busca da paz, na consideração dos princípios democráticos e da dignidade da pessoa, da igualdade e do respeito a todas as pessoas.

Para a UNESCO a tolerância é uma virtude que precisa ser cultivada:

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.<sup>437</sup>

Eminentes figuras da história recente mostram que a não-violência resolve conflitos de forma mais poderosa que a violência. Basta lembrar Mahatma Gandhi, um dos idealizadores e fundadores do moderno Estado indiano. Através de ação não-violenta foi capaz de libertar a Índia do domínio da Inglaterra.<sup>438</sup> Martin Luther King<sup>439</sup>, na sua luta em favor dos direitos civis dos negros americanos e das mulheres. Nelson Mandela, um dos maiores líderes da história moderna, na sua atividade contra o *apartheid*, conduzindo a África do Sul à independência do domínio inglês. Recebeu o Premio Nobel da Paz, em 1993.

“Ou limitamos a violência e fazemos prevalecer o projeto da paz ou conheceremos, ao limite, o destino dos dinossauros”.<sup>440</sup> A violência atinge exatamente aquilo que pretende defender, ou seja, a dignidade e a liberdade da pessoa. “A paz jamais será filha da violência”.<sup>441</sup> Urge desenvolver uma cultura de paz, que possa se expandir até a Comunidade

<sup>437</sup> UNESCO. *Declaração de princípios sobre a tolerância*. 1995. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A3ncia-e-Cultura/declaracao-de-principios-sobre-a-tolerancia.html>>, acesso em 18 de jul. de 2009.

<sup>438</sup> Cf. SHIRER, William L. *Gandhi*. Rio de Janeiro: Record, 1979; ATTENBOROUGH, Richard. Estados Unidos da América: Columbia Pictures. Distribuído por Videolar S.A. Filme em DVD, 190 min. DOLBY Digital, colorido, NTSC.

<sup>439</sup> KING, Martin Luther. *Eu tenho um sonho*. Washington DC, 1963. Disponível em <<http://www.portalafro.com.br/religioses/evangelicos/discursoking.htm>>, acesso em 25 de jun. de 2009.

<sup>440</sup> BOFF, Leonardo. *Cultura de paz*. 2002. Disponível em <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=2420>>, acesso em 18 de jul. de 2009.

<sup>441</sup> SELLA, Adriano. *A justiça: novo rosto da paz*. São Paulo: Paulus, 2006, p. 13.

Internacional e que se oponha à cultura de violência, superando à lógica da guerra para a solução de conflitos, onde a cooperação sobreponha à competição, superando as desigualdades. “Neste sentido, o desarmamento não diz respeito unicamente aos armamentos dos Estados, mas compromete todos os homens, chamados a desarmar o próprio coração e a ser em toda a parte construtores de paz.”<sup>442</sup>

A promessa de paz é transversal em todo o Antigo Testamento. É dom de Deus e não apenas construção humana. Realiza-se na Encarnação do Verbo Divino e no Seu nascimento é anunciada aos homens de boa vontade (*Lc 2,14*). A raiz etimológica da palavra *Shalom* é a plenitude da paz e da vida nos tempos messiânicos. Os pacíficos serão chamados bem-aventurados e filhos de Deus (*Mt 5,9*). O testamento de Jesus é o dom da paz: “deixo-vos a paz, a minha paz vos dou; não vo-la dou como o mundo dá” (*Jo 14,27*). O Evangelho é, e sempre será, o anúncio da boa nova da paz.<sup>443</sup>

A paz não é apenas a ausência de guerras, nem o equilíbrio precário estabelecido pela força das armas. Ela se funda na convivência fraterna, na correta compreensão da pessoa humana em todas as suas dimensões, no desenvolvimento integral dos indivíduos, povos e nações, na justiça, no respeito aos direitos humanos, no pleno exercício da cidadania e na participação na vida econômica, política, social e religiosa.

“Combater a miséria e lutar contra a injustiça é promover não só o bem-estar, mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade”.<sup>444</sup> Paulo VI, na Encíclica *Populorum Progressio*, analisa que o desenvolvimento econômico necessita ser transformado em desenvolvimento humano, colocando o homem no lugar central, e um humanismo positivo, com base em um sadio equilíbrio entre o ter e o ser. “Desenvolvimento é o novo nome da paz”! Desenvolvimento não apenas para alguns, mas para toda a humanidade, sem exclusões. Com esta afirmativa, Paulo VI conclui a Encíclica.

#### 4.2.5 Um olhar para além do presente

A implantação do socialismo real, em 1917, e a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, marcou a polarização entre as duas principais ideologias do século XX: o capitalismo e o socialismo; gerou o conflito Leste-Oeste e a guerra fria; influenciou no

<sup>442</sup> BENTO XVI. *Mensagem do Papa sobre desarmamento, desenvolvimento e paz*. 2008. Disponível em <<http://www.zenit.org/article-18237?l=portuguese>>, acesso em 21 de jul. de 2009.

<sup>443</sup> Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005, n. 491, p.274.

<sup>444</sup> PAULO VI. *Encíclica “Populorum Progressio”*. 11. ed. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 59-60.

desencadeamento da segunda guerra mundial, além de outras de proporções variadas em muitos pontos do globo terrestre.

Dois acontecimentos foram importantes no final do século: a queda do muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, a implosão da União Soviética e a independência de 12 das 15 Repúblicas que a formavam e o enfraquecimento da economia capitalista de mercado, culminando com a crise financeira de setembro de 2008, que significou o fim de uma era que parecia não ter limite para o seu desenvolvimento. Colocou países em dificuldades, mergulhou empresas e pessoas num caos econômico de amplitude mundial e mais profundo se comparado com o seu precedente - a crise de 1929.<sup>445</sup>

A esperança é que estas lições tenham sido aprendidas e sejam utilizadas no futuro para construir uma sociedade melhor, onde a pessoa humana seja efetivamente colocada no centro “de todo o verdadeiro progresso”,<sup>446</sup> respeitando sua dignidade e sua singularidade e possa participar dos avanços obtidos nos diversos campos da atividade humana e a utilização de recursos científicos seja feita a partir de critérios éticos e morais, principalmente no que diz respeito à vida, desde a sua concepção até a morte natural.

Onde seja superado o abismo existente entre ricos e pobres - pessoas e países - e o “escândalo das desigualdades clamorosas que permanecem apesar dos compromissos assumidos no passado”.<sup>447</sup> Mais: que a globalização econômica e financeira traga consigo a globalização da solidariedade, dos avanços nos campos econômicos e científicos, superando as questões das dívidas internas e externas, do desenvolvimento desigual, do neo-colonialismo e da depredação do meio ambiente.

Além disso, que se busque um modelo de produção e consumo, “com outros valores de convivência, porque senão, vamos ao encontro do pior”,<sup>448</sup> e que seja ecologicamente correto, levando em conta os três “Rs” da Carta da Terra: “Reduzir, reutilizar e reciclar materiais nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos”.<sup>449</sup> Que esse modelo privilegie a pessoa sobre o capital,

---

<sup>445</sup> Cf. BOUTANG, Yann Moulrier. O sistema financeiro de mercado é como o sismógrafo dessa crise. *Revista IHUonline*, São Leopoldo, n. 301, p. 23-32, jul. 2009. Disponível em <<http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1248265210.3737pdf.pdf>>, acesso em 25 de jul. de 2009.

<sup>446</sup> BENTO XVI. Critérios morais para projetos políticos e econômicos - *L'Osservatore Romano*, 11 de jul. de 2009.

<sup>447</sup> *Ibidem*.

<sup>448</sup> BOFF, Leonardo. *Ser mais com menos, eis o futuro da humanidade*. 2009. Disponível em <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=24165](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=24165)>, acesso em 24 de jul. de 2009.

<sup>449</sup> UNESCO. *Carta da terra*. 2000. Disponível em <<http://www.reviverde.org.br/CARTAdaTERRA.pdf>>, acesso em 15 de jun. de 2009, n.7.

incluindo-a no mundo do trabalho, garantindo segurança e uma remuneração justa. Além dos princípios técnicos sejam levados em consideração os fatores humanos, sociais e éticos.

O bem comum é a única função da Política. Que os governos e os atores políticos tenham presente que tudo o que estiver fora de tal princípio extrapola o sentido da ética. A administração pública, alicerçada na justiça, considere os princípios da participação, da solidariedade e da subsidiariedade na condução da coisa pública. Em vista dos grandes problemas do mundo de hoje, Bento XVI aponta para a “necessidade de uma autoridade política mundial regulada pelo direito e pelo respeito às grandes tradições morais e religiosas da humanidade.”<sup>450</sup>

A pluralidade é a marca do nosso tempo: na cultura, na economia, na política e, especialmente, na religião, onde uma miríade de religiões estão presentes e disponíveis à escolha das pessoas interessadas. A relação com o diferente, qualquer que seja o motivo, seja realizada com respeito à sua liberdade e no diálogo franco e aberto, preservando a sua identidade.

É urgente a revisão dos critérios da posse dos meios de produção, especialmente da terra, de modo que sua distribuição seja mais justa, através de um processo de reforma agrária, de modo a permitir que os bens da criação realmente estejam à disposição e ao alcance de todos, segundo o princípio da destinação universal dos bens.

Por fim, é necessário o esforço no sentido de promover o desenvolvimento humano integral da pessoa e de todas as pessoas, segundo a proposta da Encíclica *Caritas in Veritate*,<sup>451</sup> como forma de superar os desníveis sócio-econômicos.

Apesar de todas as mudanças, é estimulante olhar para frente, descobrir as possibilidades e oportunidades que se abre a cada momento, um mundo novo pleno de desafios que nos convida a dar um passo adiante e ir mais longe. Construir uma civilização do amor e da justiça, onde reine a paz.

---

<sup>450</sup> BENTO XVI. *Encíclica “Caritas in Veritate”*. São Paulo: Paulinas, 2009, n. 67, p. 122-124.

<sup>451</sup> Cf. *Ibidem*: O desenvolvimento humano integral é o eixo em torno do qual foi construída a Encíclica.

## CONCLUSÃO

O velho está morrendo e o novo ainda não nasceu  
Gramsci

Da pesquisa realizada pode-se concluir que o conceito de pessoa nem sempre é tão conhecido. É necessário um maior aprofundamento para poder apreender e aplicar o princípio tão caro à doutrina social da Igreja: o princípio personalista. A pessoa humana não é um objeto, não é uma coisa, mas alguém que possui uma identidade. A pessoa humana, criada por Deus à sua imagem e semelhança é detentora de uma dignidade fundamental, a dignidade humana.

A mais incisiva preocupação do Magistério da Igreja nesses mais de 100 anos da doutrina social da Igreja é sobre a centralidade e a dignidade da pessoa. Embora se constitua na obra prima da criação, a pessoa nem sempre tem ocupado o lugar que lhe é próprio. Inúmeras vezes foi vítima da injustiça, da marginalização, do autoritarismo, da instrumentação, do desrespeito aos seus direitos mais fundamentais e excluída da participação plena nas oportunidades que os avanços científicos e tecnológicos poderiam proporcionar, especialmente aos mais pobres. É consequência do pecado que gera a desordem, o desequilíbrio e a competição exagerada.

Deus, no seu infinito amor, criou todas as coisas e as colocou à disposição da pessoa humana para que fosse por ela administrado e pudesse construir um mundo segundo os critérios divinos, de modo que todos pudessem partilhar dos bens da criação em igualdade de condições, equitativamente. Não apenas uma pessoa, ou um grupo, mas a todas as pessoas. É um dever de justiça para com todas e não apenas a alguns privilegiados. Tal ainda não acontece, pois coexistem, lado a lado, miséria e luxo; toneladas de alimento apodrecem enquanto multidões passam fome.

Da mesma forma, a propriedade privada é uma grande questão a ser equacionada e aplicada a sua função social que deve estar subordinada aos interesses maiores da sociedade. É inadmissível a existência de grandes latifúndios, enquanto ao seu redor existem famílias sem terra, sem trabalho e sem moradia.

O busca do bem comum é uma das metas da doutrina social da Igreja, através da participação de toda a sociedade e, de modo particular, dos agentes públicos. O bem comum está acima do individualismo, dos interesses particulares e dos excessivos lucros privados.

A doutrina social da Igreja tem sido a palavra do Magistério da Igreja a iluminar a realidade cambiante e em constante evolução, adaptando-se às novas gerações e aos sinais dos tempos. Nos diversos contextos religiosos, políticos, econômicos e sociais, homens e mulheres de boa vontade empregaram seu engenho e esforço para construir um mundo melhor, mais humano e mais fraterno, na busca da paz, em continuidade ao projeto de Jesus que disse: “Eu vim para que todos tenham vida, e vida em abundância” (Jo 10,10). Tem proposto que o desenvolvimento humano seja autêntico e integral da pessoa em todas as suas dimensões e de todas as pessoas. Tem proclamado que a liberdade é o bem mais precioso para a pessoa e pré-condição para o ato moral: fracassaram todos os sistemas que não respeitaram tal princípio. Tem estimulado a participação como direito e dever de todos e garantia da democracia em todos os ambientes e o pleno exercício da cidadania.

O segundo ponto da pesquisa diz respeito ao trabalho e que constitui um tema central da doutrina social da Igreja. O ensinamento tem sido no sentido do resgate da dignidade do trabalho: a ordem do Criador de “dominar a terra” estabelece o trabalho como uma participação na obra divina, retirando-lhe o estigma de castigo. Uma das premissas que a Igreja tem ensinado é que o trabalho tem primazia sobre o capital: o trabalho existe para o homem e não o homem para o trabalho. Tem defendido que o trabalhador tem direito ao trabalho, a uma justa remuneração, ao descanso, à proteção contra o desemprego, à liberdade de associar-se a outros trabalhadores para garantia de seus direitos e à greve. Além disso, os trabalhadores menos favorecidos - rurais, deficientes, migrantes, negros - tem direito à defesa de seus interesses, de ter acesso ao mercado de trabalho como forma de participar da vida e usufruir dos bens criados e daqueles transformados pela ação humana. O problema surge quando inexistente trabalho para todos ou a situação é tal que impede o acesso de uma parcela significativa de trabalhadores, ou então enfrentam a flexibilização das condições trabalho, inclusive no que diz respeito aos salários.

O terceiro aspecto está no contexto que alguns autores chamam de pós-modernidade, ou hipermodernidade, e que é caracterizado por mudanças culturais tão importantes que modificam os valores comumente aceitos na sociedade, onde os Meios de Comunicação Sociais exercem um papel preponderante, por globalizar modelos de comportamento que vão se tornando padrões aceitos à medida que são difundidos, num processo de “colonização cultural pela imposição de culturas artificiais”.<sup>452</sup> O consumo exagerado; a superficialidade nas relações; o culto ao prazer; a valorização da subjetividade individual; o esgarçamento do

---

<sup>452</sup> CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO. *Conclusões da conferência de Puebla*. Op.cit., n. 46, p. 33.

tecido social pela fragilização das relações, que vão se tornando objetos de consumo; a economia de mercado, tendo como objetivo a eficácia e o maior resultado possível, utiliza a ciência e a técnica que é colocada quase que exclusivamente a seu serviço. Diante da exasperação dos direitos individuais e subjetivos, sem levar em conta critérios éticos, a busca pragmática e imediatista tem como resultado o prejuízo para a dignidade de todos.

No entanto, para além dessa nova cultura, está o interesse coletivo. Aqui, mais uma vez, a doutrina social da Igreja defende que todos devem agir na busca e na garantia do bem comum, onde o papel do Estado é subsidiar para que a sociedade civil possa desenvolver com maior eficiência e eficácia aquilo que ela pode realizar em melhores condições do que o poder público.

É imperativo que a sociedade tome consciência da necessidade da salvaguarda do meio ambiente, um bem coletivo. A exploração exagerada e sem controle dos recursos naturais está levando à sua degradação, à deterioração da biodiversidade e ao comprometimento da vida sobre o planeta. Não apenas a vida humana, mas de todos os seres vivos e que dependem do equilíbrio natural, pois todos são, de alguma maneira, interdependentes. O consumo exagerado e perdulário está levando à exaustão dos recursos naturais. “No ritmo em que avança hoje a degradação ambiental, vamos ao encontro de uma catástrofe ecológica global.”<sup>453</sup> A natureza - criada por Deus e entregue ao homem para ser administrada - corre o risco de se tornar deserta e sem vida. A água, o bem mais essencial e fundamental à vida, que deve ser preservada e disponibilizada para todos os seres vivos, está sendo contaminada pela poluição doméstica, industrial e agroquímica, em escala crescente e sem um controle social apropriado.

O desafio é analisar a realidade que nos interpela, com muitas sombras, difícil e complexa. E, apesar disso, examinar o presente em busca de oportunidades e olhar para o futuro com esperança para construir um mundo melhor.

Ante as inúmeras possibilidades, construir uma economia alternativa e solidária, que leve em conta as preocupações com o meio ambiente, que preserve a cultura acumulada pelos antepassados, que respeite a dignidade da pessoa [independentemente das questões de gênero, de raça, de credo e de nível intelectual] que respeite os direitos humanos, que possibilite a geração de renda às populações mais pobres e sem trabalho formal. Desenvolver ações que oportunize o acesso ao crédito compatível com a realidade dessas pessoas, particularmente o microcrédito, como forma de torná-las independente. Torna-se evidente a necessidade de um

---

<sup>453</sup> LENZ, Martinho. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. In CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Temas de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2006, cad. 3, p. 13.

novo modelo de promoção humana, que permita à pessoa ser agente do seu próprio desenvolvimento, livre e responsável, fugindo do tradicional sistema de filantropia ou assistencialismo, em que - na maioria das vezes - torna-a cada vez mais dependente.

Nesta realidade nova e em constante mutação, são os mais pobres que mais sofrem, pois representam sempre o lado mais fraco e vulnerável da sociedade.

A doutrina social da Igreja também tem os seus limites: o primeiro diz respeito à disseminação do seu conhecimento. A constatação é de que a difusão dos seus ensinamentos está restrita a alguns grupos de pessoas, em número bastante reduzido, de modo que não se consegue mobilizar uma massa crítica capaz de refletir sobre o seu conteúdo e promover ações que possam efetuar mudanças significativas. O segundo aspecto tem relação à sua origem: como ensinamento do Magistério Pontifício, a sua recepção na estrutura eclesial denota uma norma que vem de cima para baixo e que, por motivos diversos, não chega à camada mais humilde da população, para produzir efeitos práticos. Contrariamente, a reflexão teológica, de modo particular a Teologia da Libertação, ao trabalhar com a práxis e junto à população pobre, encontra maior acolhida. Um terceiro ponto está na opção pelos pobres: esta opção, que tem sua origem no Evangelho, nem sempre tem sido assumida por toda a Igreja como uma prioridade pastoral. Se o amor ao próximo está na razão de ser do próprio cristianismo, a opção pelos pobres deveria ser tal que “não houvesse necessitados entre eles”(At 2, 44-45). O que se observa, no entanto, é uma realidade de contrastes de riqueza e pobreza, de opulência e miséria.

Finalmente, um dos desafios mais sérios está na promoção de uma cultura de paz. Não uma paz armada, uma paz pela intimidação. Mas uma paz que nasça da justiça (*Is 32,17*); da reconciliação e do diálogo; do respeito aos direitos humanos; da participação e da cooperação de todos na construção de relações sociais saudáveis; do abandono das armas como meio de solução dos conflitos - pois a violência não é resposta apropriada - e da educação para a paz. Somente assim se poderá construir uma civilização do amor, onde justiça e paz se abraçarão.

## REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Dicionário Jurídico Brasileiro Acquaviva*. 12. ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. *A ciência como bifurcação: uma homenagem a Ilya Prigogine*. 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article.viewFile/32512511>>. Acesso em: 29 de mai. de 2009.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: ESCALA, Grandes obras do pensamento universal, 16.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A idolatria do mercado*. Petrópolis: Vozes, 1989. Teologia e Libertação, V.

ATTENBOROUGH, Richard. *Gandhi*. Estados Unidos da América. Columbia Pictures. Videolar. 1982. DVD, 190 min. DOLBY Digital, colorido, NTSC.

ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pensamento social antes de Marx*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1972.

ÁVILA, Fernando Bastos de. *Solidarismo - uma alternativa para a globalização*. 2. ed. Aparecida: Santuário, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Sociedade líquida*. São Paulo: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate*. São Paulo: Paulinas, 2009.

\_\_\_\_\_. *Mensagem do Papa sobre desarmamento, desenvolvimento e paz*. 2008. Disponível em: <<http://www.zenit.org/article-18237?11=portuguese>>. Acesso em: 21 de jul. de 2009.

\_\_\_\_\_. Critérios morais para projetos políticos e econômicos. *L'Osservatore Romano*, Roma, 11 de jul. de 2009.

\_\_\_\_\_. *Deus Caritas Est*. São Paulo: Loyola, 2005-2006.

BIANCHI, Sérgio. *Quanto vale ou é por quilo? - mais valem pobres na mão do que pobres roubando*. 2006. Filme em DVD. Europafilmes.

BIGO, Pierre; ÁVILA, Fernando Bastos de. *Fé Cristã e Compromisso Social*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

BOFF, Leonardo. *Que futuro nos espera?* 2008. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/editorias/pais/papel/2008/07/14/pais20080714007.html>>. Acesso em: 25 de mai. de 2009

\_\_\_\_\_. *Mudança climática acelerada e a urgência de um novo paradigma civilizacional*. 2009. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/02/07/mudanca-climatica-acelerada-e-a-urgencia-de-um-novo-paradigma-civilizacional>>. Acesso em: 29 de mai. de 2009.

\_\_\_\_\_. *Ehtos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

\_\_\_\_\_. *Cultura de paz*. 2002. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=2420>. Acesso em: 18 de jul. de 2009.

\_\_\_\_\_. *Ser mais com menos, eis o futuro da humanidade* 2009. Disponível em: [http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&itemid=18task=detalhe&id=24165](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&itemid=18task=detalhe&id=24165). Acesso em: 24 de jul. de 2009

\_\_\_\_\_. *Nova era: a civilização planetária*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

BOUTANG, Yann Moulier. *O sistema financeiro de mercado é como o sismógrafo da crise*. Revista IHU. 301 São Leopoldo. p. 23-32. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/uploads/edicoes/1248265210.3737pdf.pdf>>. Acesso em: 25 de jul. de 2009. de 2009.

BRANCO, Paulo Durval. 2009. *A expansão da economia é incompatível com a capacidade de regeneração do planeta* Revista IHU n. 295. São Leopoldo. p. 5.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de jul. de 2001.

\_\_\_\_\_. Lei 10.406, de 10 de jan. de 2002, que instituiu o novo Código Civil. Publicada no *Diário Oficial da União* de 11 de jan. de 2002.

BRIGHENTI, Agenor. *A Igreja perplexa*. São Paulo: Paulinas, 2004.

\_\_\_\_\_. *Para além da perplexidade do presente - a teologia desafiada*. Disponível em: <[http://www.unilasalle.edu.br/canoas/assets/upload/teologia\\_desafiada.pdf](http://www.unilasalle.edu.br/canoas/assets/upload/teologia_desafiada.pdf)>. Acesso em: 26 de mai. de 2009

BROWN, Colin; COENEN, Lothar. *Dicionário internacional de teologia - NOVO TESTAMENTO*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Nosso futuro comum ou relatório Brundtland*. 1987.  
<Disponível em:  
<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.40.html>>. Acesso em: 15 de jun. de 2009.

BRUSTOLIN, Leomar Antonio (Org). *Estudos de Doutrina Social da Igreja*. Porto Alegre: EDIPUC, 2007.

BÜNKER, Amd. *Missão como solidariedade universal: um desafio para as Igrejas da Europa*. Ciberteologia - Revista de Teologia e Cultura. 15 p. 41-51. Disponível em:  
<<http://ciberteologia.paulinas.org.br/portals/24/04MissaocomoSolidariedade.pdf>. 2008.  
>. Acesso em: 30 de jun. de 2009.

CAMACHO, Ildfonso. *Doutrina Social da Igreja - abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995.

CAPRA, Fritjof. *Vida sustentável - temos condição mental para aceitarmos novos paradigmas?* 2003. Disponível em:  
<<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=ecoentrevista&tipo=temas&cd=1211>>. Acesso em: 02 de jun. de 2009.

CÁRITAS BRASILEIRA. *Economia popular solidária* Disponível em:  
<http://www.teste.caritasbrasileira.org.br/programas.php?id=3&code=9>. Acesso em: 04 de jun. de 2009.

CARVALHO, Maria Luisa. *Economia de comunhão*. 2007. 158 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Rua à internacional humana*. 2004. Disponível em:  
<<http://servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=180>>. Acesso em: 28 de mai. de 2009

CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CAVALCANTE, André Bezerra. *Microcrédito: uma alternativa de crédito produtivo para o micro e pequeno empreendedor*. Disponível em:  
<<http://integracao.fgvsp.br/ano5/15/administrando.htm>>. Acesso em: 17 de jun. de 2009.

CEPLAC. *Tecnologia na aplicação de agroquímicos*. Disponível em:  
<<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos1.html>>. Acesso em: 19 de mai. de 2009.

COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA CULTURA DE PAZ. *A UNESCO e a cultura de paz*. 2001. Disponível em: <[http://www.comitepaz.org.br/a\\_unesco\\_e\\_a\\_c.htm](http://www.comitepaz.org.br/a_unesco_e_a_c.htm)>. Acesso em: 17 de jul. de 2009.

COMMONER, Barry. *Sem meio ambiente não é possível recuperar o planeta*. 2009. Disponível em:

<[http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com\\_noticia&itemid=18&task=detalhe&id=20981](http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticia&itemid=18&task=detalhe&id=20981)>. Acesso em: 03 de jun. de 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. *A democratização do poder mundial*. 2001. Disponível em: <[http://forumsocialmundial.org.br/dinamic/por\\_comparato.php](http://forumsocialmundial.org.br/dinamic/por_comparato.php)>. Acesso em: 25 de jun. de 2009.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Dogmática "Gaudium et Spes"*. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Análise de conjuntura - maio/05*. 2005. Disponível em: <[http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastpo\\_publish/?tac=427](http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastpo_publish/?tac=427)>. Acesso em: 27 de maio de 2009.

\_\_\_\_\_. *Temas da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2006, cad. 3.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *A Doutrina Social da Igreja na Formação Sacerdotal*. São Paulo: Paulinas, 1989.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Conclusões da Conferência de Puebla*. São Paulo: Paulinas, 1979.

\_\_\_\_\_. *Documento de Aparecida*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. 1998. *A necessidade de uma ética global - oitava Assembleia Geral em Harare*. *Revista Concilium* n. 292 São Paulo. p. 13(491)-16(494).

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. *Prevenção da corrupção - compromissos internacionais contra a corrupção*. Disponível em: <<http://cgu.gov.br/AreaPrevencaoCorrupcao/ConvencoesInternacionais/>>. Acesso em: 04 de mai. de 2009.

CORTEZ, Henrique. 2009. *Consumo ético- uma forma de "indulgência" ao "pecado" do consumo*. *Revista IHU* n. 295. São Leopoldo. p. 14.

CURIA ROMANA - Sínodo dos Bispos. *Justiça no mundo* 1971. Disponível em: <[http://vtican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_19711130\\_giustizia\\_po.html](http://vtican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_19711130_giustizia_po.html)>. Acesso em: 29 de jan. de 2009.

DANTAS, Valdi de Araújo. *A tecnologia do microcrédito produtivo e orientado*. 2005. Disponível em: [www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia\\_do\\_mcpo\\_formata.pdf](http://www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia_do_mcpo_formata.pdf). Acesso em: 16 de jun. de 2009.

DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas - Loyola, 2007.

DOWBOR, Ladislau. *A crise financeira sem mistério*. *Le Monde Diplomatique*. Paris. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2009-01.a2772>>. Acesso em: 24 de jun. de 2009.

- EMBRAPA. *O perigo do excesso de adubação na videira*. Disponível em: <[http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/excesso\\_adubacao\\_videira.pdf](http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/excesso_adubacao_videira.pdf)>. Acesso em: 19 de mai. de 2009.
- ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: Melhoramentos, 1982. v. 13.
- EWALD, François. *Solidariedade* In: CANTO-SPERBER, Monique (org.) *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Unisinos, 2003, p. 622-630.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2008.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA,. *Economia popular solidária, fundos solidários e feira de Santa Maria*. 2008. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=3357](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3357)>. Acesso em: 04 de jun. de 2009.
- FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Carta de princípios*. Disponível em: <[http://forumsocialmundial.org.br/main.php?id\\_menu=4&cd\\_language=1](http://forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1)>. Acesso em: 27 de mai. de 2009.
- FRANCA, Leonel Pe. *A crise do mundo moderno*. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- FREI BETO. *Novo modelo de sociedade*. 2009. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/contest/view/3181/55/>>. Acesso em: 03 de mai. de 2009.
- \_\_\_\_\_. *Alteridade*. 2003. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=7063>>. Acesso em: 02 de mai. de 2009.
- GOLDENBERG, José. *Crise e oportunidade*. 2009. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090316/not\\_imp339456.0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090316/not_imp339456.0.php)>. Acesso em: 24 de mai. de 2009.
- GONÇALVES, Alfredo J. O que é Doutrina Social da Igreja? In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (Org) *Temas da Doutrina Social da Igreja* São Paulo: Paulinas, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Linhas mestras da doutrina social da Igreja* In: CNBB (Org.) *Temas da Doutrina Social da Igreja - vol. 1* São Paulo: Paulinas, 2004.
- GONZÁLES FAUS, José Ignacio. *Vigários de Cristo - os pobres na teologia e espiritualidade cristã - Antologia Comentada*. São Paulo: Paulus, 1996.
- GRESHAKE, Gisbert. *El Dios Uno y Trino*. Barcelona: Herder, 2001.
- GRINGS, Dadeus, D. *Sociedade do futuro*. Aparecida: Sextante, 2002.

GUGGENHEIM, Davis. *Uma verdade inconveniente*. Estados Unidos da América. Paramount Brasil. Paramount Classics. 2006. DVD, 96 min. DOLBY Digital, colorido.

GUIMARÃES, Carlos Antonio Fragoso. *Visão de mundo, paradigmas e comportamento humano*. Disponível em: <<http://br.geocities.com/carlos.guimaraes/paradigma/html>>. Acesso em: 29 de mai. de 2009.

GUTIERREZ, Exequiel Rivas. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1995.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização para a multiterritorialidade* Disponível em: <[http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitetura\\_y\\_urbanismo/h20054111314desterritorializacion.pdf](http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitetura_y_urbanismo/h20054111314desterritorializacion.pdf)>. Acesso em: 07 de maio de 2009.

HARRIS, R. Laird (org). *Dicionário internacional de teologia - ANTIGO TESTAMENTO*. São Paulo: Vila Nova, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Socialismo fracassou, capitalismo quebrou*. 2009. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/hobsbawm-socialismo-fracassou-capitalismo=quebrou>>. Acesso em: 30 de mai. de 2009.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Disponível em: <[www.econ.fea.usp.br/nozoe/eae0539/huntington\\_O\\_Choque\\_das\\_civilizações.doc](http://www.econ.fea.usp.br/nozoe/eae0539/huntington_O_Choque_das_civilizações.doc)>. Acesso em: 06 de abr. de 2009.

IGREJA CATÓLICA - BÍBLIA – Edição Pastoral. 55ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2005.

\_\_\_\_\_. *Catecismo da Igreja Católica*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Sollicitude Social*. São Paulo: Paulinas, 1990.

\_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Redemptor Hominis*. São Paulo: Paulinas, 1979.

\_\_\_\_\_. *Mensagem para celebração do 38º dia mundial das comunicações sociais*. 2004. Disponível em:

<[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/messages/communications/documents/hf\\_jp\\_mes\\_20040124\\_world-communications-day\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/communications/documents/hf_jp_mes_20040124_world-communications-day_po.html)>. Acesso em: 24 de abr. de 2009

\_\_\_\_\_. *Encíclica Laborem Exercens*. São Paulo: Aparecida, 1981.

\_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Centesimus Annus*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1991.

\_\_\_\_\_. *O mass media na família: um risco e uma riqueza - mensagem para a celebração do 38º dia mundial das comunicações sociais*. 2004. Disponível em:

<[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/messages/communications/documents/hf\\_jp\\_mes\\_20040124\\_world-communications-day\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/communications/documents/hf_jp_mes_20040124_world-communications-day_po.html)>. Acesso em: 18 de mai. de 2009

\_\_\_\_\_. *Carta Encíclica O Esplendor da Verdade*. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

- \_\_\_\_\_. *Discurso aos membros da Pontifícia Academia das Ciências Sociais* 2001. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii\\_spe\\_20010427\\_pc\\_social-sciences\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii_spe_20010427_pc_social-sciences_po.html)>. Acesso em: 12 de jun. de 2009.
- \_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Fides et Ratio*. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Laborem Exercens*. São Paulo: Gráfica Aparecida, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Carta às famílias*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- JOÃO XXIII. *Encíclica Mater Et Magistra*. 9 ed. São Paulo: Paulinas, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Pacem in Terris*. São Paulo: Paulinas, 1963.
- JONQUIÈRES, Guido, sj. *Pequenos exercícios espirituais*. São Paulo: Loyola, 2006.
- KANITZ, Stephen. *O que é o terceiro setor?* Disponível em: <<http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>>. Acesso em: 08 de jun. de 2009.
- KANT, Imanuel. *Fundamento da metafísica dos costumes*. [S.I.]: EDouro, 1995.
- KELLY, Kevin. *A nova mão invisível da economia* Disponível em: <<http://www.janelanaweb.com/livros/kelly2.html>>. Acesso em: 27 de abr. de 2009
- KING, Martin Luther. *Eu tenho um sonho* 1963. Disponível em: <<http://www.portalafro.com.br/religoes/evangelicos/discursoking.htm>>. Acesso em: 25 de jun. de 2009
- KLEIN, Noemi. *Acreditando no fim do fim da história* 2002. Disponível em: <[http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/por\\_bnaomi.php](http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/por_bnaomi.php)>. Acesso em: 27 de mai. de 2009.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial - uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Paulinas - Ed. Loyola (edição conjunta), 2004.
- LATOUCHE, Serge. 2009. *Decrescimento ou barbárie*. Revista IHU n. 295. São Leopoldo.
- LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum Novarum*. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 1965.
- LEITE, Kelen Cristina. *Economia de comunhão - a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e Estado*. Google-ebooks, 2007. Disponível em: <http://books.google.com.br>. Acesso em: 08 de jun. de 2009.

LENZ, Martinho. *O mutirão para a superação da miséria e da fome (SMF) e a Eucaristia* 2005. Disponível em: <[www.cnbb.org.br/documento\\_geral/seminarioMutiraoSMF.doc](http://www.cnbb.org.br/documento_geral/seminarioMutiraoSMF.doc)>. Acesso em: 06 de ago. de 2009.

LEONARD, Annie. *A história das coisas (vídeo documentário)*. Disponível em: <<http://sununga.com.br/HDC/>>. Acesso em: 03 de jun. de 2009.

LIBÂNIO, João Batista, sj. *A vida religiosa na crise da modernidade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

LIMA, Mariton Silva. *O direito de propriedade*. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9342>>. Acesso em: 20 de jun. de 2009,

LIMA, Mariton Silva. Os direitos sociais no século XIX (1850-1891). 2003. Disponível em: <<http://www.latimedireito.adv.br/art40.htm>>. Acesso em: 05 de mai. de 2009

LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. Lisboa: Relógio D'água, 1983.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebastian. *Os tempos hipermodernos*. 2. ed. São Paulo: Barcarolla, 2005.

LISBOA, Armando de Melo. *Solidariedade* In: CATTANI, Antonio David *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

LOVELOCK, James. *A vingança de Gaia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Bom dia Brasil. São Paulo. Disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player?Noticias/0.GIM1028638-7823-SERVICO+DE+TORPEDO+DE+CELULAR+RECEBE+RECLAMACOES+DOS+USUARIOS.00.html>>. Acesso em: 12 de maio de 2009.

MAIRESSE, Luiz Alberto Silveira. *A biotecnologia moderna enterra a teoria malthusiana*. 2006. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=4303&biotecnologia-moderna-enterra-a-teoria-malthusiana.html>>. Acesso em: 07 de maio de 2009.

MALINA, Bruce J. *O evangelho social de Jesus - o reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. São Paulo: Paulus, 2004.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

\_\_\_\_\_. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Atividade sexual e anticoncepção*. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/pnds/atividade\\_sexual.php](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/pnds/atividade_sexual.php)>. Acesso em: 18 de mai. de 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *O que é economia solidária*. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp)>. Acesso em: 03 de jun. de 2009.

MONTORO, André Franco. *Introdução à ciência do direito*. 25. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MORA, J. Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. 4. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

NUNES JUNIOR, Amandino Teixeira. *O estado ambiental do direito*. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ri/Pdf.pdf\\_163/R163-20.pdf](http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ri/Pdf.pdf_163/R163-20.pdf)>. Acesso em: 19 de mai. de 2009.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *A crise ética do Brasil atual - uma abordagem filosófica*. Disponível em: <[www.cefep.org.br/textoseartigos/filosofiaetica/ACriseeticadoBrasilatual.doc](http://www.cefep.org.br/textoseartigos/filosofiaetica/ACriseeticadoBrasilatual.doc)>. Acesso em: 14 de jun. de 2009.

\_\_\_\_\_. *Desafios éticos da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais*. 1966. Disponível em: <<http://www.agende.org.br/docs/File/convencoes/pidesc/docs/PIDESC.pdf>>. Acesso em: 25 de jun. de 2009.

\_\_\_\_\_. *Pacto internacional dos direitos civis e políticos*. 1966. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc-direitos-humanos/prot\\_dir\\_civis\\_politicos.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc-direitos-humanos/prot_dir_civis_politicos.pdf)>. Acesso em: 25 de jun. de 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *OIT diz que crise no emprego pode durar até oito anos*. 2009. Disponível em: <[http://br.invertia.com/noticias/noticias.aspx?idNoticia=200906031055\\_EFE\\_78121160](http://br.invertia.com/noticias/noticias.aspx?idNoticia=200906031055_EFE_78121160)>. Acesso em: 03 de jun. de 2009.

PALIARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *Tempo Social - entrevista com Zygmunt Bauman*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci\\_artext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci_artext)>. Acesso em: 04 de mai. de 2009.

PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS. *Declaração de ética mundial 1993*. Disponível em: <[http://www.weltethos.org/pdf\\_decl\\_portuguese.pdf](http://www.weltethos.org/pdf_decl_portuguese.pdf)>. Acesso em: 12 de jun. de 2009.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. *Globalização, fluxos cambiais e regimes cambiais: reflexões sobre o Brasil*. 2000. Disponível em <<http://www.usp.br/estecon/index.php/estecon/article/viewFile/547/256>>, acesso em 18 de set. de 2009.

PAULO VI. *Carta Encíclica Octogesima adveniens*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

\_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Populorum Progressio*. 11. ed. São Paulo: Paulinas, 1990.

PIO XI. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno*. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

PIO XII. *Radiomensagem na Solenidade de Pentecostes*. 1946. Disponível em:  
<[http://vatican.va/holy\\_father/pius\\_xiispeeches/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19410601\\_radiomensage-pentecost\\_po.html](http://vatican.va/holy_father/pius_xiispeeches/documents/hf_p-xii_spe_19410601_radiomensage-pentecost_po.html)>. Acesso em: 23 de nov. de 2008.

\_\_\_\_\_. *Radiomensagem de Natal Il Popolo che abitava* 1953. Disponível em:  
<[http://vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/speeches/1953/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19531224\\_che-abitava\\_it.html](http://vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1953/documents/hf_p-xii_spe_19531224_che-abitava_it.html)>. Acesso em: 23 de nov. de 2008.

\_\_\_\_\_. *Carta Encíclica Quemadmodum* 1946. Disponível em:  
<[http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xii/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc.06011946\\_quemadmodum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc.06011946_quemadmodum_po.html)>. Acesso em: 20 de nov. de 2008.

PONTIFÍCIO CONSELHO "JUSTIÇA E PAZ". *Por uma melhor distribuição da terra - o desafio da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. *Carta dos direitos da família*. 1983. Disponível em:  
<[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontif\\_rights\\_sp.html\\_familyical\\_councils/family/documents/rc\\_pc\\_family.doc\\_19831022](http://www.vatican.va/roman_curia/pontif_rights_sp.html_familyical_councils/family/documents/rc_pc_family.doc_19831022)>. Acesso em: 18 de mai. de 2009.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. *Igreja e internet*. 2002. Disponível em:  
<[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rd\\_pccs\\_doc\\_20020228\\_church-internet\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rd_pccs_doc_20020228_church-internet_po.html)>. Acesso em: 11 de mai. de 2009.

PONTIFICIO CONSIGLIO DELLA GIUSTIZIA E DELLA PACE. *Dizionario di Dottrina Sociale della Chiesa*. Roma: LAS, 2005.

PRIGOGINE, Ilya. *Carta para as futuras gerações*. 2003. Disponível em:  
<<http://unisinis.br/ihuonline/upload/edições/1161288019.69word.doc>>. Acesso em: 05 de mai. de 2009.

REDEFINING PROGRESS. *Pegada ecológica*. Disponível em:  
<<http://www.esb.ucp.pt/gea/myfiles/pegada/pegada.htm>>. Acesso em: 27 de abr. de 2009.

RENATUS, flavius Vegetius. *Epitoma rei militaris*. Google-ebooks, Disponível em:  
<http://books.google.com>. Acesso em: 12 de jun. de 2009.

RIFKIN, Jeremy. *A era do petróleo acabou. Surge a Intergrid*. 2008. Disponível em:  
<<http://unisinis.br/ihu/index.php?option=com.noticias&itemid=18&task=detalhe&id=18157>>  
, Acesso em: 10 de jun. de 2009.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997. Patristica, 10.

SANTO THOMAS DE AQUINO. *Suma teológica I* Disponível em:  
<<http://sumateologica.permanencia.org.br/1a/Q29.pdf>>. Acesso em: 06 de ago. de 2009.

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Novas formas de ver o político: o paradigma subjetivo*. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/dez/miriam\\_oliveira%20\\_santos\\_10.htm](http://www.achegas.net/numero/dez/miriam_oliveira%20_santos_10.htm)>. Acesso em: 15 de jun. de 2009.

SELLA, Adriano. *A justiça: novo nome da paz*. São Paulo: Paulus, 2006.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIRER, William L. *Gandhi*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

SILVA, Antonio Aparecido da. *Fundamentação teológica da ética*. Disponível em: <[www.cefep.org.br/texxtoseartigos/filosofiaetica/Fundamentacao%teologica%20etica.doc](http://www.cefep.org.br/texxtoseartigos/filosofiaetica/Fundamentacao%teologica%20etica.doc)>. Acesso em: 30 de mai. de 2009.

SOUZA, Francisco Eduardo Pires de; HOFF, Cecília Rutkoski. *O regime cambial brasileiro - 7 anos de flutuação*. 2008. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/conjuntura/pdfs/TextoRedeMercosul.pdf>>, acesso em 18 de set. de 2009.

SPAEMANN, Robert. *Personas - acerca de la distinción entre 'algo' y 'alguién'*. Pamplona: EUNSA. 2000.

TOFLER, Alvin. *A terceira onda*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma - para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2007.

TRISTÃO, Marta. *A educação ambiental na formação de professores - rede de saberes*. Google-ebooks, Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 14 de jun. de 2009.

ULLMANN, Reinhold Aloysio; BOHNEN, Aloysio. *O solidarismo*. São Leopoldo: Unisinos, 1993.

ULMANN, Reinhold Aloysio. 1989. *Crise da civilização e/ou crise da cultura no ocidente Teocomunicação*. 83 (19) Porto Alegre.

UNESCO. *Carta da terra*. 2000. Disponível em: <<http://www.reviverde.org.br/CARTAdaTERRA.pdf>>. Acesso em: 15 de jun. de 2009.

\_\_\_\_\_. *Ato constitutivo da UNESCO*. 1945. Disponível em: <<http://unesco.org/images/0014/001472/147273POR.pdf>>. Acesso em: 05 de jul. de 2009.

\_\_\_\_\_. *Declaração de princípios sobre a tolerância*. 1995. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: 18 de jul. de 2009.

VILLARDI, Beatriz Queiroz. *Economia de comunhão e aprendizagem: uma perspectiva epistêmica*. Revista de Administração Pública. 5 (41). Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php&pid=S0034-7612200700050003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php&pid=S0034-7612200700050003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 08 de jun. de 2009.

VIÑUALES, Victor. *Outra atitude ecológica é possível - ampliar o conceito do próximo*. Disponível em: <<http://latinoamericana.org/2004/textos/portugues/vinuales.htm>>. Acesso em: 28 de mai. de 2009.

WESTPHAL, Vera Herweg. *Diferentes matizes da idéia de solidariedade*. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 01 de jul. de 2009.

WOJTYLA, Karol. *Mi visión del Hombre*. 6. ed. Madri: Biblioteca Palavra, 2005, Trilogia Inédita, 1.

WORLDWATCH INSTITUTE. *O estado do mundo - sobre o avanço em direção a uma sociedade sustentável*. Salvador: UMA, 2005.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

ZILLES, Urbano. 1982. *Elementos para uma teologia do trabalho*. *Veritas* n. 108. Porto Alegre.

ZOLA, Emile. *Germinal*. Rio de Janeiro: Bruguera, 1972. Os imortais da literatura universal, 36.

## ANEXOS

Objetivos do milênio:

Anexo 1/3



### 1 Erradicar a extrema pobreza e a fome

O número de pessoas em países em desenvolvimento vivendo com menos de um dólar ao dia caiu para 980 milhões em 2004, contra 1,25 bilhão em 1990. A proporção foi reduzida, mas os benefícios do crescimento econômico foram desiguais entre os países e entre regiões dentro destes países. As maiores desigualdades estão na América Latina, Caribe e África Subsaariana. Se o ritmo de progresso atual continuar, o primeiro objetivo não será cumprido: em 2015 ainda haverá 30 milhões de crianças abaixo do peso no sul da Ásia e na África.



### 2 Atingir o ensino básico universal

Houve progressos no aumento do número de crianças frequentando as escolas nos países em desenvolvimento. As matrículas no ensino básico cresceram de 80% em 1991 para 88% em 2005. Mesmo assim, mais de 100 milhões de crianças em idade escolar continuam fora da escola. A maioria são meninas que vivem no sul da Ásia e na África Subsaariana. Na América Latina e no Caribe, segundo o Unicef, crianças fora da escola somam 4,1 milhões.



### 3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

A desigualdade de gênero começa cedo e deixa as mulheres em desvantagem para o resto da vida. Nestes últimos sete anos, a participação feminina em trabalhos remunerados não-agrícolas cresceu pouco. Os maiores ganhos foram no sul e no oeste da Ásia e na Oceania. No norte da África a melhora foi insignificante: Um em cinco trabalhadores nestas regiões é do sexo feminino e a proporção não muda há 15 anos.



#### 4 Reduzir a mortalidade infantil

As taxas de mortalidade de bebês e crianças até cinco anos caíram em todo o mundo, mas o progresso foi desigual. Quase 11 milhões de crianças ao redor do mundo ainda morrem todos os anos antes de completar cinco anos. A maioria por doenças evitáveis ou tratáveis: doenças respiratórias, diarreia, sarampo e malária. A mortalidade infantil é maior em países que têm serviços básicos de saúde precários.



#### 5 Melhorar a saúde materna

Complicações na gravidez ou no parto matam mais de meio milhão de mulheres por ano e cerca de 10 milhões ficam com seqüelas. Uma em cada 16 mulheres morre durante o parto na África Subsaariana. O risco é de uma para cada 3,800 em países industrializados. Existem sinais de progresso mesmo em áreas mais críticas, com mais mulheres em idade reprodutiva ganhando acesso a cuidados pré-natais e pós-natais prestados por profissionais de saúde. Os maiores progressos verificados são em países de renda média, como o Brasil.



#### 6 Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças

Todos os dias 6,8 mil pessoas são infectadas pelo vírus HIV e 5,7 mil morrem em consequência da Aids - a maioria por falta de prevenção e tratamento. O número de novas infecções vem diminuindo, mas o número de pessoas que vivem com a doença continua a aumentar junto com o aumento da população mundial e da maior expectativa de vida dos soropositivos. Houve avanços importantes e o monitoramento progrediu. Mesmo assim, só 28% do número estimado de pessoas que necessitam de tratamento o recebem. A malária mata um milhão de pessoas por ano, principalmente na África. Dois milhões morrem de tuberculose por ano em todo o mundo.



#### 7 Garantir a sustentabilidade ambiental

A proporção de áreas protegidas em todo o mundo tem aumentado sistematicamente. A soma das áreas protegidas na terra e no mar já é de 20 milhões de km<sup>2</sup> (dados de 2006). O A meta de reduzir em 50% o número de pessoas sem acesso à água potável deve ser cumprida, mas a de melhorar condições em favelas e bairros pobres está progredindo lentamente.



## 8 Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Os países pobres pagam a cada dia o equivalente a US\$ 100 milhões em serviço da dívida para os países ricos. Parcerias para resolver o problema da dívida, para ampliar ajuda humanitária, tornar o comércio internacional mais justo, baratear o preço de remédios, ampliar mercado de trabalho para jovens e democratizar o uso da internet, são algumas das metas.